

Relatório de Atividades



2011

Diretor: Ministro ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA

Vice-Diretor: Ministro HORÁCIO RAYMUNDO DE SENNA PIRES

APRESENTAÇÃO



O presente relatório refere-se ao ciclo de atividades desenvolvido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) em 2011, no período compreendido entre 17 de março e 19 de dezembro. Para a organização e realização dessas atividades, a ENAMAT contou com o total apoio da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho e de reputados e ilustres magistrados, advogados e professores universitários, de modo a poder cumprir sua missão com qualidade e eficácia.

A Escola Nacional iniciou a execução das ações neste ano com a mudança de sua gestão administrativa, inaugurando o Biênio 2011/2013, com nova composição de sua Direção e do Conselho Consultivo, cujos integrantes definiram a continuidade dos trabalhos que estavam sendo executados e traçaram novas diretrizes, que deram ênfase à utilização dos métodos de educação a distância na formação de magistrados.

Tendo em vista o fortalecimento e o aprimoramento do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SIFMT), coordenado pela ENAMAT, várias reuniões foram realizadas com as Escolas Judiciais integrantes, vinculadas aos 24 Tribunais Regionais do Trabalho, para examinar aspectos imprescindíveis à consecução de uma ação mais coesa e uniforme.

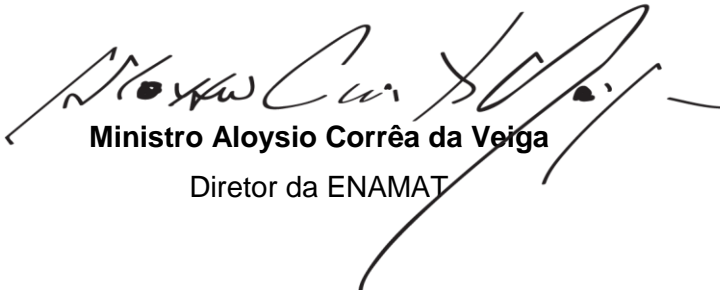
Em 2011, a ENAMAT, em sua competência primordial, constitucionalmente prevista, ofereceu aos magistrados do trabalho formação teórico-prática nas seguintes áreas: Formação Inicial, Formação Continuada e Formação de Formadores. Realizou, com o empenho e a capacidade que vêm se afirmando sempre mais desde sua instalação, o 10º Curso de Formação Inicial, destinado a juízes do trabalho que se iniciam na carreira, e diversos cursos voltados para o aperfeiçoamento de magistrados já vitaliciados, tanto na forma presencial como na modalidade a distância, podendo-se ressaltar os seguintes temas focalizados: Administração de Vara do Trabalho, Administração de Tribunal Regional do Trabalho, Efetividade da Execução Trabalhista e Teoria Geral do Processo Eletrônico. Na área de formação de formadores, foi realizado curso presencial para Gestores de Escolas Judiciais, com o fim de desenvolver e aperfeiçoar instrumentos de gestão dos processos de formação dos magistrados do trabalho.

Durante o período abrangido por este relatório, também foram destaque as ações de cooperação conduzidas pela Escola, visando ao intercâmbio de experiências e ao aperfeiçoamento de magistrados do trabalho. A ENAMAT passou a compor, em outubro de 2011, a Rede Ibero-americana de Escolas Judiciais (RIAEJ), comunidade voltada para a cooperação, o ajuste e o apoio recíproco entre escolas e centros que se dedicam à formação de magistrados. Além disso, celebrou convênio com a Escola Nacional Judicial do Conselho Geral do Poder Judicial de Espanha e, internamente, com a Escola Nacional da Magistratura (ENM) da Associação dos Magistrados Brasileiros, dando seguimento, ainda, às atividades decorrentes de convênios e protocolos anteriormente firmados com organismos e instituições, como a Organização Internacional para Treinamento Judicial (IOJT), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Escola Nacional da Magistratura da França. Participou, ainda, do programa de intercâmbio das Cortes Supremas dos Países do Mercosul e Associados, recebendo em sua sede a visita de magistrados desses países, e desenvolveu todas as ações necessárias à celebração de convênio com a Universidade de Brasília, a ser concretizado no início do próximo ano, prevendo intercâmbio, cooperação e implantação de programas e ações educacionais para os magistrados do trabalho.

Outro ponto crucial em que a ENAMAT concentrou sua preocupação e atenção em 2011 diz respeito à aproximação com os magistrados do trabalho. A Escola Nacional buscou incrementar a comunicação por meio de diferentes ações, entre as quais procurou publicar, em seu sítio eletrônico e no Twitter, notícias sobre cursos, encontros e seminários, convênios e outros acontecimentos de interesse da magistratura. Com o mesmo objetivo, a Escola esteve presente em eventos promovidos por instituições voltadas para o aperfeiçoamento de magistrados e realizou e recebeu visitas institucionais, que visaram estreitar o relacionamento com as Escolas Judiciais e com entidades relacionadas à formação de magistrados no Brasil e no exterior.

Com a consciência de que muito mais haverá por certo a fazer, apresento este relatório, que reflete a obra realizada em 2011 – fruto de esforço coletivo e de muita dedicação de todos os profissionais envolvidos –, com a certeza de que a perfeição que se busca e se pretende numa matéria com tal complexidade e envolvimento humano nunca será fácil de alcançar, constituindo-se tarefa permanentemente dinâmica num mundo em completa mudança e evolução.

Brasília, dezembro de 2011


Ministro Aloysio Corrêa da Veiga
Diretor da ENAMAT



SUMÁRIO

Composição.....	6
Formação Inicial	8
Formação Continuada Modalidade a Distância	47
Formação Continuada Presencial.....	58
Formação de Formadores	85
Convênios	94
Outros Eventos.....	102
Palestras Realizadas.....	111
Visitas Realizadas	120
Visitas Recebidas.....	139
Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho – SIFMT..	163
Comitê de Educação a Distância	177
Conselho Consultivo	179
Outras Atividades.....	191
Tecnologia da Informação	199
Comunicação Social	200
Orçamento	203
Estrutura da Escola.....	204

COMPOSIÇÃO

Biênio: 2011/2013

Data da posse: 17/3/2011

Diretor

Ministro Aloysio Corrêa da Veiga

Vice-Diretor

Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires

Conselho Consultivo

Ministro Emmanoel Pereira

Ministra Maria de Assis Calsing

Ministro Walmir Oliveira da Costa

Desembargador Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha – TRT da 1ª Região

Desembargadora Flávia Simões Falcão – TRT da 10ª Região

Juíza do Trabalho Martha Halfeld Furtado de Mendonça Schmidt – 3ª VT de Juiz de Fora–MG



Quarta Diretoria da ENAMAT – Biênio 2011/2013



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga – Diretor



Ministro Horácio de Senna Pires – Vice-Diretor

TST elege nova Direção para a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT)

Na sessão do dia 17 de março, do Tribunal Pleno, o Tribunal Superior do Trabalho elegeu o Ministro Aloysio Corrêa da Veiga para o cargo de Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) no biênio 2011/2013. Ele sucederá o Ministro Antonio José de Barros Levenhagen. Como Vice-Diretor, foi eleito o Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires, que substitui o Ministro João Batista Brito Pereira.

Após a posse dos novos dirigentes da Escola, o Presidente do TST, João Oreste Dalazen, cumprimentou o Ministro Levenhagen pelo término de sua gestão. “O Ministro devotou o melhor de seus esforços para a elevação da qualidade do ensino desenvolvido pela escola e pelo aprimoramento tão desejado dos magistrados do trabalho”, afirmou. “Não obstante as responsabilidades de ministro desta Casa, acumulou-as com a habitual proficiência, levando a bom termo, de forma muito exitosa, sua missão de formar novas legiões de magistrados do trabalho.”

Sobre os novos dirigentes, o Presidente do TST lembrou que o Ministro Aloysio Corrêa da Veiga tem ligações estreitas com o magistério, notadamente com a ENAMAT. “Estou convencido de que a nova direção levará a Escola ao nível de excelência que ela vem mantendo desde que foi instituída, em 2006, para o aperfeiçoamento da nossa instituição e para o engrandecimento dos magistrados que compõem a Justiça do Trabalho. É uma tarefa espinhosa, porque as instituições valem o que valem os homens que as integram, e, por isso, a formação inicial e continuada dos magistrados do trabalho é uma tarefa primordial a que todos devemos nos entregar”, ressaltou.

O novo diretor agradeceu a confiança dos colegas e reconheceu que a tarefa é difícil. “Sei o que quer a Escola para o aperfeiçoamento do magistrado no Brasil, o que ela representa, a missão que nos está sendo colocada e o complexo de condições necessárias para que possamos transmitir ao nosso acervo humano, que são os juízes, a importância da Justiça do Trabalho como instituição e do acerto das suas decisões”.

FORMAÇÃO INICIAL

10.º Curso de Formação Inicial

21 de março a 15 de abril



Participaram do curso 54 juízes do trabalho substitutos, provenientes dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1.ª Região (14 juízes); da 2.ª Região (uma juíza); da 5.ª Região (quatro juízes); da 6.ª Região (sete juízes); da 15.ª Região (24 juízes); da 21.ª Região (uma juíza); e da 23.ª Região (três juízes).



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT; Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Vice-Presidente do TST; Ministro João Oreste Dalazen, Presidente do TST; Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho; e Ministro Sidnei Agostinho Beneti, do Superior Tribunal de Justiça, Palestrante



Ministro João Oreste Dalazen, Presidente do TST

A abertura do 10º CFI aconteceu às 15h do dia 21 de março, no auditório da ENAMAT, localizado no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Durante a ocasião, o Ministro João Oreste Dalazen, Presidente do TST, saudou os novos juízes e destacou que, além da informação, é necessária a formação para o exercício das funções do magistrado. “É preciso mais formar e menos informar. Um juiz tem de ter a cabeça bem formada”, frisou. O Ministro Dalazen salientou que os novos juízes devem ter, mais do que conhecimentos técnicos, já comprovados pela aprovação em concurso público, uma formação voltada para o exercício da magistratura, incluindo as questões tecnológicas. Falou, ainda, o Presidente do TST que o árduo ofício de julgar não se ensina nos bancos das faculdades e que, por isso, se faz necessária a complementação da formação por meio dos Cursos de Formação Inicial oferecidos pela ENAMAT e pelas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais.

O Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, ressaltou que a sociedade está em permanente transformação e exige excelência na prestação jurisdicional. Afirmou, ainda, que qualidade, eficiência e contemporaneidade são indispensáveis para atender a essa demanda. O que a sociedade deseja é “o juiz que julgue, na busca da sentença justa, contemporânea ao fato controvertido”, concluiu.



Segundo o Diretor da ENAMAT, ao julgar, o juiz, deverá fazê-lo não só com a razão, com o conhecimento técnico e científico que possui, “mas também com a emoção e com o coração”. Assinalou que o juiz, ao proferir sua decisão, precisa “não só solucionar o conflito interpessoal, mas sobretudo provocar a harmonia e restabelecer a paz social que foi afetada pela lide”. Ao finalizar, o Diretor da ENAMAT disse que a Escola Nacional busca amadurecer nos novos juízes a vocação de magistrado e que, desse modo, “a contribuição de cada um será inegavelmente um dos elementos para atingir a plenitude da atividade jurisdicional”.



Após a cerimônia de abertura, o Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Sidnei Agostinho Beneti proferiu a aula inaugural, sobre o tema Ética Judiciária Integral. Durante a exposição, o Ministro do STJ explicitou a importância da ética em todas as fases da atividade jurisdicional e expôs aos novos juízes sua experiência em mais de 39 anos de magistratura.



Ministro Horácio de Senna Pires, Vice-Diretor da ENAMAT; Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT; Ministro Sidnei Agostinho Beneti, do Superior Tribunal de Justiça, Palestrante



Ministro Sidnei Agostinho Beneti – STJ, Palestrante

Ressaltou o Ministro Sidnei Beneti que o valor ético sempre está presente e que cada ato praticado pelo magistrado deixa vestígios, seja no processo antigo de papel, seja nos processos eletrônicos. Afirmou, ainda, que deve ser exigida a atuação ética não apenas do magistrado, mas de todos os segmentos envolvidos, pois o produto final constitui o resultado de uma longa trajetória do processo e não apenas da atuação do juiz. Segundo o Ministro Beneti, a

eticidade deve ser exercida por advogados, promotores de justiça, agentes penitenciários, agentes de polícia, classes política e acadêmica.

Antes da abertura oficial, a turma composta pelos novos magistrados que cursam o 10.º CFI teve, na parte da manhã, sua primeira atividade acadêmica, destinada à integração dos alunos-juizes. A integração foi conduzida pela professora da Universidade Católica de Brasília Bernadete Cordeiro e pelo assessor da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, André Cavalcanti.



Ministro Horácio de Senna Pires, Vice-Diretor da ENAMAT



Alunos-Juizes, participantes do 10.º CFI

Durante a integração, a professora usou técnicas de socialização para promover o conhecimento e a aproximação entre os alunos-juizes e, em seguida, tratou da importância da formação e das competências profissionais requeridas para o bom desempenho do magistrado. O assessor André Cavalcanti apresentou os novos saberes do juiz e relacionou-os à estrutura curricular do Curso de Formação Inicial.



Alunos-Juizes: Integração – a importância da formação profissional para os magistrados



Alunos-Juizes: Integração – a importância da formação profissional para os magistrados



Alunos-Juizes: Integração – a importância da formação profissional para os Magistrados

Sobre o Curso

O Curso de Formação Inicial tem caráter profissionalizante e representa uma das etapas para a aquisição da vitaliciedade no cargo de Juiz. O CFI divide-se em dois módulos: nacional e regional. O módulo nacional é organizado pela ENAMAT e o regional pelas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho.



Alunos-Juizes

O CFI oferece ao juiz uma visão crítica sobre temas da atividade jurisdicional. As disciplinas são ministradas principalmente por operadores do Direito, entre eles juízes, desembargadores e ministros, e se desenvolvem por meio de atividades práticas, em oficinas e laboratórios, com base na reflexão ética. Ao final do curso, a ENAMAT realiza a avaliação do aluno-juiz, na qual se observa

sua análise crítica sobre determinados temas relacionados à Justiça do Trabalho.



Disciplinas e Professores

Deontologia Profissional Aplicada

O Juiz do Trabalho e o Exercício da Função Jurisdicional – Ministro João Oreste Dalazen (Presidente do TST)



Ministro João Oreste Dalazen, Presidente do TST

O Juiz e a Função Corregedora – Ministro Antonio José de Barros Levenhagen (Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho)



Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Código Ético do Magistrado – Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho (TST)



Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, do TST

A Relação entre os Profissionais na Justiça do Trabalho (mesa-redonda) – Coordenador: Ministro Walmir Oliveira da Costa (TST, Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT). Participantes: Juiz do Trabalho Luciano Athayde Chaves (Presidente da ANAMATRA); Subprocurador-Geral do Trabalho Edson Braz da Silva; e Ophir Filgueiras Cavalcante Júnior (Presidente do Conselho Federal da OAB)



Doutor Ophir Filgueiras Cavalcante Júnior, Presidente do Conselho Federal da OAB; Juiz do Trabalho Luciano Athayde Chaves, Presidente da ANAMATRA; Ministro Walmir Oliveira da Costa, do TST, membro do Conselho Consultivo da ENAMAT; e Dr. Ronaldo Curado Fleury, Subprocurador-Geral do Trabalho

Ética e Poder Judicial na Sociedade Contemporânea – Dr. Dalmo de Abreu Dallari (Professor emérito da Faculdade de Direito da USP)



Dr. Dalmo de Abreu Dallari

Técnica de Decisão Judicial

Lógica da Decisão Judicial – Ministro Milton de Moura França (Decano do TST)



Ministro Milton de Moura França, Decano do TST

Sistema Judiciário

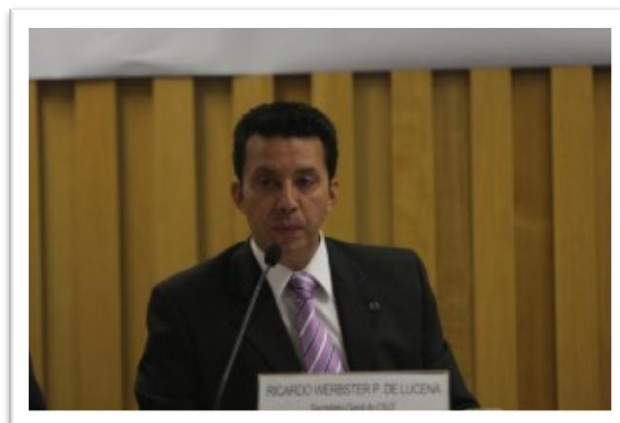
Visão Orgânica do Poder Judiciário Nacional: Papel do CNJ e do CSJT (mesa-redonda) – Coordenador: Ministro Emmanoel Pereira (TST, Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT). Participantes: Juiz Auxiliar José Eduardo de R. Chaves Júnior (CNJ); e Ricardo Webster Pereira de Lucena (Secretário-Geral do CSJT)



Ministro Emmanoel Pereira, do TST, Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT



Desembargador Nelson Tomaz Braga, Conselheiro do CNJ



Dr. Ricardo Webster Pereira de Lucena, Secretário-Geral do CSJT

Visão Sistêmica da Profissão do Juiz – Inserção Administrativo-Funcional do Juiz Substituto e Visão Institucional da Justiça Laboral: o Judiciário e a Sociedade – Juiz do Trabalho Roberto Teixeira Siegmann (27ª VT de Porto Alegre – RS)



Juiz Roberto Teixeira Siegmann, da 27ª VT de Porto Alegre – RS

Linguagem Jurídica

Principais Tópicos da Linguagem Jurídica – Professor Adalberto José Kaspary



Professor Adalberto José Kaspary

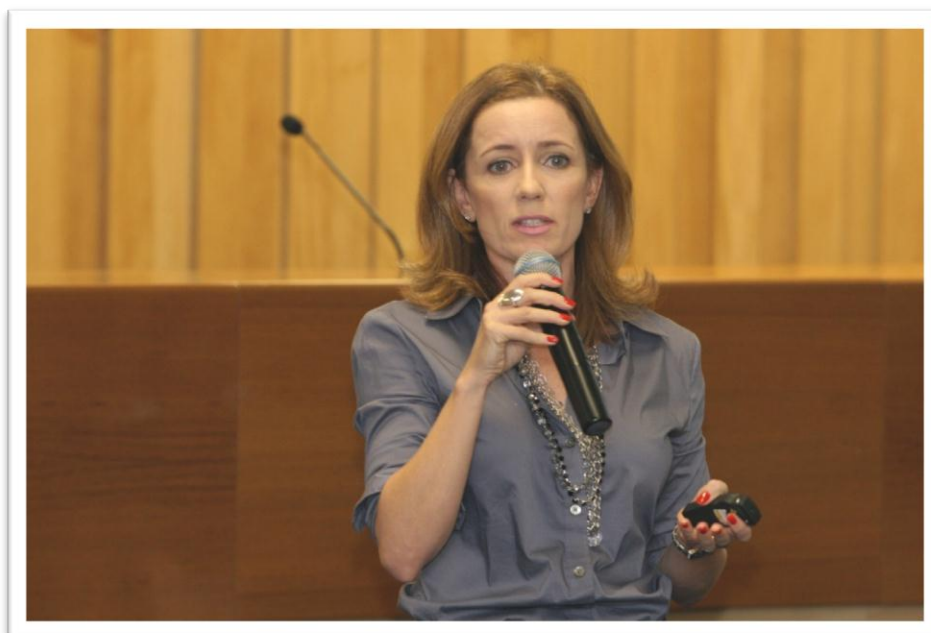
Administração Judiciária

Gestão Processual de Vara do Trabalho, Cogestão e Inovação Judiciária, Gestão de Recursos Materiais em Vara do Trabalho – Juiz do Trabalho Ricardo Fioreze (VT de Encantado – RS)



Juiz Ricardo Fioreze, da VT de Encantado – RS

Gestão de Pessoas em Vara do Trabalho, Gestão de Pessoas como Instrumento de Qualidade de Vida nas Varas – Fernanda Gomes Ferreira (Diretora da Secretaria de Recursos Humanos do TRT da 12ª Região)



Fernanda Gomes Ferreira, Diretora da Secretaria de Recursos Humanos do TRT da 12ª Região

Técnica de Juízo Conciliatório

Conciliação Judicial Trabalhista em Vara do Trabalho – Teoria e Prática (oficina). Juízes do Trabalho Adriana Goulart de Sena (35ª VT de Belo Horizonte – MG) e Giovanni Olsson (VT de Xanxerê – SC, Assessor do Diretor da ENAMAT)



Juíza Adriana Goulart de Sena, da 35ª VT de Belo Horizonte – MG

Psicologia Judiciária Aplicada

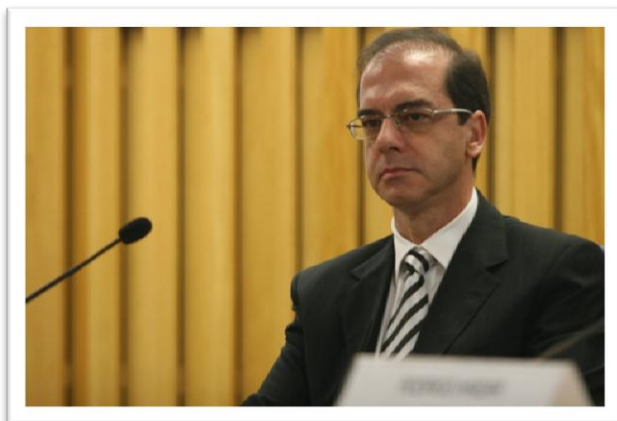
As Expectativas Individuais e Sociais no Litígio Trabalhista. A Judicialização dos Sintomas Atuais nas Demandas Trabalhistas; a Subjetividade do Juiz Laboral (Emoção e Razão) – Ministro Gelson de Azevedo (TST)



Ministro Gelson de Azevedo, do TST

Relacionamento com a Sociedade e a Mídia

O Magistrado e os Meios de Comunicação Social (mesa-redonda) – Coordenador: Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira (TST). Participantes: Jornalistas Rodrigo Haidar (*site* Consultor Jurídico – Conjur) e Renato Parente (Assessor de Comunicação Social do TST)



Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, do TST



Jornalista Renato Parente, Assessor de Comunicação Social do TST



Jornalista Rodrigo Haidar, *site* Consultor Jurídico (Conjur)

Temas Contemporâneos de Direito

Tema I – **Questões Controvertidas no Direito e no Processo do Trabalho** – Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi (Vice-Presidente do TST)



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Vice-Presidente do TST

Tema II – **Aplicação de Normas da OIT no Direito Brasileiro** – Ministro Lelio Bentes Corrêa (TST, membro da Comissão de Peritos em Aplicação de Convênios e Recomendações da OIT)



Ministro Lelio Bentes Corrêa, do TST, membro da Comissão de Peritos em Aplicação de Convênios e Recomendações da OIT

Tema III – Desafios do Combate ao Trabalho Infantil e Escravo
– Subprocurador-Geral do Trabalho Luis Antonio Camargo de Melo (MPT)



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT,
e Dr. Luis Antonio Camargo de Melo, Subprocurador-Geral do Trabalho

Tema IV – Os Crimes contra a Administração da Justiça e a Atuação do Juiz do Trabalho – Juiz do Trabalho Guilherme Guimarães Feliciano (1ª VT de Taubaté – SP)



Juiz Guilherme Guimarães Feliciano, da 1ª VT de Taubaté – SP

Tema V – A Consolidação das Experiências da Magistratura
(mesa-redonda) – Coordenadora: Ministra Dora Maria da Costa (TST).
Participantes: Ministros Mauricio Godinho Delgado e Ministra Kátia Magalhães Arruda (TST)



Ministra Dora Maria da Costa, do TST, Coordenadora da mesa-redonda



Ministra Kátia Magalhães Arruda, do TST



Ministro Mauricio Godinho Delgado, do TST

Tema VI – **A Efetividade do Direito Social no Brasil** (mesa-redonda) – Coordenadora: Ministra Kátia Magalhães Arruda (TST).
Painéis:

Os Direitos Sociais como Regra do Jogo – Professora Doutora Aldacy Rachid Coutinho (UFPR)

(Des) Incentivos para Cumprimento da Legislação – Professora Telma da Graça de Lima Lage (Mestra em Direito pela PUC – RJ e doutoranda em Sociologia no IUPERJ)



Ministra Kátia Magalhães Arruda, do TST, Coordenadora da mesa-redonda



Professora Doutora Aldacy Rachid Coutinho, da UFPR



Professora Mestre Telma da Graça de Lima Lage, da PUC – RJ

Efetividade da Execução Trabalhista

Boas-Práticas para a Efetividade da Execução Trabalhista (em Liquidação, em Garantia e em Expropriação). Limites da Atuação do Juiz na Execução (oficina) – Coordenadora: Juíza do Trabalho Laura Bittencourt Hinz (VT de Mogi Guaçu – SP). Participantes: Juiz do Trabalho Júlio César Bebber (2ª VT de Campo Grande – MS) e Juiz do Trabalho Substituto Rogério Neiva Pinheiro (20ª VT de Brasília – DF)



Juíza Laura Bittencourt Hinz, da VT de Mogi Guaçu (SP),
Coordenadora da Oficina



Juiz Júlio César Bebber, da 2ª VT de Campo Grande – MS



Juiz do Trabalho Substituto Rogério Neiva
Pinheiro, da 20ª VT de Brasília – DF

Laboratório Judicial

Oficina de Instrução Processual

Ponto 01 – Prática de instrução judicial trabalhista em Vara do Trabalho

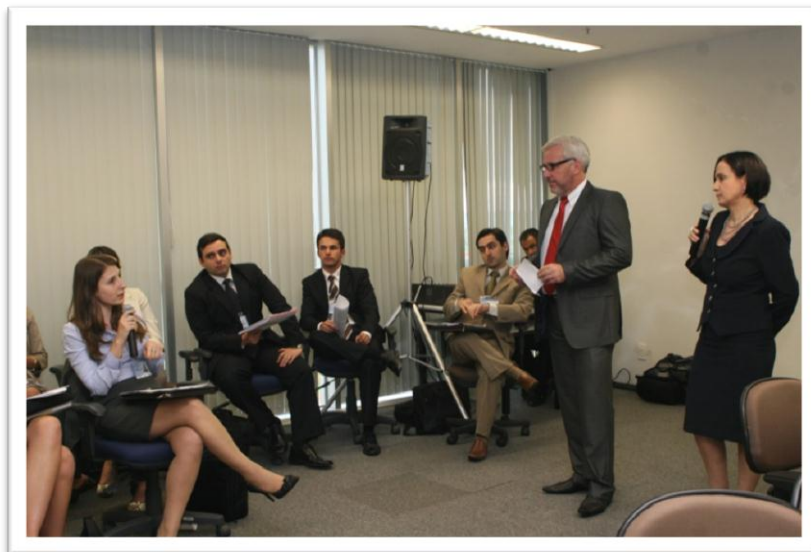
Ponto 02 – Cogestão e inovação judiciária na direção processual

Ponto 03 – Dinâmica social aplicada na direção processual

Ponto 04 – Prática de argumentação jurídica judiciária em processo instrutório

Coordenação: Juiz do Trabalho Giovanni Olsson (VT de Xanxerê – SC, Assessor do Diretor da ENAMAT)

Parte I – Participantes: Juízes do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt (VT de Currais Novos – RN); e Cilene Ferreira Amaro Santos (14ª VT de Brasília – DF)

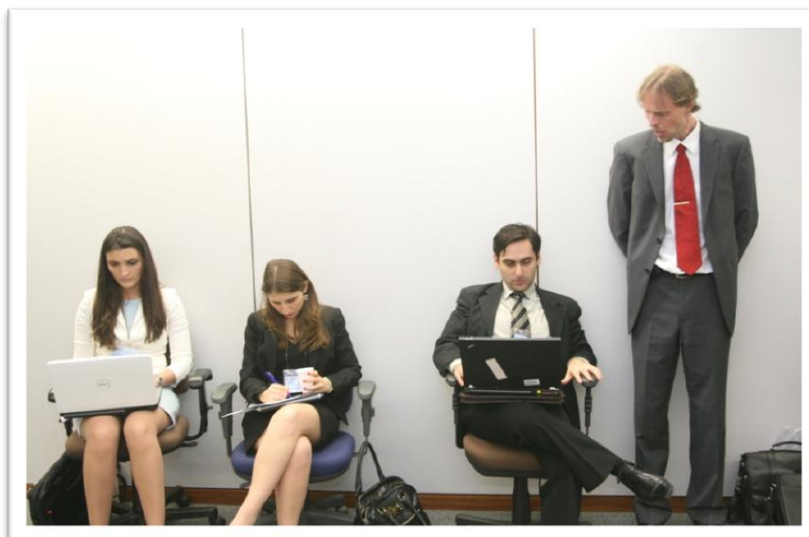


Juiz Hermann de Araújo Hackradt , da VT de Currais Novos – RN; e Juíza Cilene Ferreira Amaro Santos, da 14ª VT de Brasília – DF

Parte II – Participantes: Juízes do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt (VT de Currais Novos – RN); Ricardo Córdova Diniz (3ª VT de Itajaí – SC); e Giovanni Olsson (VT de Xanxerê – SC, Assessor do Diretor da ENAMAT)



Juiz Hermann de Araújo Hackrad, da VT de Currais Novos–RN, e Juiz Ricardo Córdova Diniz , da 3ª VT de Itajaí–SC



Alunos-Juízes do 10º CFI e Juiz Giovanni Olsson, da VT de Xanxerê – SC, Assessor do Diretor da ENAMAT

Oficina de Gestão Processual – Juiz do Trabalho Ricardo Fioreze (VT de Encantado – RS) e Cláudio Luís Gonçalves Garcia (Diretor de Secretaria da 13ª VT de Brasília – DF)

Ponto 01 – Prática de Cogestão e inovação judiciária

Ponto 02 – Prática de gestão processual de Vara do Trabalho

Ponto 03 – Prática de atos administrativos em Vara do Trabalho



Juiz Ricardo Fioreze, da VT de Encantado – RS



Cláudio Luís Gonçalves Garcia, Assistente Especial do Gabinete da Vice-Presidência do TRT da 10ª Região

Oficina de Decisão Processual

Ponto 01 – Prática de atos decisórios em execução trabalhista

Ponto 02 – Prática de atos decisórios em tutela ordinária e de urgência

Ponto 03 – A efetivação de justiça nos casos concretos como referencial decisório

Ponto 04 – A prática da tópica judiciária

Ponto 05 – Prática de argumentação jurídica judiciária em processo decisório

Ponto 06 – Dinâmica social aplicada na decisão processual

Parte I – Participante: Juiz do Trabalho Paulo Henrique Blair de Oliveira (17ª VT de Brasília – DF)



Juiz Paulo Henrique Blair de Oliveira, da 17ª VT de Brasília – DF

Parte II – Participantes: Juíza do Trabalho Elke Dóris Just (21ª VT de Brasília – DF) e Paula Maria Pereira Soares (15ª VT de Belém – PA)



Juíza Elke Doris Just, da 21ª VT de Brasília – DF



Juíza Paula Maria Pereira Soares, da 15ª VT de Belém – PA

Parte III – Participantes: Juízes do Trabalho Édison Vaccari (VT de Catalão – GO) e Elke Doris Just (21ª VT de Brasília – DF)



Juiz Édison Vaccari, da VT de Catalão – GO



Juíza Elke Doris Just, da 21ª VT de Brasília – DF

Técnica de Instrução Trabalhista

Poderes Instrutórios e de Direção Processual do Juiz do Trabalho – Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho (TST)



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, do TST

A Psicologia do Testemunho e o Valor dos Depoimentos Oraís – Desembargador Márcio Túlio Viana (TRT da 3ª Região)



Desembargador Márcio Túlio Viana, do TRT da 3ª Região

Tecnologias Aplicadas à Magistratura

Convênios Interinstitucionais e Efetividade da Jurisdição – Ferramentas de Informática para Uso Pessoal do Juiz (painel) – Juízes do Trabalho Denilson Bandeira Coêlho (4ª VT de Brasília – DF, Coordenador) e Rubens Curado Silveira (Secretário-Geral da Presidência do TST)



Juiz Denilson Bandeira Coêlho, 4ª VT de Brasília – DF, Coordenador



Juiz Rubens Curado Silveira, Secretário-Geral da Presidência do TST

Sistema de Julgamento das Sessões do TST – Ministro Aloysio Corrêa da Veiga (TST, Diretor da ENAMAT)



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT

Hermenêutica Constitucional e Jurisdição em Direitos Fundamentais Sociais

Papel da Hermenêutica Constitucional no Estado de Direito. Hermenêutica Constitucional e Concretização em Juízo dos Direitos Fundamentais Sociais – Ministro José Roberto Freire Pimenta (TST)



Ministro José Roberto Freire Pimenta, do TST

Morfologia do Trabalho e da Produção

Ponto 01 – Novas morfologias do trabalho

Ponto 02 – Políticas do trabalho na era da globalização

As Morfologias Atuais do Trabalho e da Produção e as Políticas do Trabalho (mesa-redonda) – Ministro Augusto César Leite de Carvalho (TST). Participantes: Professor Doutor Ricardo Luiz Coltro Antunes (UNICAMP) e Professor Doutor Marcio Pochmann (Presidente do IPEA)



Professor Doutor Marcio Pochmann, Presidente do IPEA; Ministro Augusto César Leite de Carvalho, do TST; e Professor Doutor Ricardo Luiz Coltro Antunes, UNICAMP

Estágios

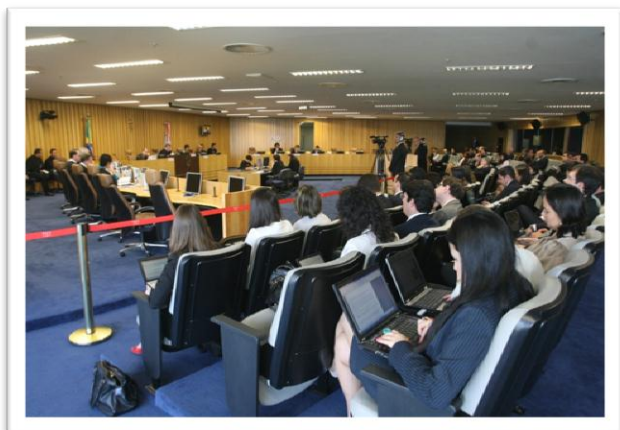
Prática judiciária dos Tribunais Superiores e Conselhos

Atividades supervisionadas em sessões dos seguintes Órgãos:

➤ **Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho**



➤ **Subseção II Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho**



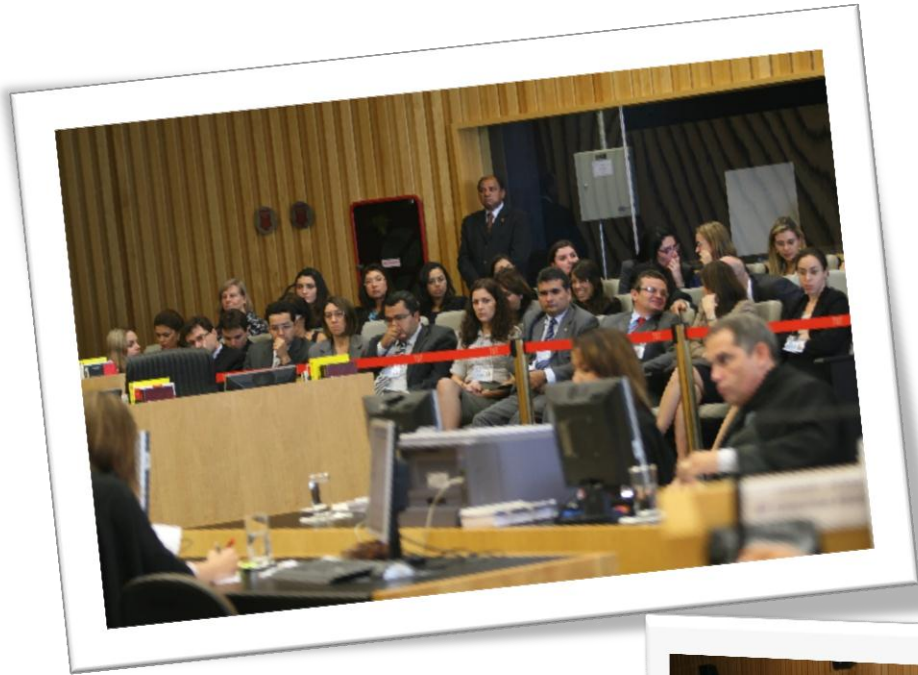
➤ **Turmas do Tribunal Superior do Trabalho**





➤ **Conselho Superior da Justiça do Trabalho**



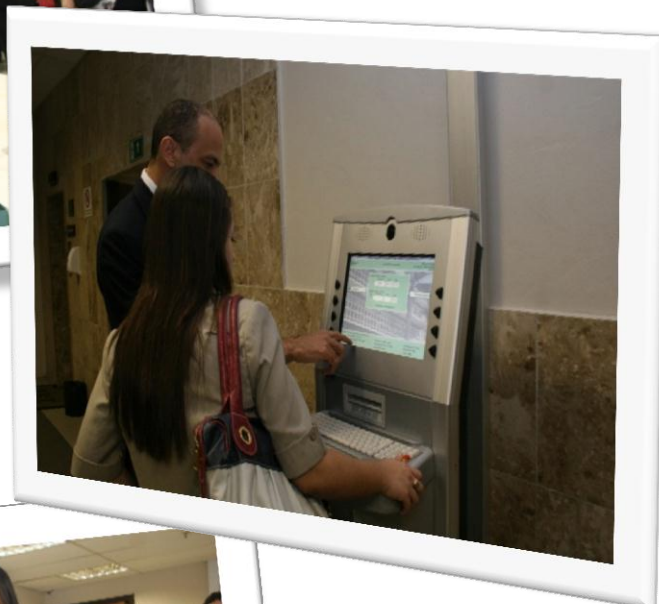


Integração Profissional

Ponto 01 – Integração profissional e pessoal e troca de experiências

Visita supervisionada ao Foro Trabalhista de Brasília – 28/3/2011





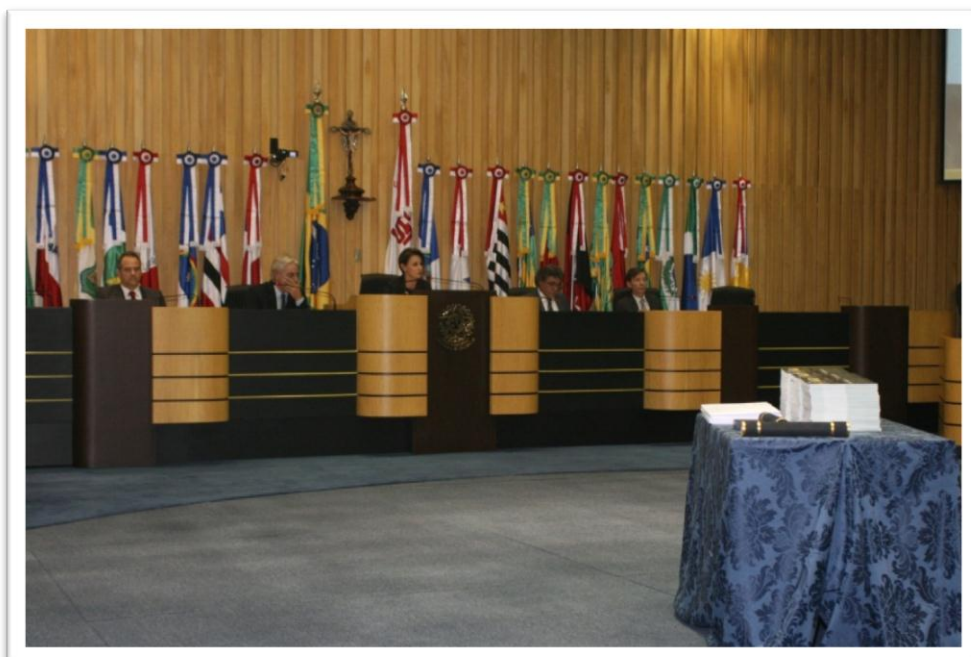
Atividades de Estudo

Período destinado ao aprofundamento do estudo dos temas relacionados à formação profissional do magistrado do trabalho, mediante leitura e reflexão, e à elaboração de trabalhos e relatórios definidos como integrantes do processo de avaliação, em horários e locais determinados, enquadrando-se como componente curricular da grade horária.

Cerimônia de Formatura



Ministra Vice-Presidente Maria Cristina Irigoyen Peduzzi; Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT; e Dom Carlos Alonso Zaldívar, Embaixador da Espanha



Mesa de Honra



Juíza do Trabalho Substituta da 6ª Região Sarah Yolanda Alves de Souza homenageia o Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, em nome dos Alunos-Juízes do 10º CFI



Juiz do Trabalho Substituto da 1ª Região Sérgio Silveira Mourão recebendo o Certificado de Conclusão do 10º CFI



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga agracia o Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho e ex-Diretor da Escola, Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, com o certificado e a medalha Honra ao Mérito da ENAMAT



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT; Dom Carlos Alonso Zaldívar, Embaixador da Espanha; e Ministro Antonio José Barros Levenhagen, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho



Juíza do Trabalho Substituta Janice Bastos, do TRT da 1ª Região (RJ)
– Oradora



Juiz do Trabalho Substituto Luiz Guilherme Bueno, do TRT de Campinas (15ª Região) – Orador



Alunos-Juizes do 10º CFI



Alunos-Juizes do 10º CFI



Alunos-Juizes do 10º CFI

CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA – MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA



Ampliar a educação a distância: meta da atual gestão da ENAMAT

A ENAMAT inaugurou em 2010 o processo de educação a distância para juízes do trabalho, titulares e substitutos, ocasião em que realizou curso de formação de professores para atuação nessa modalidade e desenvolveu com êxito o Curso de Formação Continuada em Administração de Vara do Trabalho, que atingiu o total de 1.122 juízes capacitados.

O curso a distância de Administração de Vara do Trabalho foi realizado em três edições, nos períodos de 28 de junho a 20 de agosto de 2010 (primeira edição), 13 de setembro a 6 de novembro de 2010, 4 de outubro a 29 de novembro de 2010 e 18 de outubro a 13 de dezembro de 2010 (segunda edição) e 25 de abril a 13 de junho de 2011 (terceira edição), num total de 37 turmas. Na primeira edição, o curso foi piloto, destinado aos juízes que haviam sido formados como professores de EaD.

A educação a distância (EaD) tem sido adotada hoje em cursos de todas as áreas do conhecimento e vem conseguindo obter altos índices no alcance dos objetivos de ensino-aprendizagem. A EaD apresenta diversas vantagens, entre as quais a redução gradativa dos custos, o alcance de maior número de alunos, a garantia da permanência no meio profissional, a quebra de barreiras de espaço e tempo pelo aluno, maior atendimento ao ritmo de aprendizagem e grande possibilidade de interação dos alunos e entre estes e seus tutores ou professores. Na educação a distância da ENAMAT, as atividades, por serem assíncronas, prescindem de hora específica para sua realização.

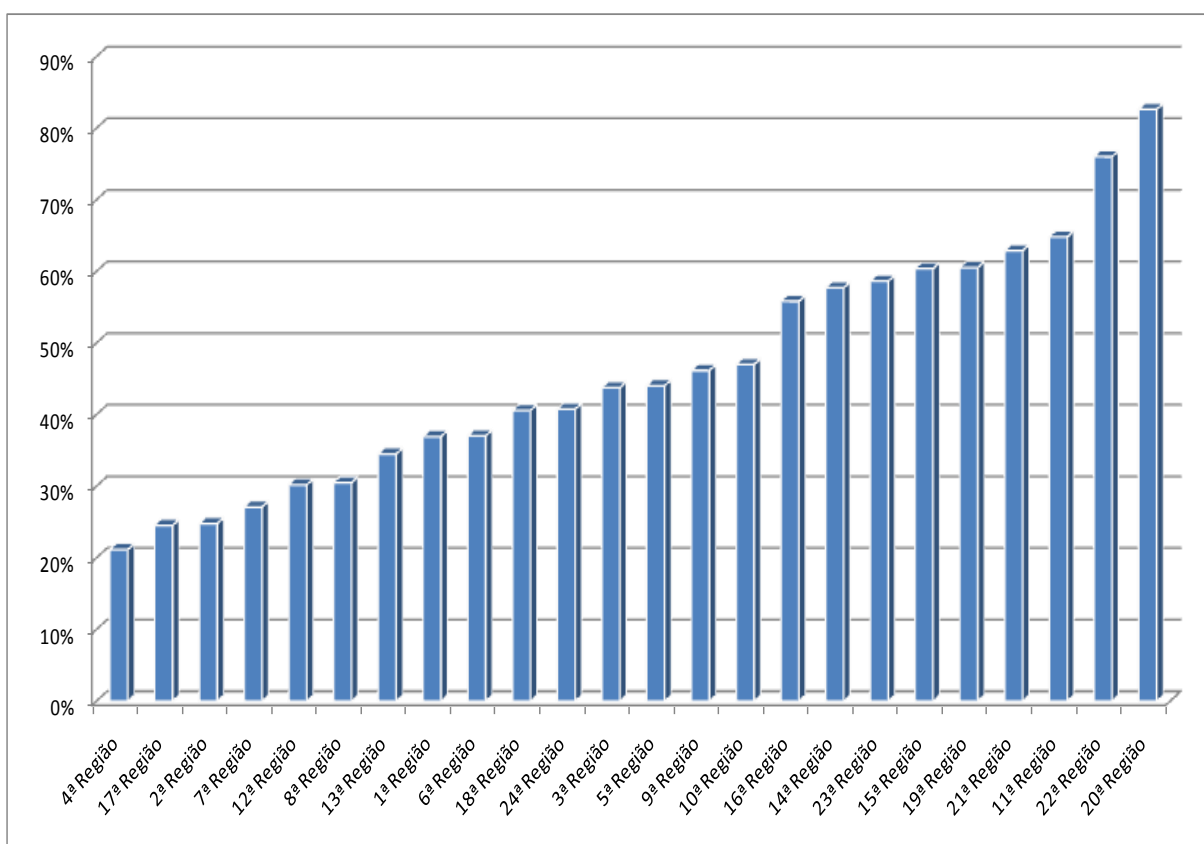
É amplamente reconhecida na atualidade a importância da EaD, e seu crescimento é inegável, mostrando que a utilização dessa metodologia tem caráter irreversível, em razão das inúmeras contribuições que oferece e pelo fato de cada vez mais o mundo virtual se associar à vida cotidiana.

A ENAMAT deu um salto crucial com a introdução dessa nova tecnologia em sua ação educacional e, a partir de 2011, buscou dar continuidade ao seu projeto, como também impulsionar a utilização da EaD para obter números crescentes de magistrados formados com qualidade.

Segundo o Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, a meta será alcançar até o final de sua gestão, em 2013, cem por cento dos magistrados capacitados por meio de EaD, incluindo os que atuam no primeiro e segundo graus de jurisdição.

Para o Ministro Aloysio, “é indispensável que a educação a distância seja também utilizada pelas Escolas Judiciais e que todos os dirigentes dos Tribunais Regionais despertem a consciência para a importância da EaD e invistam na execução de cursos em suas Regiões, assim como demonstrem empenho para incrementar o número de inscritos nos processos de formação”. A seguir são apresentados o gráfico com dados percentuais, por Região, de juizes do trabalho, titulares e substitutos, capacitados nas três edições do Curso de Formação Continuada em Administração de Vara do Trabalho, modalidade a distância, em comparação com os magistrados em atividade, e a tabela com a análise do alcance dessas três edições.

GRÁFICO – Percentual de Juizes Titulares e Substitutos capacitados com aproveitamento, em relação ao total de Juizes ativos, por Região, nas três edições do Curso de Formação Continuada em Administração de Vara do Trabalho – EaD



Tribunal	Total de Juízes Titulares	Total de Juízes Substitutos	Total de Juízes Titulares e Substitutos que realizaram o Curso	Total de Juízes Titulares e Substitutos com aproveitamento no Curso	Percentual de Juízes Titulares e Substitutos que realizaram o Curso, em relação ao total de Juízes ativos da Região	Percentual de Juízes Titulares e Substitutos que realizaram o Curso, com aproveitamento, em relação ao total de Juízes ativos da Região
1ª Região	126	107	113	86	48%	37%
2ª Região	146	177	91	80	28%	25%
3ª Região	131	125	139	112	54%	44%
4ª Região	113	114	58	48	26%	21%
5ª Região	87	97	104	81	57%	44%
6ª Região	59	68	60	47	47%	37%
7ª Região	25	23	24	13	50%	27%
8ª Região	44	38	35	25	43%	30%
9ª Região	86	83	96	78	57%	46%
10ª Região	32	51	42	39	51%	47%
11ª Região	32	22	48	35	89%	65%
12ª Região	53	53	38	32	36%	30%
13ª Região	26	32	33	20	57%	34%
14ª Região	31	21	33	30	63%	58%
15ª Região	135	183	214	192	67%	60%
16ª Região	20	23	37	24	86%	56%
17ª Região	23	30	17	13	32%	25%
18ª Região	35	34	41	28	59%	41%
19ª Região	19	19	27	23	71%	61%
20ª Região	12	11	20	19	87%	83%
21ª Região	17	18	35	22	100%	63%
22ª Região	11	14	25	19	100%	76%
23ª Região	26	32	41	34	71%	59%
24ª Região	26	28	25	22	46%	41%
TOTAL	1315	1403	1396	1122	51%	41%

TABELA - Análise do alcance das três edições do Curso de Formação Continuada em Administração de Vara do Trabalho – EaD

Curso de Administração de Vara do Trabalho

25 de abril a 13 de junho de 2011

CARGA HORÁRIA: 40 h

DESCRIÇÃO:

O curso de Administração de Vara do Trabalho, com carga horária de 40 horas, divide-se em 7 semanas. Os três primeiros dias destinam-se à ambientação e a última semana à apresentação e discussão dos trabalhos de conclusão do curso.

Os demais dias são dedicados à leitura e discussão das aulas disponibilizadas no ambiente Moodle, em regime de aprendizado colaborativo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INÍCIO	TÉRMINO	AULA	CONTEÚDO
25/4/2011	27/4/2011	Ambientação	Atividades de Ambientação e Preparação para as Atividades
28/4/2011	4/5/2011	Aula 1	Administração das Organizações
5/5/2011	10/5/2011	Aula 2	A Gestão Judiciária
11/5/2011	17/5/2011	Aula 3	Gestão de Pessoas, Recursos Materiais e Processo de Trabalho
18/5/2011	23/5/2011	Aula 4	A Gestão de Processos de Trabalho
24/5/2011	30/5/2011	Aula 5	A Gestão de Processos de Trabalho em Áreas Específicas
31/5/2011	06/6/2011	Aula 6	Gestão de Processos de Trabalho em Audiência
7/6/2011	13/6/2011	Trabalho de conclusão	Apresentação de Trabalhos de Conclusão do Curso

A equipe responsável pela formação dos 285 magistrados foi composta por Adib Pereira Netto Salim (Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 17ª Região – ES), Amaury Rodrigues Pinto Júnior (Desembargador do TRT da 24ª Região – MS), Cilene Ferreira Amaro Santos (Juíza Titular da 14ª VT de Brasília – DF), George Santos Almeida (Juiz Titular da 2ª VT de Camaçari – BA), José Antônio Pancotti (Desembargador do TRT da 15ª Região – Campinas – SP), Márcilio Florêncio Mota (Juiz Titular da 1ª VT de Paulista – PE) e Rubem Dias do Nascimento Júnior (Juiz Titular da 27ª VT de Salvador – BA). Os professores são Magistrados do Trabalho formados pela ENAMAT, com experiência na condução do processo de ensino e aprendizagem nas turmas do mesmo curso realizado em 2010. Em suas atividades, contaram com o apoio de servidores da ENAMAT, que atuaram como monitores das turmas.

Mensagem de boas-vindas do Diretor da ENAMAT aos alunos-juizes do curso a distância de Administração de Vara do Trabalho

O Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, gravou um vídeo com mensagem de boas-vindas aos alunos-juizes do Curso de Formação Continuada em Administração de Vara do Trabalho, promovido pela Escola e iniciado no dia 25 de abril deste ano.

O vídeo foi disponibilizado na sala de aula virtual para acesso dos alunos-juizes e, na mensagem gravada, o Ministro Aloysio Corrêa da Veiga ressaltou tratar-se de “um projeto de capacitação judicial que está a cargo da Escola Nacional como pressuposto constitucional de sua missão, que lhe trouxe a Emenda Constitucional nº 45”. “Estamos cada vez mais dando continuidade a essa missão constitucional, missão que procuraremos sempre desenvolver no sentido do aprimoramento dos juizes do trabalho brasileiros” – afirmou.

Como primeira atividade, o curso desenvolveu uma etapa de ambientação, período em que os alunos puderam se familiarizar com a plataforma Moodle, para acessar com mais facilidade o ambiente virtual no decorrer dos estudos, e se apresentar no fórum para o professor e os colegas de turma, visando iniciar o processo de interação e de aprendizagem colaborativa, que é a ênfase do método de educação a distância utilizado pela ENAMAT.

Sobre a importância do curso, destaca o seu coordenador, José Valmir Santos Filho, assessor da direção da ENAMAT: “Mais do que decidir seguindo as normas jurídicas, o magistrado é responsável por administrar de forma eficiente pessoas, materiais e processos nas Varas. O segundo curso de Administração de Vara do Trabalho busca desenvolver competências no magistrado do Trabalho para o exercício dessas funções”.

ENAMAT conclui segundo curso a distância de Administração de Vara do Trabalho

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) concluiu, no dia 13 de junho, o *2º Curso de Formação Continuada em Administração de Vara do Trabalho*, na modalidade de educação a distância (EaD), destinado a juízes dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho. Essa foi a segunda edição do curso, já desenvolvido pela ENAMAT no segundo semestre do ano passado, também no formato de EaD, quando cerca de 800 magistrados receberam treinamento com os mesmos conteúdos.

Na atual versão, o curso, ocorrido no período de 25 de abril a 13 de junho, num total de 40 horas de aula, teve a participação de cerca de 250 magistrados do trabalho, com inscrições efetuadas por solicitação das Escolas Judiciais, e foi organizado em 7 turmas, cada uma com 40 alunos no máximo. O principal objetivo consistiu em desenvolver competências no magistrado para a administração de Vara do Trabalho.

As aulas foram ministradas no ambiente virtual de aprendizagem Moodle, com atividades pedagógicas programadas para a participação dos alunos-juízes em fóruns avaliativos sobre temas específicos e em chats, entre outros recursos, nos quais os professores buscaram estimular constante interação, para compartilhamento de experiências e conhecimentos, numa perspectiva de aprendizagem colaborativa. Na semana final do curso, os participantes apresentaram um trabalho de conclusão, em que levantaram e analisaram boas-práticas de administração de Vara do Trabalho.

A equipe de professores que ministrou o curso é constituída de magistrados do trabalho e recebeu formação da ENAMAT em dois cursos: formação de formadores em EAD e Administração de Vara do Trabalho (curso piloto). Os professores já tinham experiência de condução do processo de ensino e aprendizagem nas turmas de 2010.

Os participantes manifestaram-se de modo positivo sobre as atividades do curso, o desempenho dos professores e os benefícios da aprendizagem

alcançada, afirmando que o curso veio acrescentar importantes ferramentas à vida profissional do magistrado do trabalho.

Curso de Efetividade da Execução Trabalhista – Modalidade de Educação a Distância (Turma Piloto)

15 de agosto a 7 de outubro de 2011

PLANO DE APRENDIZAGEM

CARGA HORÁRIA: 40 h

DESCRIÇÃO:

Curso de Efetividade da Execução Trabalhista, com carga horária de 40 horas, divididas em 8 semanas. Os dois primeiros dias são destinados à ambientação e os cinco últimos aos trabalhos de avaliação e conclusão do curso.

Os demais dias são dedicados à leitura e discussão das aulas disponibilizadas no ambiente Moodle, em regime de aprendizado colaborativo.

OBJETIVO GERAL

O curso tem como objetivo geral proporcionar ao aluno repensar as práticas e, se for o caso, modificar procedimentos hoje adotados na atuação do magistrado frente à execução trabalhista, assim como construir conhecimento a partir da discussão das práticas adotadas e do compartilhamento de experiências exitosas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Ao final do curso, o Aluno-Juiz deverá:

- Implementar práticas e atitudes que possibilitem tornar concreta a atuação do magistrado na fase processual de execução;*
- Buscar a adoção de procedimentos que possam conferir celeridade e, principalmente, efetividade à execução.*

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO


INÍCIO	TÉRMINO	AULA	CONTEÚDO
15/8/2011	16/8/2011	Ambientação	Atividades de Ambientação e Preparação para as Atividades
17/8/2011	23/8/2011	Aula 1	A Dinâmica do Processo de Execução Trabalhista
24/8/2011	29/8/2011	Aula 2	Execução de Obrigação de Fazer E Não Fazer
30/8/2011	5/9/2011	Aula 3	Execução de Obrigações de Pagar em Face do Devedor Solvente Comum - I
6/9/2011	12/9/2011	Aula 4	Execução de Obrigações de Pagar em Face do Devedor Solvente Comum - II
13/9/2011	18/9/2011	Aula 5	Execução de Obrigações de Pagar em face do Devedor Solvente Fazenda Pública
19/9/2011	25/9/2011	Aula 6	Tópicos Especiais nas Execuções de Obrigações de Pagar
26/9/2011	3/10/2011	Aula 7	Questões da Definitividade e Suspensão da Execução
4/10/2011	7/10/2011	Avaliação	Período de Avaliação

O *Curso sobre Efetividade da Execução Trabalhista*, na modalidade a distância (turma piloto), no total de 40 horas-aula, foi destinado aos magistrados que participaram, no ano de 2010, do Curso de Formação de Formadores em EaD. No momento em que a execução trabalhista é vista como um dos grandes gargalos do Judiciário, a ENAMAT volta sua atenção para o problema e inaugura curso visando qualificar os magistrados para que a execução se torne mais célere e efetiva.

Com o objetivo de levar o aluno a repensar as práticas e, se for o caso, modificar procedimentos hoje adotados na atuação do magistrado frente à execução trabalhista, o curso adotou proposta pedagógica que privilegia os procedimentos didáticos da educação a distância, quando os alunos atuam em regime de aprendizado colaborativo, com ênfase à interação entre os participantes. Nos fóruns desenvolvidos, ocorreram troca de experiências entre os alunos, magistrados de todos os 24 Tribunais Regionais do Trabalho, que debateram as boas-práticas para conferir maior celeridade e efetividade à execução trabalhista.

Os alunos dessa primeira turma foram preparados para conduzir o processo de ensino e aprendizagem de outros 400 alunos-juizes, componentes de oito turmas de curso sobre o mesmo tema, no período de 17/10 a 12/12/2011.

A avaliação do curso compreendeu a participação dos alunos-juizes nas discussões que se sucederam ao longo das aulas na ferramenta fórum do ambiente virtual de aprendizagem, além de outras atividades propostas pelo professor.



Execução Trabalhista

[Início](#) CFC - Execução Trabalhista

- Aula 01
- Aula 02
- Aula 03
- Aula 04
- Aula 05
- Aula 06
- Aula 07
- Referências

Fonte: [A-](#) [A+](#)

DESCRIÇÃO:

O curso de Efetividade da Execução Trabalhista ocorrerá de 15/8 a 8/10/2011 e terá carga horária de 40 horas divididas em 8 semanas. Os dois primeiros dias serão destinados à ambientação e os cinco últimos aos trabalhos de avaliação e conclusão do curso.

Os demais dias serão dedicados à leitura e discussão das aulas disponibilizadas no ambiente Moodle, em regime de aprendizado colaborativo.

OBJETIVO GERAL:

O curso tem como objetivo geral levar o aluno a repensar as práticas e, se for o caso, modificar procedimentos hoje adotados na atuação do magistrado frente à execução trabalhista, assim como construir conhecimento a partir de discussão das práticas adotadas e do compartilhamento de experiências exitosas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Implementar práticas e atitudes que possibilitem tornar concreta a atuação do magistrado na fase processual de execução;

ENAMAT encerra com sucesso curso piloto sobre Efetividade da Execução Trabalhista

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) encerrou no dia 7 de outubro o curso sobre Efetividade da Execução Trabalhista, na modalidade a distância. Foram capacitados, nesta etapa, 42 magistrados, que tiveram a oportunidade de trocar experiências nos fóruns de discussão diários. No trabalho final, grupos de magistrados mapearam a execução e atrelaram a esse mapeamento os despachos que devem ser utilizados pelos servidores das Varas em casos idênticos.

A Juíza Maria Inês Targa, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 15ª Região (Campinas/SP), que atuou como conteudista e professora da turma que irá realizar a multiplicação do curso para outros magistrados, disse estar surpreendida com os resultados do curso a distância: “Pessoas das mais diversas localidades estudam os textos propostos e discutem a matéria, fazendo, sobretudo, uma reflexão sobre a sua própria prática”.

Para a Juíza Maria Inês, o verdadeiro aprendizado não vem dos textos, mas da reflexão dos colegas. “Cada um vivenciou um determinado problema e cada aluno achou uma solução diversa para o problema que enfrentou. As experiências vão sendo somadas e é deste quadro que surge realmente uma aprendizagem efetiva”, disse a juíza.

A Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves, da 2ª Região (SP), participante do curso, disse que o tema abordado vem ao encontro do anseio da sociedade, que busca a efetividade da execução diante do elevado número de ações trabalhistas que estão paralisadas em razão da inércia dos devedores na quitação dos débitos. Segundo ela, “a ENAMAT conseguiu, com esse curso, agregar os magistrados na coleta de diversas práticas adotadas no processo de execução, visando diminuir, em todo o País, o número de demandas sem solução definitiva”. A magistrada destacou, ainda, que a modalidade de ensino à distância adotada pela ENAMAT para a realização do curso foi “atual e consistente”.

A Juíza Solyamar Soares, da 10ª Região (DF/TO), disse que a execução trabalhista é o grande desafio para uma Justiça que, reconhecidamente ágil e célere na definição do direito, defronta grandes entraves para efetivar a concretização desse direito. “Pensar e trabalhar coletivamente nas possibilidades de fazer frente a esse desafio não é apenas interessante, é imprescindível”. A juíza salientou que o diálogo, extremamente bem conduzido pela atuação da professora Maria Inês Targa, “foi amplo e produtivo, e a troca de experiências proporcionada pela partilha das vivências de cada um, em suas respectivas regiões, foi, provalmente, o maior ganho”.



Juíza Maria Inês Targa (TRT 15ª Região - Campinas/SP),
conteudista e professora da turma piloto do Curso sobre Efetividade da Execução Trabalhista



Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves,
participante do curso

Curso de Efetividade da Execução Trabalhista – Modalidade de Educação a Distância

17 de outubro a 12 de dezembro de 2011

ENAMAT
virtual

Curso de Formação Continuada
EXECUÇÃO TRABALHISTA
Modalidade a distância (plataforma Moodle)

Objetivos:

- ✓ Implantar práticas e atitudes que possibilitem tornar concreta a atuação do magistrado na fase processual da execução.
- ✓ Buscar a adoção de procedimentos que possam conferir celeridade e, principalmente, efetividade à execução.

Período: 17/10/2011 a 12/12/2011
Público-Alvo: Magistrados do Trabalho
Inscrições: Nas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho até o dia 11/10/2011 ou até ser atingido o número de vagas

ENAMAT realiza curso a distância sobre execução trabalhista para 400 magistrados

Propor um repensar sobre as práticas e, sendo o caso, a modificação dos procedimentos adotados atualmente pelo magistrado frente à execução trabalhista foi o principal desafio do curso a distância que a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) realizou no período de 17 de outubro a 12 de dezembro.

O Curso de Formação Continuada em Execução Trabalhista, com carga horária de 40 horas, distribuídas em 8 semanas de atividades, com cerca de 400 magistrados matriculados, foi desenvolvido totalmente na modalidade de educação a distância e alcançou os 24 TRTs para estudo e debate do tema, que é de importância fundamental para a Justiça do Trabalho. Segundo a Juíza do Trabalho Maria Inês Targa, responsável pela elaboração do conteúdo do curso, “a morosidade na entrega da prestação jurisdicional e os problemas relacionados à efetividade da execução acarretam descontentamento da parte, estimulam o descumprimento da sentença, favorecem novo conflito e geram descrença do Poder Judiciário”.

Conforme definido nos objetivos específicos, o curso pretendeu que os magistrados participantes implementem práticas e atitudes que possibilitem tornar concreta sua atuação na fase processual de execução e adotem procedimentos que possam conferir celeridade e, principalmente, efetividade à execução. Para atingir tais objetivos, foi elaborado conteúdo destinado especialmente ao curso e também preparado hipertexto com desenho instrucional, para que a leitura e a aprendizagem se tornassem mais facilitadas e motivadoras.

Na programação definida, os três primeiros dias foram destinados à ambientação e os cinco últimos aos trabalhos de avaliação e conclusão do curso. Divididos em 7 aulas, os demais dias foram dedicados à leitura e à discussão do conteúdo disponibilizado no ambiente Moodle, realizadas em regime de aprendizado colaborativo, com interação entre professor-aluno e aluno-aluno, por meio principalmente de fóruns, mas também incluindo outras atividades como *chats* e *wikis*.

Para o desenvolvimento adequado das atividades, a ENAMAT realizou o mesmo Curso de Execução Trabalhista com um grupo piloto, composto por magistrados que já foram preparados para atuar como formadores em educação a distância, dos quais foram escolhidos oito professores.

O conteúdo previsto para este curso é o mesmo definido para a turma piloto, que encerrou os trabalhos no dia 7 de outubro, e pode ser visualizado acima, no item deste relatório destinado ao *Curso de Efetividade da Execução Trabalhista – Modalidade de Educação a Distância (Turma Piloto)*.

CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA – PRESENCIAL

3º Curso de Formação Continuada em Administração de Tribunal Regional do Trabalho

2 a 6 de maio de 2011

Programação

2/5/2011 – Segunda-feira

14h30min

Abertura: O Controle da Administração Pública pelo Tribunal de Contas da União

Palestrante: Ministro Benjamim Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União





Ministro Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União, e Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT; Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Vice-Presidente do TST; e Ministro Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Vice-Presidente do TST; Ministro Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União; e Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT

ENAMAT realiza abertura do 3.º Curso de Formação Continuada em Administração de Tribunal Regional do Trabalho

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) realizou, no dia 2 de maio, a solenidade de abertura do 3º Curso de Formação Continuada em Administração de Tribunal Regional do Trabalho. Estiveram presentes todos os participantes do curso, no total de 53 desembargadores, que ocupam os cargos de presidente, vice-presidente e corregedor regional nos TRTs, com exceção dos tribunais trabalhistas da 3ª e da 12ª Regiões.

Para compor a mesa da cerimônia de abertura, foram convidados a Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, representando o Presidente, Ministro João Oreste Dalazen; o Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga; e o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamim Zymler, que proferiu a aula inaugural. A solenidade contou, ainda, com a presença de ministros do Tribunal Superior do Trabalho.



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Vice-Presidente do TST; Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT; e Ministro Benjamim Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Vice-Presidente do TST e Ministro Benjamim Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União

A Ministra Cristina Peduzzi, ao realizar a abertura, parabenizou a ENAMAT pela iniciativa do curso, que, segundo ela, constitui uma ferramenta para auxiliar o magistrado a cumprir sua função.

O Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, após saudar todos os presentes, ressaltou que o curso tem como finalidade “contribuir para a formação do magistrado na atividade complexa de administrar tribunais, contribuir com a aprendizagem em temas especialíssimos e proporcionar conhecimentos e habilidades da atividade da magistratura”.



Ministro Benjamin Zymler, Presidente do TCU

Na aula inaugural, o Presidente do TCU, Ministro Benjamin Zymler, tratou do tema *O controle da administração pública pelo Tribunal de Contas da União*. Salientou que o TCU ainda é pouco conhecido pela sociedade e pela mídia e afirmou que “o Tribunal tem aparato do Poder Judiciário, mas não é”. “Exercemos competências diversas”, completou. O Presidente do TCU explicou que o Tribunal é ligado ao Congresso Nacional e auxilia no controle externo da Administração Pública. Diferenciou controle político e administrativo, apresentou os pressupostos para o controle, demonstrados por meio de um diagrama, e discorreu sobre controle interno e externo, explicitando as diferenças entre ambos os sistemas e apontando a intersecção existente. Deveu-se na questão do controle externo exercido pelo Poder Legislativo, entre outros aspectos enfocados.

Assinalou o Ministro Zymler que o TCU, embora seja um tribunal administrativo e tenha poderes para aplicar sanções, “está preocupado em corrigir as irregularidades”. “O Tribunal tem um cunho eminentemente mandamental; dá ordens para que a administração pública adote o caminho da legalidade” – afirmou. Explicou que a vertente corretiva do Tribunal vem sendo exercida com os procedimentos regulares, mas também de forma cautelar, e que essa ação cautelar “é importantíssima, pois permite ao TCU sustar licitações, contratos e outros”, antes que os atos aconteçam. Destacou que o poder cautelar é usado com prudência, superando situações ocorridas no passado. Ao concluir a aula, o Ministro Zymler colocou-se à disposição dos desembargadores participantes do curso para quaisquer dúvidas que porventura tenham no exercício de suas atribuições em relação às questões da competência do TCU.

Após a aula inaugural, o Ministro Aloysio Corrêa da Veiga falou sobre a preocupação com a gestão da coisa pública e com a eficiência na prestação jurisdicional.



3/5/2011 – Terça-feira

9 às 12 horas

Tema: Administração Judiciária

Instrutor: Desembargador Flávio Portinho Sirangelo – TRT da 4ª Região, Ex-Presidente do TRT e Mestre em Direito Público



Desembargador Flávio Portinho Sirangelo, TRT da 4ª Região



13 às 16 horas

Tema: Gestão de Pessoas no Poder Judiciário

Instrutora: Ana Cláudia Braga Mendonça, Servidora do TST ocupando o cargo de Secretária de Gestão de Pessoas do Tribunal Superior Eleitoral



Ana Cláudia Braga Mendonça



4/5/2011 – Quarta-feira

9 às 12 horas

Tema: Lei de Responsabilidade Fiscal – Limites, Relatórios e Principais Obrigações do Poder

Instrutor: Marcelo Barros Marques, Servidor do TST ocupando o cargo de Subsecretário de Programação Orçamentária e Financeira do Conselho da Justiça Federal



Marcelo Barros Marques



Participantes do curso

14 às 17 horas

Tema: Contratação de Bens e Serviços – Peculiaridades do Poder Judiciário Trabalhista

Instrutores: Fabiano de Andrade Lima, Servidor do TST ocupando o cargo de Diretor do Departamento de Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça, e Luiz Maurício Penna da Costa, Analista Judiciário, em exercício na Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho



Fabiano de Andrade Lima, Diretor do Departamento de Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça



Luiz Maurício Penna da Costa, em exercício na Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho



Participantes do curso

5/5/2011 – Quinta-feira

9 às 12 horas

Tema: Planejamento Estratégico na Justiça do Trabalho

Instrutores: Juiz do Trabalho Rubens Curado Silveira, Secretário-Geral da Presidência do TST; e Cláudio Gomes de Oliveira, Assessor de Planejamento e Gestão Estratégica do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT)



Juiz do Trabalho Rubens Curado Silveira, Secretário-Geral da Presidência do TST



Cláudio Gomes de Oliveira, Assessor de Planejamento e Gestão Estratégica do CSJT



Participantes do curso

14 às 18 horas

Tema: Administração Orçamentária e Financeira – Aspectos Relacionados a Trâmites Orçamentários e Execução Financeira na Justiça do Trabalho

Instrutor: Marcelo Barros Marques, Servidor do TST ocupando o cargo de Subsecretário de Programação Orçamentária e Financeira do Conselho da Justiça Federal



Marcelo Barros Marques

6/5/2011 – Sexta-feira

9 às 12 horas

Tema: Comunicação Social

Coordenação: Renato Parente, Secretário de Comunicação Social da Presidência do TST



Renato Parente

Tema: Comunicação Institucional – A Imagem da Instituição perante a Sociedade

Instrutora: Zileide Silva, Jornalista da TV Globo



Zileide Silva

Tema: Estrutura de Comunicação

Instrutor: Rogério Tavares, Assessor de Comunicação Social do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais



Rogério Tavares

14 às 18 horas

Tema: Gestão de Crises

Instrutora: Cláudia Valente, Jornalista do TST e ex-Assessora de Comunicação da ECT



Cláudia Valente

Tema: Relacionamento com a Imprensa

Instrutor: Rodrigo Haidar, Jornalista do *site* Consultor Jurídico



Rodrigo Haidar

Tema: Aspectos Práticos do Relacionamento com a Imprensa

Instrutora: Giovana Cunha, Coordenadora de Rádio e TV do TST



Giovana Cunha

18h – Encerramento



Cláudia Valente, jornalista do TST; Renato Parente, Secretário de Comunicação Social da Presidência do TST; Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires, Vice-Diretor da ENAMAT; Giovana Cunha, Coordenadora de Rádio e TV do TST; e Rodrigo Haidar, jornalista do *site Consultor Jurídico*

ENAMAT encerra 3º Curso de Administração de TRT com o tema Comunicação Social

No último dia do 3º Curso de Formação Continuada em Administração de Tribunal Regional do Trabalho (6/5), foi realizada, durante sete horas, uma mesa-redonda, sobre o tema Comunicação Social, sob a coordenação do Secretário de Comunicação Social da Presidência do TST, Renato Parente, com a participação de jornalistas e de gestores da área em tribunais.

Foram palestrantes, no período da manhã, a jornalista Zileide Silva, da TV Globo, que tratou do tema *A imagem da instituição perante a sociedade*, e o Secretário de Comunicação Social do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, Rogério Tavares, que focalizou a questão da *Estrutura da Comunicação*.

Uma conversa aberta sobre a atividade jornalística – assim foi a palestra de Zileide Silva sobre a imagem da instituição perante a sociedade. Ela comentou reportagens que reforçam a nova imagem do Poder Judiciário na mídia, demonstrando elogios de grandes jornais do país a ações recentes da Justiça.

A jornalista colocou em discussão algumas críticas da população à Justiça, como a lentidão, mas afirmou que, entre os ramos do Poder Judiciário, a Justiça do Trabalho é a que tem a melhor imagem perante a sociedade. “As pessoas falam que a Justiça Trabalhista é a única que funciona no país e está ao lado do trabalhador” – destacou. Os desembargadores presentes opinaram sobre seus comentários relacionados às críticas da sociedade ao Poder Judiciário e contaram experiências dos anos de magistratura.

Zileide Silva falou, ainda, sobre as novas mídias. “Estamos aprendendo a lidar com elas e percebemos que é difícil” – afirmou. Mas, segundo ela, é importante

que a Justiça divulgue suas ações não só para mostrar sua atividade, mas também como meio de melhorar a imagem, e lembrou a função da Rádio e TV Justiça. Discutiu também a preocupação com o tempo por parte dos profissionais de imprensa, falando da busca, tanto do jornalista quanto do entrevistado, pela objetividade e discorrendo sobre o apego desses profissionais por detalhes.

Após a apresentação de Zileide Silva, o Assessor de Comunicação Social do TRE/MG, Rogério Tavares, tratando sobre a estrutura de comunicação, fez, inicialmente, um histórico sobre o tema e abordou a evolução das assessorias de comunicação, quando salientou que o Poder Judiciário foi o último a se preocupar com a questão da Comunicação, o que ocorreu somente na década de 1980, em razão da demanda social.

Rogério Tavares lembrou que o papel da assessoria de comunicação é intermediar o órgão e a imprensa e que essa função envolve questões de visibilidade e transparência. Ele destacou que, no início da estrutura de comunicação do Poder Judiciário, o profissional da assessoria era confundido com o jornalista externo à atividade da instituição. “Era um momento de resistência”, definiu.

Ao final das atividades da parte da manhã, o coordenador da mesa e Secretário de Comunicação Social do TST, Renato Parente, disse que, conforme decidido na última terça-feira, o TST irá cooperar com os Tribunais Regionais para que produzam material para a TV Justiça. Assinalou que é necessário haver essa colaboração, já que a atividade televisiva demanda a aplicação de elevados recursos financeiros. “A conta é alta e um dia a sociedade pode nos cobrar” – afirmou.

No período da tarde, os desembargadores participantes do 3º Curso de Administração de TRT assistiram a novas palestras acerca do tema Comunicação Social. Três profissionais realizaram a apresentação: a jornalista do TST, ex-assessora de Comunicação da Empresa Brasileira de Correios (ECT), Cláudia Valente, o jornalista do *site Consultor Jurídico* Rodrigo Haidar e a Coordenadora de Rádio e TV do TST, Giovana Cunha.

A jornalista Cláudia Valente falou da importância de o gestor estar preparado para agir em situação de crise. Com vasta experiência no assunto, Cláudia Valente definiu crise como “evento que pode influenciar negativamente na reputação ou credibilidade da empresa ou instituição junto à sociedade”. Explicou que uma crise pode desenvolver-se a partir de um fato ou mesmo boato e mostrou exemplos de empresas que sofreram com crises causadas por esses meios.

Apresentou, ainda, os diferentes tipos de crise, entre os quais estão os desastres naturais, as falhas de origem criminosas, de natureza econômica e de equipamentos e os desastres industriais. Segundo a jornalista, para lidar com uma crise é necessário que a instituição desenvolva algumas ações importantes, como organizar um comitê de crise e treinar um dos membros para ser porta-voz, em um *media-training*.

Giovana Cunha falou sobre os aspectos práticos do relacionamento com a imprensa. Para abordar o tema, a Coordenadora de Rádio e TV do TST fez uma apresentação sobre *media-training*, mostrando aos desembargadores como expressar uma imagem positiva perante a imprensa, incluindo postura, entonação de voz, vestuário e forma de se portar em entrevistas.

Em relação à linguagem a ser utilizada, Giovana Cunha destacou a necessidade do bom uso do português, de modo a expressar-se com clareza, para ser bem compreendido. Afirmou que o entrevistado deve enfatizar os tópicos importantes e conduzir as entrevistas por meio da resposta. Lembrou a importância de ler matérias recorrentes na mídia sobre o tema da entrevista e de se inteirar acerca do programa ao qual será dada a entrevista.

O jornalista Rodrigo Haidar iniciou sua palestra dizendo ser “importante que os juízes deixem de lado a ideia de que só devem falar nos autos e se relacionem profissionalmente com a imprensa”. Segundo ele, a inauguração do estado democrático de direito trouxe a descoberta de um novo poder, com uma corrida aos tribunais, e o Judiciário passou a exercer o papel de protagonista. “Ele é o Poder que regula o poder dos outros Poderes” – afirmou. Apontou que a imprensa é responsável por explicar as mudanças recentes ao cidadão e que para isso o jornalista precisa entender o conteúdo a ser publicado, sendo necessário que magistrados e jornalistas se conheçam e possam ter uma adequada interação.

Ao tratar do relacionamento entre juízes e jornalistas, mostrou a necessidade de comunicação clara por parte dos magistrados, alertando que a falta dela pode gerar notícias negativas, e mostrou os benefícios da transparência. Falou sobre o poder das redes sociais, assinalando que são importantes meios de comunicação, não sendo possível ignorá-las na atualidade.

Ao final da participação dos palestrantes, o Vice-Diretor da ENAMAT, Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires, representando o Diretor, Ministro Aloysio Correa da Veiga, fez o encerramento do 3º Curso de Formação Continuada destinado a administradores de Tribunal Regional. Após enfatizar a importância do curso para os participantes e para o Judiciário trabalhista, o Ministro concluiu: “Levem aos seus pares e também aos juízes titulares e substitutos nossas homenagens e a certeza de que aqui na Escola labutamos com os olhos voltados para toda a estrutura da Justiça, para contribuir com o seu aperfeiçoamento”.

Curso de Formação Continuada em Teoria Geral do Processo Eletrônico

19 e 20 de setembro de 2011



Debate na ENAMAT: Processo eletrônico é apenas papel colocado dentro do computador?

As manchetes dos jornais estampam que o processo eletrônico é uma realidade e que já está mudando a cara da Justiça. Mas será que é simples assim? Basta trocar o processo de papel pelo processo eletrônico e fazer na tela do computador a mesma coisa? Apenas transformar pilhas de papel em arquivos digitais? O processo eletrônico é o mesmo “velho” processo, agora na forma eletrônica, ou se trata de um “novo” processo?

Essas e outras perguntas instigam os juízes, servidores, advogados, procuradores e todas as pessoas envolvidas nessa mudança de paradigma na Justiça brasileira, e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) discute os principais pontos dessa grande mudança. Ao contrário de outras abordagens, que usualmente estudam os aspectos operacionais, como os programas e *softwares* utilizados pelos computadores e o treinamento das pessoas para as novas rotinas, a Escola Nacional examina o tema detalhadamente para compreender como muda o próprio processo e sua teoria geral nesse novo contexto.

Nos dias 19 e 20 do próximo mês de setembro, na sede da ENAMAT, em Brasília, essas reflexões foram desenvolvidas no inédito *Curso de Formação Continuada em Teoria Geral do Processo Eletrônico*. O curso, ministrado na modalidade presencial, contou com a participação de três magistrados de cada

Escola Judicial dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho e com a presença de ministros do Tribunal Superior do Trabalho.

O curso focalizou os três principais temas para a compreensão da construção da teoria geral dessa nova modalidade de processo.

O primeiro deles, *Desafios do Direito e do Processo na Era da Sociedade da Informação*, envolveu o debate sobre a transição do meio-papel para o meio-virtual no mundo jurídico. No segundo tema – *A Justiça do Trabalho e o Novo Paradigma de Prestação Jurisdicional* –, houve reflexões sobre como o processo eletrônico pode ser instrumento de eficiência na administração da Justiça, de que forma está ocorrendo a transição do meio físico ao virtual na Justiça do Trabalho e como se implanta a nova cultura jurídica que o acompanha. O último tema – *Problematização dos Princípios Processuais no Meio Eletrônico* – enfrentou as questões mais relevantes da teoria geral do processo na realidade virtual.

O curso, desenvolvido no formato de painéis com debates e interação com os participantes, recebeu convidados que são especialistas de renome na área e contou com a presença de professores universitários, advogados e magistrados.

Em linhas gerais, o curso buscou introduzir o debate mais aprofundado sobre os aspectos teóricos relevantes da implantação do processo eletrônico, particularmente no âmbito da Justiça do Trabalho, na perspectiva da qualificação dos magistrados como agentes da prestação eficiente do serviço público de Justiça.

A ENAMAT pretende, em breve, formatar o conteúdo para uma versão de educação a distância, com previsão de alcançar centenas de juízes em todo o Brasil na plataforma de ensino virtual da Escola Nacional.

Curso de Formação Continuada em Teoria Geral do Processo Eletrônico

OBJETIVO: *Oportunizar aos Magistrados do Trabalho a reflexão sobre a emergência de uma redefinição da teoria geral do processo, com a implantação do processo eletrônico no Judiciário Trabalhista.*

EMENTA: *Os desafios do Direito e do Processo na era da sociedade da informação: do papel ao virtual. A Justiça do Trabalho e o novo paradigma de prestação jurisdicional. A problematização dos princípios processuais no meio eletrônico.*

PÚBLICO-ALVO: *até 3 Magistrados do Trabalho vitalícios, de forma presencial, indicados pelas respectivas Escolas Judiciais.*

PERÍODO: *19 e 20 de setembro de 2011*

CARGA HORÁRIA: 2 dias, com carga total de 12 horas-aula.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Desenvolvido de acordo com a aquisição e o desenvolvimento das competências necessárias:

TEMA 1. Os desafios do Direito e do Processo na era da sociedade da informação: do papel ao virtual

- *A sociedade da informação e os novos desafios para o Direito e o Processo*
- *O Governo Eletrônico e a qualidade do serviço público de Justiça no meio virtual*
- *Os novos conceitos jurídico-tecnológicos da Lei n.º 11.419/2006 e os principais elementos para uma teoria geral do processo eletrônico*

TEMA 2. A Justiça do Trabalho e o novo paradigma de prestação jurisdicional

- *O processo eletrônico como instrumento de eficiência da administração judiciária*
- *A transição do processo físico ao virtual na Justiça do Trabalho*
- *A nova cultura jurídica do processo eletrônico: o case do TRT da 13.ª Região*

TEMA 3. A problematização dos princípios processuais no meio eletrônico

- *O desafio do acesso à Justiça no processo eletrônico*
- *Os limites da publicidade no processo eletrônico*
- *Os novos princípios processuais e suas implicações*

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

<i>DIA 19.9.2011 (Segunda-feira)</i> <i>(Local: ENAMAT)</i>	
<i>13h30min</i>	<i>Abertura</i> <i>- Presidência do TST</i> <i>- Direção da ENAMAT</i>
<i>14h</i>	<i>TEMA 1. Os desafios do Direito e do Processo na era da sociedade da informação: do papel ao virtual (mesa-redonda – 4 horas-aula)</i> <i>Ponto 1.1. A sociedade da informação e os novos desafios para o Direito e o Processo (Professor Doutor Luiz Fernando Martins Castro)</i> <i>Ponto 1.2. O Governo Eletrônico e a qualidade do serviço público de Justiça no meio virtual (Professor Doutor Airton José Ruschel)</i> <i>Ponto 1.3. Os novos conceitos jurídico-tecnológicos da Lei n.º 11.419/2006 e os principais elementos para uma teoria geral do processo eletrônico (Professor Doutor José Carlos de Araujo Almeida Filho)</i> <i>Dinâmica: 30min para cada painalista, com debates ao final</i>
<i>18h</i>	<i>Encerramento</i>

<i>DIA 20.9.2011 (Terça-feira)</i> <i>(Local: ENAMAT)</i>	
<i>8h30min</i>	<p><i>TEMA 2. A Justiça do Trabalho e o novo paradigma de prestação jurisdicional (mesa-redonda – 4 horas-aula)</i></p> <p><i>Ponto 2.1. O processo eletrônico como instrumento de eficiência da administração judiciária (Juiz do Trabalho e Secretário-Geral da Presidência do TST Rubens Curado Silveira)</i></p> <p><i>Ponto 2.2. A transição do processo físico ao virtual na Justiça do Trabalho (Desembargador Claudio Mascarenhas Brandão)</i></p> <p><i>Ponto 2.3. A nova cultura jurídica do processo eletrônico: o case do TRT da 13.^a Região (Desembargador Ubiratan Moreira Delgado)</i></p> <p><i>Dinâmica: 30min para cada painalista, com debates ao final</i></p>
<i>12h30min</i>	<i>Almoço</i>
<i>14h</i>	<p><i>TEMA 3. A problematização dos princípios processuais no meio eletrônico (mesa-redonda – 4 horas-aula)</i></p> <p><i>Ponto 3.1. O desafio do acesso à Justiça no processo eletrônico (Professor Doutor Alexandre Atheniense)</i></p> <p><i>Ponto 3.2. Os limites da publicidade no processo eletrônico (Professor Doutor Wesley Roberto de Paula)</i></p> <p><i>Ponto 3.3. Os novos princípios processuais e suas implicações (Juiz do Trabalho Auxiliar da Presidência do CNJ José Eduardo de Resende Chaves Junior)</i></p> <p><i>Dinâmica: 30min para cada painalista, com debates ao final</i></p>
<i>18h00min</i>	<p><i>Encerramento</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>- Presidência do TST</i> <i>- Direção da ENAMAT</i>

ENAMAT realiza abertura do Curso sobre Teoria Geral do Processo Eletrônico

O Ministro João Oreste Dalazen, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), abriu no dia 19 de setembro o Curso de Formação Continuada em Teoria Geral do Processo Eletrônico, promovido pela ENAMAT. O curso, destinado a magistrados das Escolas Judiciais dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho, contempla o estudo de importantes aspectos teóricos da implantação do processo eletrônico, principalmente na Justiça do Trabalho, na perspectiva da qualificação dos magistrados como agentes da prestação eficiente do serviço público de Justiça.

Na cerimônia de abertura, o Ministro João Oreste Dalazen congratulou-se com a ENAMAT pela realização do curso e salientou que a iniciativa se encontra em sintonia com sua administração, que tem como prioridade a implantação do processo eletrônico. O Ministro Dalazen destacou que a modernização da Justiça do Trabalho impõe, em primeiro lugar, acompanhar os avanços tecnológicos. Afirmou que já foram desenvolvidos diversos sistemas de

processo eletrônico por órgãos da Justiça do Trabalho, mas que ainda não há um sistema nacional. “Temos como inarredável a implantação de um processo eletrônico único e nacional na Justiça do Trabalho”, ressaltou. O Ministro enfatizou aos participantes do curso que o processo eletrônico é instrumento imprescindível para dar efetividade ao princípio constitucional da razoável duração do processo e assinalou como vantagens de sua implantação a celeridade processual, a economia de recursos, a maior acessibilidade e a preservação da saúde dos profissionais que atuam na área do Direito, além de apontar aspectos relacionados à sustentabilidade ambiental.

O Ministro Aloysio Correa da Veiga, Diretor da ENAMAT, mostrou a importância de a ENAMAT promover a formação de magistrados para a atual realidade, em que se verifica uma mudança de paradigmas sem precedentes. Segundo ele, “esta discussão sobre tema tão instigante nos motiva a procurar cada vez mais formar juízes para a missão de transformação da cultura do papel para a cultura do processo virtual”.





ENAMAT encerra curso sobre Teoria Geral do Processo Eletrônico



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT; Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Vice-Presidente do TST; Ministro João Oreste Dalazen, Presidente do TST; Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho; e Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires, Vice-Diretor da ENAMAT

O Curso de Formação Continuada em Teoria Geral do Processo Eletrônico, promovido pela ENAMAT, foi encerrado no final da tarde do dia 20 de setembro, após dois dias de intensas atividades de formação.

Distribuído em módulos, o conteúdo do curso focalizou três temas principais. No primeiro deles, a abordagem incidiu sobre *Os desafios do Direito e do*

Processo na era da sociedade da informação: do papel ao virtual, examinados por meio de debates realizados em uma mesa-redonda ocorrida na tarde do dia 19, com a participação de especialistas no assunto, que apresentaram pontos específicos. Luiz Fernando Martins Castro, Diretor de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Política e Direito da Informática (IBPDI), falou sobre a sociedade da informação e os novos desafios para o Direito e o Processo; Airton José Ruschel, Professor e Pesquisador da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), fez uma exposição em que salientou o Governo Eletrônico e a qualidade do serviço público da Justiça no meio virtual; e José Carlos de Araújo Almeida Filho, Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Eletrônico, tratou da questão dos novos conceitos jurídico-tecnológicos da Lei n.º 11.419/2006 e os principais elementos para uma teoria geral do processo eletrônico.

No dia 20, o curso transcorreu durante todo o dia com a presença maciça dos participantes, que tiveram a oportunidade de discutir os temas *A Justiça do Trabalho e o novo paradigma de prestação jurisdicional*, na parte da manhã, e *A problematização dos princípios processuais no meio eletrônico*, no período da tarde, com a contribuição de magistrados e especialistas que também compuseram mesas-redondas sobre esses temas.

Em relação ao novo paradigma de prestação jurisdicional, três pontos de análise foram levados ao público participante, com discussões capitaneadas por magistrados do trabalho, que apresentaram experiências e conhecimentos sobre o processo eletrônico. O Juiz do Trabalho Rubens Curado Silveira, Secretário-Geral da Presidência do TST, analisou a questão relativa ao processo eletrônico como instrumento de eficiência da administração judiciária, o Desembargador Cláudio Mascarenhas Brandão, do TRT da 5ª Região, trouxe aos cursistas aspectos importantes sobre a transição do processo físico ao virtual na Justiça do Trabalho e o Desembargador Ubiratan Moreira Delgado, do TRT da 13.ª Região, centrou sua atenção na nova cultura jurídica do processo eletrônico, demonstrando o case do TRT a que é vinculado.

Já no tocante ao último tema enfocado – *Problematização dos princípios processuais no meio eletrônico* –, foram expositores Alexandre Rodrigues Atheniense, Coordenador de Pós-Graduação em Direito de Informática, da Escola Superior de Advocacia da OAB/SP; Wesley Roberto de Paula, Professor da PUC Minas; e José Eduardo de Resende Chaves Júnior, Juiz do Trabalho Auxiliar da Presidência do CNJ. Os palestrantes falaram, respectivamente, sobre o desafio do acesso à Justiça no processo eletrônico, os limites da publicidade nessa modalidade de processo e os novos princípios processuais e suas implicações.

Em todas as mesas-redondas desenvolvidas, os participantes do curso debateram com muito interesse os aspectos trazidos pelos expositores, apresentando questionamentos de natureza teórica e também relacionados às situações de seus tribunais.



Ministros do TST e magistrados participantes



Ministros do TST e magistrados participantes



José Carlos de Araújo Almeida Filho, professor da UFF e presidente do IBDE; Airton José Ruschel, professor e pesquisador da UFSC; Juiz do Trabalho Giovanni Olsson, assessor da direção da ENAMAT; e Luiz Fernando Martins Castro, diretor de Relações Institucionais do IBPDI



Desembargador Cláudio Mascarenhas Brandão, TRT 5ª Região; Juiz do Trabalho Rubens Curado Silveira, Secretário-Geral da Presidência do TST; Juiz do Trabalho Giovanni Olsson, assessor da direção da ENAMAT; e Desembargador Ubiratan Moreira Delgado, TRT 13.ª Região



Wesley Roberto de Paula, professor da PUC Minas; Juiz do Trabalho Auxiliar da Presidência do CNJ José Eduardo de Resende Chaves Júnior; Juiz do Trabalho Giovanni Olsson, assessor da direção da ENAMAT; e Alexandre Rodrigues Atheniense, coordenador de pós-graduação em Direito de Informática da Escola Superior de Advocacia da OAB/SP



Foto Oficial

FORMAÇÃO DE FORMADORES

2.º Curso de Formação de Formadores para Gestores de Escolas Judiciais

27 a 29 de junho de 2011

A ENAMAT realizou de 27 a 29 de junho, em sua sede, em Brasília, o 2º Curso de Formação de Formadores para Gestores de Escolas Judiciais, com a participação de 51 integrantes da direção e dos conselhos acadêmicos ou consultivos das 24 instituições de ensino vinculadas aos Tribunais Regionais do Trabalho.

O curso teve por objetivo atender à demanda apresentada pelos administradores das Escolas Judiciais para desenvolver e aperfeiçoar os instrumentos de gestão dos processos de formação profissional dos magistrados do trabalho. Visou, ainda, a multiplicação posterior, pelos participantes a outros gestores das Escolas Judiciais, dos conhecimentos adquiridos, de forma a propagar os conteúdos e maximizar o efeito da formação.

O conteúdo programado foi desenvolvido em 20 horas-aula, divididas em quatro módulos teórico-práticos, e contemplou temas como visão institucional das escolas judiciais, sistema de formação profissional da magistratura trabalhista, engenharia de gestão e engenharia pedagógica e de formação nas escolas judiciais. A equipe de professores constituiu-se de magistrados e profissionais especializados, com experiência nos assuntos que foram objeto de estudo. Os docentes utilizaram diversas técnicas didáticas durante o curso para favorecer a aprendizagem, entre as quais painéis, mesas-redondas, aulas expositivas, dinâmicas de grupo, estudo de casos e oficinas.

O curso buscou, em síntese, valorizar a capacidade do magistrado participante em fazer a transposição dos conhecimentos teóricos que adquiriram para a atividade cotidiana de trabalho, a fim de alcançar uma gestão eficiente, voltada para a questão essencial da formação e aperfeiçoamento dos juízes do trabalho.

Cronograma de Atividades do Curso de Formação de Formadores para Gestores de Escolas Judiciais

27.6.2011 – Segunda-feira

Abertura

1. A VISÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA JUDICIAL

O papel da Escola Judicial na formação profissional do Magistrado

Instrutor: Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho (TST)



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho (TST)



2. O Sistema de Formação Profissional da Magistratura Laboral

A formação dos Magistrados: um modelo de formação profissional em construção

Instrutora: Bernardete Cordeiro (Professora Mestre da Universidade Católica de Brasília)



Bernardete Cordeiro

Atividade Complementar: Elementos de estruturação de espaços, de pessoal e de material das Escolas: a experiência da ENAMAT

Coordenação: Subsecretaria Administrativo-Acadêmica da ENAMAT



Juiz do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor da Direção da ENAMAT



Ben Hur Lopes Oliveira, Analista de Sistemas da ENAMAT

28.6.2011 – Terça-feira

Os fundamentos gerais da formação do Juiz do Trabalho

Instrutor: Juiz do Trabalho Giovanni Olsson (Assessor da Direção da ENAMAT)



3. A Engenharia de Gestão nas Escolas Judiciais

A gestão de EaD e suas ferramentas

Coordenação: Desembargador Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha
(Diretor da EJ da 1ª Região e Conselheiro da ENAMAT)



Desembargador Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha
e Desembargador Amaury Rodrigues Pinto Junior

Tema I: Planejamento e execução de cursos a distância

Instrutor: André Cordeiro (Assessor da CGJT)



André Cordeiro

Tema II: As ferramentas de EaD e a plataforma Moodle

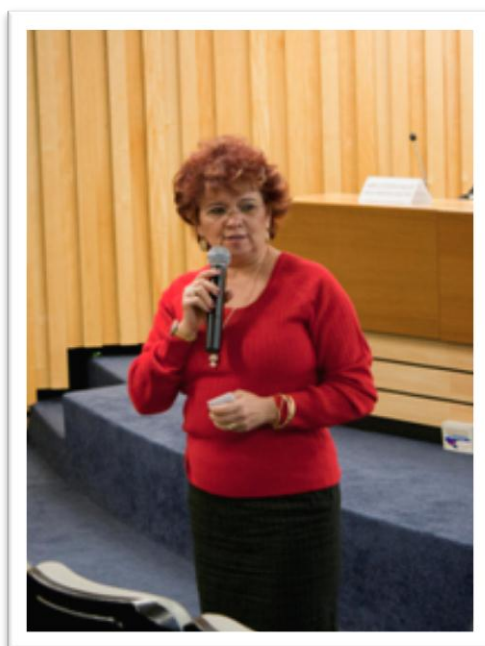
Instrutor: José Ericleidson da Silva (Coordenador de EaD da EJ da 2ª Região)



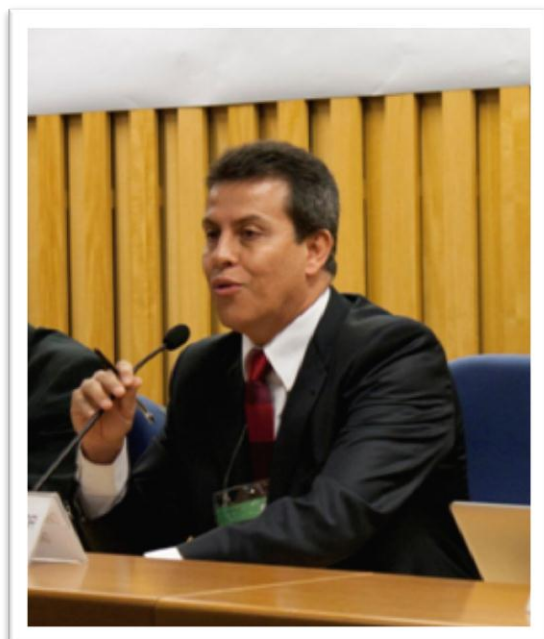
José Ericleidson da Silva

Tema III: Os desafios da execução de EaD nas EJs: a gestão administrativa no âmbito dos TRTs

Instrutores: Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves (Vice-Diretora da EJ da 2ª Região) e Desembargador Amaury Rodrigues Pinto Junior (Diretor da EJ da 24ª Região)



Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves



Desembargador Amaury Rodrigues Pinto Junior

29.6.2011 – Quarta-feira

As boas-práticas na estruturação administrativo-gerencial das Escolas
Instrutor: Juiz do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt (TRT da 21ª Região)



Juiz do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt

Planejamento estratégico e diretrizes normativas sobre a gestão financeira das Escolas

Instrutor: André Cordeiro (Assessor da CGJT)



André Cordeiro

4. A Engenharia Pedagógica e de Formação nas Escolas Judiciais

As práticas pedagógicas na formação do Juiz do Trabalho

Instrutora: Fernanda Brito (Procuradora do Trabalho e Professora Mestre da UFMG)



Fernanda Brito

Encerramento do Curso



Foto oficial

CONVÊNIOS

A ENAMAT mantém convênios e parcerias com instituições nacionais e estrangeiras, para intercâmbio de experiências de docentes e aperfeiçoamento de magistrados do trabalho brasileiros, e recebe com frequência visitas de outras entidades interessadas em conhecer suas atividades.

Em 2010, a Escola deu continuidade à execução dos convênios firmados com instituições para a realização de seus objetivos institucionais, firmou novas parcerias e concluiu outras, depois de alcançados os objetivos.



THE
INTERNATIONAL
ORGANIZATION
FOR JUDICIAL
TRAINING



IOJT



fornecer a seus membros informações sobre os métodos de treinamento judicial existentes nos diferentes países e as estratégias para o desenvolvimento de capacidades por meio da cooperação entre as instituições. Essa meta é trabalhada por meio de conferências e intercâmbios, que dão aos juízes e educadores oportunidade para discutir estratégias de implantação e criação de centros de treinamento, definição de currículos efetivos, desenvolvimento de capacidades e aptidões e aperfeiçoamento da metodologia de ensino.

Em fevereiro de 2010, a ENAMAT foi aceita como membro da International Organization for Judicial Training (Organização Internacional para Treinamento Judicial – IOJT). A decisão do Comitê Executivo da IOJT foi informada por seu presidente, o magistrado israelense Shlomo Levin.

Criada em 2002, a IOJT reúne instituições voltadas para a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento de magistrados de mais de 50 países. Uma de suas metas principais é



ENAMAT: intercâmbio e cooperação em novo convênio para juízes



A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) e a Escola Nacional da Magistratura da Associação dos Magistrados Brasileiros (ENM-AMB) assinaram no dia 23 de agosto de 2011 convênio para intercâmbio e cooperação entre as duas instituições. A ENAMAT foi representada pelo seu Diretor, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, e a ENM-AMB pelo Diretor-Presidente, Juiz Roberto Portugal Bacellar. Também compareceram ao evento o Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Desembargador Henrique Nelson Calandra (SP), além do Desembargador José Geraldo da Fonseca (RJ), Coordenador da ENM-AMB, e da Juíza Martha Halfeld F. M. Schmidt (MG), membro do Conselho Consultivo da ENAMAT.

Ambas as entidades dedicam-se ao aperfeiçoamento de Magistrados, e a sua aproximação cria novas oportunidades aos juízes em termos de qualificação pessoal e profissional para o aprimoramento da Justiça.

A ENAMAT foi criada pela Emenda Constitucional n.º 45, de 2004, e tem por objetivo institucional a formação e o aperfeiçoamento de magistrados do trabalho de todo o país. A Escola funciona junto ao Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília, e atua nas áreas de ensino, pesquisa e publicação. Suas principais atividades de ensino envolvem cursos de formação inicial (para os novos juízes, recém-aprovados em concurso público), cursos de formação continuada (para os juízes já experientes) e cursos de formação de formadores (para treinamento de instrutores das Escolas Judiciais dos TRTs). Além disso, a ENAMAT também coordena o sistema integrado de formação dos juízes do trabalho, composto pelas Escolas de todos os 24 Tribunais Regionais do Trabalho.

A Escola Nacional da Magistratura é uma das mais antigas escolas da magistratura do país, vinculada à Associação dos Magistrados Brasileiros, que

possui o maior número de integrantes de todos os ramos do Judiciário (Estadual, Federal, do Trabalho, Eleitoral e Militar). Entre seus objetivos estão a qualificação dos juizes de todas as áreas, especialmente o aprimoramento cultural, jurídico, humanístico e deontológico, por meio de oferecimento de cursos próprios e de convênio com instituições e universidades nacionais e estrangeiras, como na França, Portugal, Espanha e Estados Unidos.

O convênio assinado prevê especificamente o intercâmbio de informações, material bibliográfico, métodos e técnicas de trabalho, assim como a cooperação acadêmica, científica e cultural, para o aperfeiçoamento das atividades de ambas as instituições.







ENAMAT firma convênio com a Espanha para formação de juízes



A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) firmou convênio de cooperação com a Escola Nacional Judicial – Conselho Geral do Poder Judicial de Espanha (CGPJ) para intercâmbio de conhecimentos na área de formação de magistrados. O Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, participou do ato de assinatura no dia 16 de setembro, em cerimônia realizada em Madri.

O representante espanhol, D. Félix Vicente Azón Vilas, Vogal do Consejo General del Poder Judicial (Conselho Geral do Poder Judiciário), destacou a importância do convênio, porque o Brasil se destaca como uma potência na América Latina em termos de Justiça, especialmente em Justiça do Trabalho, e a Espanha, por sua vez, dispõe de muita experiência em formação. A troca de conhecimentos entre os dois países se dará por meio de videoconferências.

O Conselho Geral do Poder Judiciário é um órgão constitucional da Espanha, colegiado e autônomo, composto de juizes e advogados que exercem funções governamentais do Poder Judiciário, o qual tem a finalidade de garantir a independência dos juizes em suas funções jurisdicionais.

ENAMAT passa a integrar a Rede Ibero-americana de Escolas Judiciais



A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) passou a integrar a Rede Ibero-americana de Escolas Judiciais (RIAEJ), comunidade voltada para a cooperação, o ajuste e o apoio recíproco entre escolas judiciais e centros públicos de capacitação judicial ibero-americanos.

A inclusão da ENAMAT foi proposta pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e aprovada, por unanimidade, pela VI Assembleia-Geral da RIAEJ, realizada em outubro deste ano, em Cartagena de Índias, na Colômbia.

A RIAEJ facilita o intercâmbio de práticas e cursos visando ao aprimoramento das escolas judiciais da Rede e ao desenvolvimento de práticas que estimulem as escolas da magistratura e os centros judiciais dos países integrantes a trocar experiências, conhecimentos e metodologias de trabalho. Essas atividades buscam o fortalecimento do sistema judicial, a melhoria da comunicação entre os membros e melhor capacitação dos operadores da Justiça.

Compõem a Rede as escolas judiciais dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha,

Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Escola Nacional da Magistratura da França

Em continuidade às ações previstas para o convênio com a Escola Nacional da Magistratura francesa, a ENAMAT participou do Curso de Formação de Formadores realizado na França no período de 10 a 21 de outubro de 2011.

Ministra Maria de Assis Calsing participa de curso na França

A Ministra Maria de Assis Calsing, conselheira da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), participou na França do Curso de Formação de Formadores, promovido pela Escola Nacional da Magistratura (ENM) daquele país.

O curso foi realizado, na primeira semana, de 10 a 21 de outubro, nas instalações da ENM em Paris e, na segunda semana, de 17 a 21 de outubro, em Bordeaux, sede da Escola, com a presença de representantes da Algéria, de Madagascar, da Romênia e do Brasil.

No segundo dia de atividades, a Ministra Calsing fez uma palestra sobre a ENAMAT, explicando os respectivos objetivos, criação e abrangência, com apresentação de slides. Segundo a Ministra, o trabalho exposto “mereceu não só grande atenção de todos como foi muito elogiado”.

Durante a primeira etapa do curso, foram estudados temas, como engenharia de formação e engenharia pedagógica, compreensão do processo de aprendizagem de adultos e sua aplicação em escola da magistratura, condução de projeto de formação, novas tecnologias e evolução atual da formação. Como recursos didáticos para o desenvolvimento dos temas, a ENM utilizou apresentação de filmes, depoimento de magistrado sobre a formação recebida, estudo de casos práticos e exercícios de formação, entre outros. Os alunos realizaram, ainda, visita ao Palácio da Justiça e, especificamente, à Corte de Cassação.

Em Bordeaux, o curso, em sua segunda etapa, focalizou o funcionamento da ENM em relação aos seus alunos, com explanação sobre seguintes pontos: objetivos das áreas em que se divide a Escola, no total de oito; a atribuição de planejamento da subdireção de estudos; recrutamento de magistrados; trabalho do centro de pesquisas e documentação; e ensino de língua estrangeira – na França, é obrigatório o aprendizado de inglês pelos futuros magistrados. Houve, nessa fase, visita a um tribunal local, quando os participantes presenciaram a atuação de magistrados em estágio final com o acompanhamento de magistrados mais experientes.

A Ministra Maria de Assis Calsing registrou que “a participação nesse curso foi muito valiosa, tendo em conta fazer parte do Conselho da ENAMAT, que, junto com o Diretor da Escola, elabora e coordena o programa de formação inicial e continuada dos magistrados do trabalho brasileiros”.

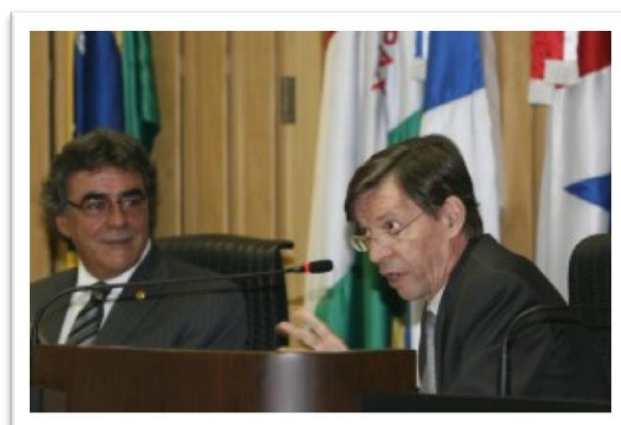
OUTROS EVENTOS

Solenidade na ENAMAT assinala a conclusão do Projeto de Cooperação Técnica entre o TST e a AECID

15 de abril de 2011



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT;
e Dom Carlos Alonso Saldívar, Embaixador da Espanha



Com a presença do Embaixador Espanhol, Dom Carlos Alonso Saldívar, a ENAMAT realizou solenidade, no dia 15 de abril, para marcar a conclusão do Protocolo de Intenções TST/Aecid, no auditório do Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, após a Cerimônia de Encerramento do 10º Curso de Formação Inicial dos Juízes do Trabalho Substitutos. Na ocasião, Dom Carlos Alonso Saldívar foi condecorado pelo Diretor da Escola, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, com o Certificado e a Medalha da ENAMAT “Honra ao Mérito”, em reconhecimento e agradecimento pelos relevantes serviços prestados à formação e ao aperfeiçoamento de magistrados brasileiros do trabalho. A solenidade contou com a participação de vários ministros e gestores do TST.

O Tribunal Superior do Trabalho e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid) concluíram, no final de 2010, o convênio de cooperação firmado entre as duas instituições com a finalidade de

possibilitar o apoio técnico da Aecid à implementação do projeto de desenvolvimento institucional da ENAMAT.

Para materializar esse apoio, o TST e a Aecid assinaram um Protocolo de Intenções em setembro de 2006 e, em abril de 2007, foi elaborado o Projeto de Desenvolvimento Institucional da ENAMAT, com a assessoria técnica do magistrado espanhol Manuel Bellido Aspas, do Juizado Social de Zaragoza. O magistrado foi responsável, também, pelas atividades de execução, monitoramento e avaliação do projeto e pela efetivação dos ajustes necessários. A Aecid coordenou, pelo lado espanhol, o acompanhamento das fases de implementação do projeto e de sua avaliação final.

A execução do projeto ocorreu por meio de missões técnicas efetuadas por magistrados especialistas em Direito do Trabalho dos dois países. As atividades desenvolvidas incluíram a realização de visitas em instituições e escolas judiciárias e a participação em cursos diversos, cursos de formação, encontros, intercâmbios de documentação e experiências relativas à formação judicial.

O projeto teve como objetivo geral modernizar a Justiça do Trabalho do Brasil para responder às demandas sociais com mais celeridade e qualidade e seu objetivo específico de apoiar o TST na institucionalização da ENAMAT consistiu no delineamento de propósito de extrema significância para o alcance dessa modernização. As ações estabelecidas buscaram contemplar as atividades da ENAMAT destinadas a capacitação de magistrados, pesquisa e gestão administrativa, além daquelas voltadas para o fortalecimento da equipe da Escola.

No final da solenidade de entrega do certificado e da medalha da ENAMAT de “Honra ao Mérito”, o embaixador da Espanha proferiu discurso em que agradeceu a homenagem recebida e reafirmou o interesse de seu país em continuar contribuindo com a Justiça Trabalhista no Brasil.



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT; Dom Carlos Alonso Saldívar, Embaixador da Espanha; e Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Diretor da ENAMAT participa da abertura do Seminário sobre infraestrutura turística, megaeventos esportivos e promoção da imagem do Brasil no exterior

16 de agosto de 2011

O Ministro Aloysio, Diretor da ENAMAT, participou no dia 16 de agosto, das 9h às 12h30min, no Auditório Ministro Pereira Lira, localizado na sede do Tribunal de Contas da União (TCU), em Brasília, da abertura solene do Seminário sobre Infraestrutura turística, Megaeventos Esportivos e Promoção da Imagem do Brasil no Exterior.

O seminário, transcorrido nos dias 16 e 17 de agosto, teve como objetivo debater com representantes de órgãos e entidades públicas e privadas os preparativos para a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil e dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro, principalmente os aspectos da geração de emprego e renda, infraestrutura de serviços turísticos, segurança pública, mobilidade urbana e promoção da imagem do Brasil no exterior.

Participaram do evento microempresários, esportistas, especialistas em turismo, entidades de classe, organizações não governamentais dos setores de turismo e esporte, servidores públicos, estudantes universitários e outros interessados no assunto.

A solenidade de abertura foi presidida pelo Presidente do TCU, Ministro Benjamin Zymler, e contou com a presença do Ministro do Turismo, Pedro Novais, e do Governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz.

Após concluída a abertura, foi discutido o tema *Copa do Mundo e Jogos Olímpicos: Balanço atual – Ações de Governo e Parcerias Público-Privadas*. No painel realizado, foram expositores o Ministro do TCU, Valmir Campelo; o Ministro do Esporte, Orlando Silva Júnior; o Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho; e o Presidente da Autoridade Pública Olímpica, Márcio Fortes.

ENAMAT participa da implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho

19 de agosto de 2011

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) passou a integrar, em 2011, o Comitê Gestor do Projeto de Implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), nos termos do art. 4.º do Ato Conjunto TST/CSJT n.º 16, de 19/08/2011.

Na ação congregada da ENAMAT com o CSJT, a Escola participa da capacitação de magistrados e servidores, de forma a torná-los aptos a lidarem com essa nova ferramenta. A participação da ENAMAT envolve fornecimento de suporte técnico e pedagógico, indicação de instrutores e certificação conjunta das atividades.

A formação envolve os multiplicadores locais (juízes e servidores das Varas-Piloto), que são encarregados de capacitar localmente os demais usuários internos da nova ferramenta, e também os multiplicadores regionais (juízes e servidores indicados pela Escola Judicial e pela Área de Capacitação), cuja missão é difundir os conhecimentos no restante do Tribunal Regional respectivo.

Como primeira atividade conjunta, precursora de diversas outras que se estenderão ao longo dos próximos dois anos, foi realizada a capacitação de juízes e servidores dos Tribunais Regionais do Trabalho da 7ª Região (Ceará) e da 12ª Região (Santa Catarina). Nesses Tribunais foram instaladas, respectivamente, as Varas-Piloto de Caucaia – CE e de Navegantes – SC, primeiras unidades totalmente eletrônicas, com a nova ferramenta desenvolvida para a Justiça do Trabalho nacionalmente.

ENAMAT comemora 5 anos de instalação

18 de setembro de 2011



A ENAMAT completou, no dia 18 de setembro, 5 anos de instalação e comemorou oficialmente a data no final da abertura do Curso de Formação Continuada em Teoria Geral do Processo Eletrônico, ocorrida no dia 19. A Escola foi criada com a edição da Emenda Constitucional n.º 45, de 2004, e instituída pelo Tribunal Superior do Trabalho por meio da Resolução nº 1.140, de 1º de junho de 2006, após estudo elaborado por comissões compostas por Ministros do TST, que definiram o planejamento de sua estrutura e atividades.

Na ocasião, o Ministro Aloysio Correa da Veiga condecorou o Ministro João Oreste Dalazen com o certificado e a Medalha Honra ao Mérito da ENAMAT pelos relevantes serviços prestados à formação de magistrados do trabalho em sua atual gestão como Presidente do TST. Segundo o Ministro Aloysio, as ações empreendidas e o amplo apoio oferecido pelo Ministro Dalazen ao desenvolvimento das atividades da ENAMAT foram imprescindíveis ao alcance dos objetivos propostos, no período, para a formação inicial e continuada dos magistrados.

Após receber a distinção, o Ministro Dalazen agradeceu a condecoração e ressaltou os propósitos de continuar prestando toda a contribuição necessária à formação de magistrados, considerando-a área sensível e crucial para a Justiça do Trabalho.

Diretor da ENAMAT participa da abertura do Fórum de EaD do CNJ

24 de outubro de 2011

O Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, participou, no dia 24 de outubro, da solenidade de abertura do III Fórum de Educação a Distância do Poder Judiciário, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na sede do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília.

O Ministro falou para um público de 350 pessoas – servidores dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo – sobre a importância da modalidade de educação a distância, destacando que é uma forma moderna, econômica e eficaz de educação, já amplamente difundida nas diversas escolas judiciais do País, principalmente na ENAMAT.

No que diz respeito ao Judiciário Trabalhista, em particular, ele salientou a importância dos cursos de formação continuada e formação de formadores que preparam o magistrado para a função jurisdicional, destacando que a educação a distância vem se mostrando excelente instrumento de educação, em sintonia com os avanços tecnológicos, que permitem alcançar grande número de alunos, em tempo real, com baixo custo e muita interatividade.

O Fórum organizado pelo CNJ de 24 a 26/10, teve por objetivo difundir a metodologia de educação a distância como ferramenta de gestão e disseminação do conhecimento; incentivar o compartilhamento de conteúdos; e proporcionar alternativas para o desenvolvimento de pessoas com otimização de recursos públicos.



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT (à esquerda), fala ao participantes do III Fórum de Educação a Distância do Poder Judiciário

ENAMAT e CSJT oferecem curso de capacitação em processo eletrônico

7 a 11 de novembro de 2011

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) realizaram, de 7/11 a 11/11, o primeiro curso de capacitação de usuários para o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT). A turma foi formada por servidores e magistrados dos Tribunais Regionais do Trabalho da 12ª Região (SC) e 7ª Região (CE), que serão multiplicadores no âmbito dos respectivos tribunais.

Durante a abertura do evento, transcorrida no auditório do primeiro andar do TST, o Secretário-Geral da Presidência do TST, Juiz do Trabalho Rubens Curado Silveira, destacou que a implantação do processo judicial eletrônico é projeto prioritário para o Tribunal e assinalou a importância de um trabalho colaborativo com os TRTs.

O Assessor da Direção da ENAMAT, Juiz do Trabalho Giovanni Olsson, representando o Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, salientou que a Justiça do Trabalho brasileira está fazendo história ao incorporar a padronização dos procedimentos judiciais eletronicamente, tanto que outros países têm demonstrado interesse em aprender a formação profissional para a tecnologia do PJe-JT.

O Juiz do Trabalho Alexandre de Azevedo Silva, auxiliar da Presidência do CSJT, disse que é o primeiro evento planejado pelo grupo de implantação nacional para formação de multiplicadores, portanto de suma importância para

a extensão da aprendizagem a outros Tribunais. “Estamos em um processo inicial, e o momento é de construção”, disse ele ao assinalar a importância do curso de capacitação.

O curso teve a duração de cinco dias, e as aulas – teóricas e práticas – foram ministradas por magistrados e servidores da Justiça do Trabalho.



Curso para usuários do PJe encerra com palavras de incentivo do Diretor da ENAMAT



Encerrou, no dia 11/11, o primeiro curso de capacitação de usuários para o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), oferecido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), com o apoio da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT).

A turma-piloto contou com 22 alunos oriundos dos Tribunais Regionais do Trabalho da 12ª Região (SC) e da 7ª Região (CE), que servirão como multiplicadores em seus tribunais. As varas do trabalho de Navegantes (SC), e

de Caucaia (CE) foram escolhidas para a implantação do PJe-JT em caráter experimental. O curso teve duração de cinco dias e contou com aulas teóricas e laboratórios.

O Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, participou da solenidade de encerramento do curso. Ele disse aos alunos que a partir de agora eles se tornam pilotos de uma nova realidade, com capacidade para transformar a história, que sai do papel para entrar no mundo virtual.

“Este é o nosso grande desafio: transformar a experiência que estamos adquirindo aqui em uma realidade a ser disseminada em todas as Escolas Judiciais do País, nos Tribunais Regionais e nas Varas do Trabalho, de modo que possamos ter uma Justiça do Trabalho, nesse século XXI, totalmente voltada para o mecanismo de atendimento a uma realidade que cada vez mais nos cobra atuação e eficiência”, disse o Ministro Aloysio.

Opinião dos alunos



Milena Moreira de Sousa (juíza do trabalho da 7ª Região – CE) – O curso foi excelente, desafiador, ministrado por dois instrutores muito bons. Como o tempo foi curto, depois vou procurar me especializar mais.



Luiz Alexandre Bergmann (diretor de secretaria na Vara de Navegantes, 12ª Região – SC) – A experiência foi muito boa. Já estamos desenvolvendo o processo eletrônico lá em Santa Catarina e aqui vivenciamos novos elementos. A parte pedagógica foi muito interessante.



Charles da Costa Bruxel (técnico judiciário – calculista na 7ª Região – CE) – O curso nos deu uma boa noção da operacionalização do Processo Eletrônico. Aprendi muitas coisas novas que repassarei para os colegas no Ceará.



Luiz Carlos Roveda (juiz do trabalho da 12ª Região – SC) – O curso foi muito bom para integração da equipe e para aquisição de conhecimento técnico. Minha região já adota o processo eletrônico há três anos, portanto, temos expertise no assunto e a troca de experiências proporcionada pelo curso foi muito proveitosa.



Alunos e instrutores do curso de PJe-JT

ENAMAT participa da revisão da Resolução n.º 126 do CNJ

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) foi convidada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a integrar a Comissão destinada a elaborar nova redação para a Resolução n.º 126 daquele Órgão, que trata da formação profissional de magistrados e servidores do Poder Judiciário.

Por ocasião da edição da Resolução, a ENAMAT manifestou, formalmente, ao Presidente do CNJ sua discordância com os termos daquela norma, elaborada sem prévia consulta ou participação da Escola Nacional. A Resolução n.º 126, em suas disposições, estabelece questões cuja competência regulamentar é constitucionalmente atribuída à ENAMAT e à ENFAM, únicas Escolas com atribuição expressa para tratarem da formação profissional de magistrados.

A Escola está representada na Comissão pelo Juiz Giovanni Olsson, Assessor da Direção, que externou o entendimento da ENAMAT de preservação de sua competência constitucional e, especialmente, de continuidade da excelência das ações formativas em desenvolvimento no âmbito do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho, composto pelas 24 Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho.

PALESTRAS REALIZADAS

Diretor da ENAMAT fala sobre exigência de rápida solução de litígios na EJ da 3.ª Região

30 de maio de 2011

O Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados do Trabalho (ENAMAT) esteve, no dia 30/5, na Escola Judicial do TRT da 1ª Região para proferir palestra sobre o tema *Exigência de Rápida Solução dos Litígios Processuais do Trabalho*. Participaram do evento Magistrados do Tribunal, principalmente os juízes integrantes do 3º Curso de Formação Inicial.



Desembargador Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha, Diretor da Escola Judicial; e Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT

O Ministro Aloysio Corrêa da Veiga iniciou a carreira como Juiz do Trabalho no TRT/RJ e aproveitou para repassar parte de sua experiência aos novos juízes de 1º Grau. "A força do magistrado está na caneta. Devemos agir da forma adequada para evitar a dilação desnecessária. Se o executado tem liquidez para pagar, não se deve pensar em penhora de bens", disse o Ministro.

Prestigiaram a palestra os Desembargadores Fernando Antonio Zorzenon da Silva, Corregedor Regional; Maria das Graças Cabral Viégas Paranhos, Vice-Corregedora em Exercício; e José Geraldo da Fonseca.

Ministro Aloysio Corrêa da Veiga preside painel no I Congresso Internacional sobre Legislação Desportivo-Trabalhista

4 e 5 de agosto de 2011



O Ministro do TST Aloysio Corrêa da Veiga, ao centro, presidindo uma das mesas do Congresso

Foi realizado entre os dias 4 e 5 de agosto de 2011 o I Congresso Internacional sobre Legislação Desportivo-Trabalhista, promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, pela Academia Nacional de Direito do Trabalho, pelo Grupo de Estudos em Direito Desportivo Trabalhista e pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Cerca de 500 congressistas participaram do evento, que precisou de transmissão simultânea para o auditório do prédio-sede com o objetivo de acomodar todo o público.

O Congresso, realizado em comemoração aos 70 Anos da Justiça do Trabalho, teve por objetivo reunir magistrados, procuradores, advogados, estudantes, entidades desportivas e autoridades do Poder Executivo e Legislativo para debater as recentes alterações feitas na Lei n.º 9.615/1998 (Lei Pelé), que influem no tratamento jurídico dado ao relacionamento entre o atleta profissional, o atleta em formação e as entidades desportivas.

O primeiro painel discutiu os temas *Regulamentação Internacional e Normas Nacionais. Arbitragem e Mediação, Desporto e Previdência Social. Interrupção e Suspensão do Contrato de Trabalho na Perspectiva da Lei 12.395/11 e Direito Coletivo no Âmbito do Desporto: Incidência e Limites das Cláusulas de Normas Coletivas* e foi presidido pelo Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT.

Diretor da ENAMAT ministra palestra sobre terceirização no MTE

9 de agosto de 2011

“Terceirização não pode ser precarização.” Com essas palavras, o Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, realçou a importância de que o tema da terceirização seja compreendido em seus termos devidos, ao proferir palestra sobre *Responsabilidade da União e a Súmula 331 do TST – Terceirização*, na manhã do dia 9 de agosto, na sede do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, ao centro

O evento ocorreu por iniciativa daquele órgão, a convite de seu Consultor Jurídico, Dr. Jerônimo Jesus dos Santos, acompanhado pelo Dr. Paulo Roberto dos Santos Pinto, Secretário-Executivo do Ministério.

O Ministro fez uma recapitulação histórica do fenômeno da terceirização, como parte do processo de alteração das organizações produtivas, que provoca efeitos também nas dimensões sociais e econômicas. Entretanto, adverte ele que a terceirização “é sempre da atividade, e não das pessoas”, porque seria um retrocesso social o retorno da antiga “locação de serviços”, não se podendo, com isso, utilizar essa expressão para precarizar ou violar o princípio da dignidade da pessoa humana.



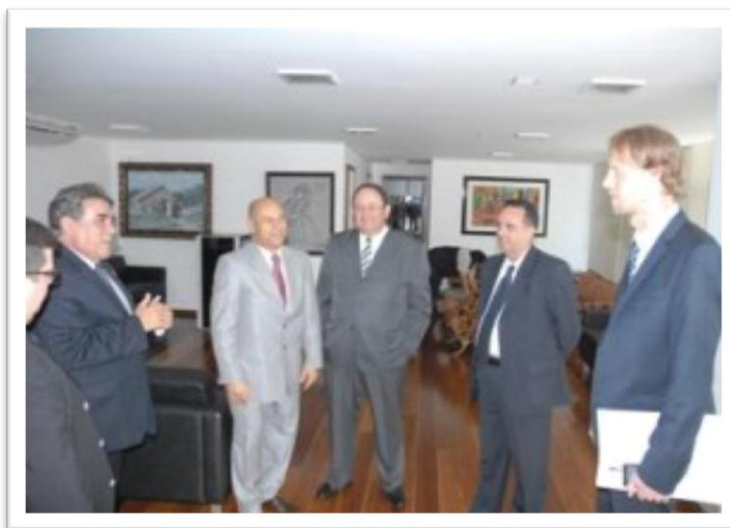
Participantes da palestra



Participantes da palestra

Segundo ele, a terceirização é um fato social e econômico, e, como tal, o Direito não pode ignorá-lo. Ressaltou que, nesse sentido, o desafio do Poder Legislativo é produzir normas que apreendam a complexidade do fenômeno e estabeleçam a segurança jurídica para a sociedade, havendo, nesse aspecto, vários projetos de lei tramitando sobre o assunto. Ao Poder Judiciário cabe, como disse o Ministro, oferecer o enquadramento jurídico mais adequado para que, de um lado, reconheça a especialização necessária de algumas atividades nas transformações produtivas, mas, de outro, garanta o cumprimento dos preceitos constitucionais e legais, de forma que não se viole o arcabouço constitucional que conforma o princípio da dignidade da pessoa humana e sua proteção pelo Estado, ou, pior, configure um retrocesso social.

O Judiciário Trabalhista, em seu entender, vem cumprindo sua missão constitucional, particularmente na coibição de fraudes (como no caso de falsas “cooperativas” de mão de obra) e no respeito à primazia da realidade (na prevalência das condições reais em que é prestado o trabalho), para afastar eventuais “máscaras” que tentam dissimular contratos de emprego com as empresas contratantes (tomadoras), evitando, dessa forma, a lesão aos direitos dos trabalhadores nessas relações com a participação de um terceiro, inclusive o poder público.



No tocante especificamente à responsabilidade do Estado, o palestrante salientou o pioneirismo do TST ao dispor sobre a interpretação dessas normas, no vácuo normativo até então existente, com a edição da Súmula n.º 331, e sua adequação à ADC n.º 16 do STF, em que, se, por um lado, o Estado não pode ser responsabilizado por culpa *in eligendo* – simplesmente porque não escolheu livremente o prestador, contratado por regras fechadas do procedimento licitatório –, por outro, pode responder por culpa *in vigilando*, pela ausência de devida vigilância e fiscalização das atividades desse prestador, especialmente no cumprimento das cláusulas sociais dos contratos de trabalho deste com seus empregados. Ele registrou que o Estado, no aspecto, embora

sob condições especiais, responde perante o trabalhador como qualquer outro beneficiário de sua força de trabalho e deve dar o exemplo na coibição de fraudes e regularidade dessas práticas.

Ao finalizar e destacando a grande importância e atualidade do tema, tanto da perspectiva do interesse social e jurídico, como do interesse público da participação do Estado em contratações para atividades especializadas, como limpeza e vigilância, o Ministro informou a realização de uma audiência pública, pelo TST, nos dias 4 e 5 de outubro deste ano, para tratar do assunto. Na ocasião, sindicatos, empresas, órgãos públicos, professores e outras pessoas interessadas no tema poderão participar e trazer sua opinião e experiência para ampliar o debate e a reflexão sobre esse assunto. O objetivo central é esclarecer questões fáticas, técnicas (não jurídicas), científicas, econômicas e sociais relativas ao fenômeno da subcontratação de mão de obra.

A palestra foi assistida por centenas de pessoas, na maioria advogados, procuradores federais, representantes de entidades sindicais, auditores-fiscais e diversos servidores das áreas especializadas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), além de estudantes, e transmitida ao vivo para outros auditórios do órgão. O tema despertou tanto interesse que não foi possível responder, naquele momento, a todas as perguntas da plateia, pela sua quantidade.

Ministro Aloysio Corrêa da Veiga faz exposição sobre recursos e contrarrazões em curso promovido pelo MPU

25 de outubro de 2011

O Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, participou, no dia 25/10, como palestrante do Curso de Aperfeiçoamento sobre Recursos Extraordinários/Excepcionais – Recurso de Revista, promovido pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), em Brasília.

O Ministro abordou o tema *Elaboração de recursos e contrarrazões* para um público composto por membros do Ministério Público de Trabalho (MPT). O curso aconteceu no período de 24 a 26 de outubro e teve por objetivo atualizar os membros do MPT na elaboração das peças recursais e na técnica de interposição de recursos de índole extraordinária.

Participaram, ainda, como palestrantes os Ministros Lelio Bentes Corrêa, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho e Walmir Oliveira da Costa, do Tribunal Superior do Trabalho.

Os demais temas apresentados no curso são: recursos regimentais, jurisprudência consolidada como pressuposto recursal e recurso extraordinário. A programação incluiu também estudos sobre a atuação do MPT perante o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o entendimento desta Corte e do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre matérias de repercussão geral.

Diretor da ENAMAT ministra palestra no I Fórum de Gestão Judiciária

22 de novembro de 2011

O Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), abriu o segundo dia do I Fórum Gestão Judiciária: A Justiça do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, ocorrido entre os dias 21 e 25 de novembro.



Desembargadores Alexandre Teixeira de F. B. Cunha, Diretor da Escola Judicial do TRT/RJ, e Maria de Lourdes Sallaberry, Presidente do TRT/RJ; e o Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga

Antes de iniciar a exposição sobre o tema Gestão Judiciária, o Ministro dirigiu uma mensagem aos participantes. “Um dos grandes ensinamentos da nossa jornada é que não podemos culpar ninguém pelos nossos erros, pois somos responsáveis pelo nosso próprio caminho”, concluiu, após mencionar uma de suas maiores experiências pessoais, quando percorreu o Caminho de Santiago de Compostela, na Espanha – rota de peregrinação que abrange a Península Ibérica e termina na cidade espanhola.

O exercício da magistratura, segundo o Ministro, consiste na aplicação de conhecimento técnico-jurídico e também no desenvolvimento de habilidades em relacionamento interpessoal – partes, advogados e procuradores –, bem como em gerenciamento administrativo e de recursos humanos.



À esquerda, Juiz André Villela, Presidente da Amatra – 1, participa da mesa de abertura da palestra proferida pelo Ministro Aloysio Corrêa da Veiga

De acordo com o Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, estamos vivenciando uma mudança de paradigma, no que diz respeito à atuação dos magistrados e à expectativa da sociedade com relação à Justiça, onde o papel que exercem não se restringe somente ao estudo dos autos. “Os juízes também são gestores das próprias Varas de Trabalho e existe a necessidade de que o binômio autoridade e carisma esteja presente”, enfatizou o palestrante.

Formação dos magistrados

Além da formação inicial na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), o juiz deve buscar a atualização por meio de conteúdos multidisciplinares nas Escolas Judiciais regionais.

“O objetivo é trazer de volta o magistrado à escola. Eles precisam entender que o perfil do profissional mudou, e que necessitam aprimorar seus conhecimentos de forma permanente. Até para aqueles que têm pouco tempo, a modalidade de educação a distância está disponível. A ferramenta permite romper barreiras”, afirmou o Ministro.

A Desembargadora Maria de Lourdes Sallaberry concorda com o aprimoramento contínuo dos magistrados e disse que pela formação é possível alcançar a melhoria na prestação jurisdicional.

Ministro Aloysio Corrêa da Veiga é palestrante em seminário sobre recurso trabalhista

28 de novembro de 2011

O Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, participou como palestrante do Seminário sobre Sistema Recursal Trabalhista, realizado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), no período de 28 de novembro a 1º de dezembro de 2011, no auditório da Escola.

A palestra do ministro, direcionada a um público composto por servidores do TST que trabalham diretamente com a elaboração de votos, abordou o tema Recurso de Revista. A exposição ocorreu no primeiro dia do evento e teve duas horas de duração.

O objetivo do Seminário foi proporcionar aos participantes a oportunidade de conhecer o posicionamento doutrinário e filosófico dos palestrantes sobre temas ligados ao Sistema Recursal Trabalhista.

VISITAS REALIZADAS

Visitas Institucionais Nacionais

- **TCU** – O Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, foi recebido, no dia 5 de abril, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, quando ocorreu a entrega do convite para proferir a palestra de abertura da terceira edição do Curso de Formação Continuada em Administração de Tribunal Regional do Trabalho da Escola Nacional, sobre o tema *Tribunal de Contas e a Gestão Pública: Orçamento, Execução e Responsabilidade Fiscal*, realizado no dia 2 de maio de 2011.



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT,
e Ministro Benjamin Zymler, Presidente do TCU



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT,
e Ministro Benjamin Zymler, Presidente do TCU

- **Enfam** – O Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, a convite do Ministro do STJ e Diretor-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), Cesar Asfor Rocha, esteve presente à solenidade de posse dos Membros do Conselho Superior daquela Escola e à abertura do III Encontro dos Coordenadores Pedagógicos das Escolas Estaduais e Federais da Magistratura, ocorrido **no dia 7 de abril**, no auditório do Conselho da Justiça Federal.



A cerimônia de abertura do III Encontro de Coordenadores Pedagógicos contou com as presenças do Ministro Félix Fischer, Vice-Presidente do STJ, que representou o Presidente, Ministro Ari Pargendler, e do Ministro Gilson Dipp, Vice-Diretor da Enfam. Reuniu, ainda, vários Ministros do STJ, o Advogado-Geral da União (AGU), Ministro Luís Inácio Lucena Adams, e o Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Desembargador Henrique Nelson Calandra, além de desembargadores e juízes vinculados a entidades de classe e às escolas estaduais e federais da magistratura.

- **Foro Trabalhista de Brasília** – No dia 28 de março, o Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, acompanhou os alunos-juízes do 10.º CFI em visita ao Foro Trabalhista de Brasília, onde foram recebidos pelo Presidente do TRT 10, Desembargador Ricardo Machado e pelo Juiz Denilson Bandeira Coêlho, Diretor Substituto do Foro.



Juiz Denilson Bandeira Coêlho, Diretor Substituto do Foro;
Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT; e Desembargador Ricardo Machado,
Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região

- **CONEMATRA** – O Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, esteve presente à reunião do Conselho Nacional de Escolas de Magistratura do Trabalho (Conematra), ocorrida no dia 28 de abril. Na ocasião, foi aprovado o novo Estatuto do Conematra, no qual foi outorgada ao Diretor da ENAMAT a condição de membro de honra do Conselho, órgão que ele passou a integrar a partir daquela data.

Os membros do Conematra ainda aprovaram na reunião, à unanimidade, Nota Pública, com encaminhamento ao Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No documento, a entidade manifestou sua preocupação com a edição da Resolução/CNJ nº 126/2011, que dispõe sobre o Plano Nacional de Capacitação Judicial de magistrados e servidores do Poder Judiciário.

- **COLEPRECOR** – O Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, esteve presente, no dia 12/5, na reunião do Colégio de Presidentes e Corregedores de Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecór). Na ocasião, falou sobre a importância da autonomia das Escolas Judiciais, destacou a finalidade da ENAMAT e frisou a necessidade de aperfeiçoamento de magistrados.



Ministro Diretor da ENAMAT

Apresentado aos participantes da reunião pelo Coordenador do Colepccor, Desembargador Ney José de Freitas, o Ministro Aloysio Corrêa da Veiga abordou, inicialmente, a mudança no perfil dos juizes. “Hoje, os magistrados precisam ter definida a visão do que a sociedade quer deles e o que ele tem de dar à sociedade” – afirmou. Nesse contexto, o Diretor da ENAMAT defendeu a missão das Escolas Judiciais, reafirmou a necessidade de aprimoramento dos magistrados brasileiros, assegurando que toda a atividade da Escola Nacional é voltada para a busca desse objetivo, e salientou que o envolvimento dos magistrados nas Escolas Judiciais é fundamental para a troca de experiências. Discorreu, ainda, sobre o valor de continuar investindo na formação inicial e continuada dos magistrados e destacou que as atividades da Escola Nacional devem estar integradas às desenvolvidas pelas Escolas Judiciais.

Segundo o Ministro Aloysio, é fundamental que as escolas defendam sua autonomia na formação dos juizes: “Lutaremos para que não haja desvio na finalidade que a Constituição nos dá. É preciso que as escolas exerçam suas funções e ocupem seus espaços” – pontuou. Ainda sobre a autonomia, afirmou que é importante terem as escolas a possibilidade de fazer sua previsão orçamentária e que, para isso, deve haver integração entre as Escolas Judiciais e a administração dos Tribunais Regionais. Chamou também a atenção para a importância de as escolas regionais atuarem em conjunto com a Escola Nacional e pediu a colaboração nesse sentido dos presidentes e corregedores dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho.

Respondendo a perguntas formuladas pelos participantes, o Ministro reiterou que é preciso melhorar o entrosamento entre as Escolas Judiciais e a Escola Nacional e efetivar uma adequada comunicação.

Finalizou enfatizando que as Escolas Nacionais de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados não podem abrir mão das competências que a Constituição Federal lhes outorgou.



Desembargador Ney José de Freitas, Coordenador do Coleprecor;
Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT;
e Desembargador Carlos Alberto Robinson, Vice-Coordenador do Coleprecor



Desembargador Carlos Alberto Robinson, Coordenador do COLEPRECOR;
Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT;
e Desembargador Osmair Couto, Vice-Coordenador do COLEPRECOR

A qualificação dos magistrados do trabalho deve ser realizada com a parceria entre as Escolas da Magistratura e os Tribunais. Com essa ideia, o Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), sintetizou a importância do diálogo entre as administrações dos Tribunais e as direções das Escolas, por ocasião de sua participação na 5ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes e Corregedores da Justiça do Trabalho (COLEPRECOR), no dia 9 de agosto, em Brasília, a convite daquele colegiado.

O Ministro Aloysio Corrêa da Veiga enfatizou a base constitucional das duas Escolas Nacionais – a ENAMAT (que funciona junto ao TST) e a

Enfam (junto ao STJ) –, explicitando que ambas possuem expressa atribuição, definida pelo constituinte derivado na edição da Emenda Constitucional n.º 45, de 2004, para tratar da seleção e do aperfeiçoamento de magistrados. Concluiu que apenas as duas instituições possuem legitimidade e competência para regular e promover a capacitação dos juízes no território nacional, sendo a ENAMAT para os juízes do trabalho e a Enfam para os demais.

Além disso, o Ministro destacou a intensa atividade formativa da ENAMAT, desde sua pioneira instalação em 2006, reforçando o cumprimento, em toda a sua extensão, de suas atribuições constitucionais. Segundo apontou, a Escola já promoveu dez cursos de formação inicial de longa duração (para novos juízes), diversos cursos de formação continuada (para juízes mais experientes), tanto presenciais como a distância, e ainda cursos de formação de formadores (para preparação didática de instrutores e tutores das 24 Escolas Judiciais do País). O Ministro afirmou que, com isso, a Escola Nacional não apenas promove diretamente cursos para o universo de quase 3.200 juízes do trabalho, como também busca estruturar, do ponto de vista material e técnico-acadêmico, todas as Escolas da Magistratura de seu sistema integrado de formação, para que elas também executem cursos regionais.

Nesse contexto, ressaltou o Diretor, não há espaço para a interferência de outros órgãos na atividade de capacitação de magistrados no âmbito da Justiça do Trabalho, seja por falta de legitimidade constitucional, seja mesmo por falta de necessidade concreta, porque as Escolas Judiciais Trabalhistas vêm cumprindo com exatidão e grande êxito sua missão. Por isso, ele reiterou a discordância da Escola com a edição da Resolução n.º 126 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos aspectos em que pretende interferir no modelo de formação de juízes do trabalho já implantado e em pleno funcionamento, com resultados de grande projeção, circunstância já externada formalmente à presidência daquele órgão.

Mais além, o Ministro-Diretor da Escola Nacional realçou a parceria necessária entre a administração dos Tribunais e a direção das Escolas Judiciais, para que a capacitação dos magistrados possa ser realizada em plenitude, segundo as diretrizes de sistematicidade, organicidade e inserção progressiva na jurisdição, o que exige alinhamento entre as necessidades formativas das Escolas em seu cronograma de capacitação com as necessidades administrativas da presidência e da corregedoria de cada órgão. Insistiu ele que o “acompanhamento do juiz direto pela Escola nos primeiros meses na profissão é decisivo para o restante da carreira” e, por isso, a qualificação profissional deve ter prioridade sobre outras demandas internas em termos de atuação jurisdicional. “Apenas a Escola sabe”, afirmou, “em termos de qualificação do magistrado para exercer a profissão, o que, como e quando ministrar, de forma a imprimir segurança em seu exercício, conformar sua dimensão ética e capacitar para resolver os conflitos com celeridade, justiça e eficiência”.

O Colégio de Presidentes e Corregedores da Justiça do Trabalho (COLEPRECOR) reúne os integrantes das administrações dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho, promovendo o debate e a reflexão de assuntos de interesse comum de todos os Tribunais e sua interlocução com outros órgãos. Atualmente, é Coordenador do COLEPRECOR o Desembargador Carlos Alberto Robinson (Presidente do TRT da 4ª Região–RS) e Vice-Coordenador o Desembargador Osmair Couto (Presidente do TRT da 23ª Região–MT).



Desembargador Carlos Alberto Robinson, Coordenador do COLEPRECOR e Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT

Visitas Institucionais Internacionais

➤ Espanha

O Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, realizou, no dia 13 de setembro, visita ao Tribunal Supremo da Espanha, ocasião em que participou de encontro com o Magistrado Presidente da Sala Social, Gonzalo Moliner, para tratar de questões relacionadas à Justiça do Trabalho.

O Ministro esteve presente, ainda, no dia 15, à solenidade de abertura do Curso Judicial de 2011/2012, promovido pelo Conselho Geral do Poder Judiciário da Espanha.

No dia 16, o Diretor da ENAMAT e o Presidente do Conselho assinaram convênio de cooperação entre as duas entidades para intercâmbio de experiências em matéria de formação de magistrados, de forma a colaborar para a promoção da modernização judiciária dos dois países.

Programa institucional da visita

12/9 – Segunda-feira: Chegada a Madrid

13/9 – Terça-feira: Visita ao Tribunal Supremo da Espanha. Encontro com o Excelentíssimo Senhor Gonzalo Moliner, Magistrado Presidente da Sala Social (do Trabalho)

14/9 – Quarta-feira: Almoço oficial oferecido pelo Presidente do Tribunal Supremo e do Conselho Geral do Poder Judiciário da Espanha

15/9 – Quinta-feira:

– Pela manhã, Ato Oficial de Inauguração do Curso Judicial – 2011/2012

– À noite, jantar oferecido pelo Excelentíssimo Senhor Felix Azón, Vogal do Conselho Geral do Poder Judiciário

16/9 – Sexta-feira: Assinatura de Convênio entre o Conselho e a ENAMAT

17/9 – Sábado: Regresso ao Brasil

➤ **Escola Nacional da Magistratura – Bordeaux–França**

O Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, participou, de 31 de outubro a 3 de novembro, da 5th International Conference On The Training Of The Judicial (Quinta Conferência Internacional Sobre Formação Judiciária), realizada na Escola Nacional de Magistratura (ENM), em Bordeaux, França.

O evento, realizado a cada dois anos pela Organização Internacional de Formação Judiciária (IOJT), reúne magistrados e operadores do Direito para troca de experiências e de técnicas pedagógicas inerentes à formação judicial. O tema da conferência foi *Formação judiciária em um mundo globalizado*, quando se abordaram aspectos como a legitimidade da Justiça, a eficácia e a solidariedade internacional.

O Ministro falou sobre *Formação Judiciária e Especialização dos Juízes*. Em sua palestra, ele destacou que a especialização da formação profissional de juízes é uma consequência da necessária especialização da própria Justiça para atender às complexas demandas da sociedade contemporânea. “A vida atual revela conflitos altamente dinâmicos, de nível globalizado, que envolvem as mais variadas dimensões da sociedade, como aspectos econômicos, sociais, psicológicos e políticos, além dos propriamente jurídicos. Para solucioná-los, a Justiça deve estar adequadamente preparada em termos materiais e humanos”, disse ele. A função da ENAMAT, sua metodologia de ensino, sua criação pela Constituição da República, e sua importância, como primeira Escola de âmbito nacional instituída no Brasil para a formação de magistrados, foram destaques na palestra do Ministro Aloysio.

Programa Institucional da visita

28/10 – Sexta-feira: Visita à École Nationale de la Magistrature

31/10 a 3/11 – IOJT: Participação na 5ème Conférence Internationale en France, em Bordeaux

Calendário

30/10 – Domingo

16h: **Conselho de Administração**

18h30min: **Recepção de chegada**

31/10 – Segunda-feira

10h – 10h45min: **Discurso de abertura**

10h45min – 11h15min: **Pausa para café**

Formação judicial e legitimidade

11h15min – 12h30min: **Pleno 1: Formação judicial, confiança e legitimidade**

12h30min – 14h30min – **Almoço – ENM**

14h30min – 15h45min:

– **Mesa-redonda 1: Formar o juiz para comunicar-se**

– **Mesa-redonda 2: Contratação e seleção de juízes: Quais desafios se apresentam? Quais questões estão em jogo?**

– **Mesa-redonda 3: Ética e deontologia**

15h45min – 16h30min: **Pausa para café**

16h30min – 17h45min:

– **Mesa-redonda 4: Formar os juízes em administração da Justiça**

– **Mesa-redonda 5: Formação judiciária como resposta a uma crise de confiança**

– **Mesa-redonda 6: Sociedades multiculturais e formação judicial**

18h30min: **Degustação de vinho e buffet de frios**

1.º/11 – Terça-feira:

Formação judicial e eficácia

9h – 10h15min: **Pleno 2 – Formação, Justiça e eficácia]**

10h15min – 10h45min: **Pausa para café**

10h45min – 12h

– **Mesa-redonda 7: A eficácia da formação judicial: Quais recursos e métodos didáticos?**

– **Mesa-redonda 8: Formação judicial e especialização dos juízes**

É a especialização dos juízes uma necessidade? E, neste caso, como deve adaptar-se, em consequência, sua formação? Quais são os novos desafios judiciais que se apresentam (contenciosos civis e assuntos penais no âmbito econômico e financeiro, crime organizado, terrorismo, saúde pública e meio ambiente)?

Eficácia da Justiça: desafios da especialização

Mamadou Diakhate, Diretor do Centro de Formação Judicial – Senegal

Formar juízes especialistas – as jurisdições especializadas

Helen Murrell, juíza da Corte do Distrito de Nueva Gales del Sur, membro do Colégio Nacional Judicial

O juiz e a especialização

Juíza Marie-Michéle Lavigne

Membro honorável do Tribunal de Quebec – Canadá

Uma escola de juízes especializados: ENAMAT

Ministro Aloysio Corrêa da Veiga

Diretor da ENAMAT – Brasil

Mesa-redonda 9: A eficácia da formação judicial: redes e associações

12h – 14h: **Almoço – ENM**

14h: **Castillo Arzac – degustação de vinhos Saint-Emilion**

19h: **Jantar de países africanos**

2/11 – Quarta-feira

Formação judicial e eficácia

9h – 10h15min:

- **Mesa-redonda 10: Atender à emergência de novas necessidades**
- **Mesa-redonda 11: A eficácia da formação judicial: Quais ferramentas de avaliação existem?**
- **Mesa-redonda 12: Formar os juízes para fazer frente a situações excepcionais**

10h15min – 10h45min: **Pausa para café**

Formação judicial e solidariedade internacional

10h45min – 12h: **Pleno 3: Formação judicial, governo e estado de direito**

12h – 14h: **Almoço – Prefeitura de Burdeos**

14h – 15h15min

- **Mesa-redonda 13: Formação judicial e saída da crise**
- **Mesa-redonda 14: Formação judicial e desenvolvimento econômico**

Formação judicial e legitimidade

14h – 15h15min:

- **Oficina 1: Manter a imagem e a confiança da formação judicial na comunicação**
- **Apresentação da tese: Reformar a Justiça – Avaliação da experiência global**

15h15min – 15h45min – **Pausa para café**

Formação judicial e solidariedade internacional

15h45min – 17h:

- **Mesa-redonda 15: Atores da cooperação em formação judicial (Parte 1)**

Formação judicial e legitimidade

15h45min – 17h:

- **Oficina 2: Cooperação internacional: campus global para uma formação executiva: oficina complementar**
- **Oficina 3: Psicologia e seleção de juízes**

17h15min – 19h15min: **Assembleia-Geral**

20h30min: **Jantar de gala**

3/11 – Quinta-feira

Formação judicial e solidariedade internacional

9h – 10h15min:

- **Mesa-redonda 16: Atores da cooperação em formação judicial (Parte 2)**
- **Mesa-redonda 17: A criação de um poder judiciário com sede no Centro de Pesquisa: a importância da investigação empírica de um poder judiciário independente**

Formação judicial e legitimidade

9h – 10h15min:

- **Oficina 4: O papel da formação judicial em uma sociedade multicultural**

10h15min – 11h: **Pausa para café**

11h – 12h: **Conclusão e encerramento**

12h – 14: **Almoço – ENM**

14h – 16h30min: **Conselho de Administração**

PALESTRA

**PALESTRA NA 5TH INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE TRAINING OF THE
JUDICIARY**

International Organization for Judicial Training – IOJT

Formação Judiciária e Especialização dos Juízes

1º/11/2011

C'est avec grand plaisir que j' ai reçu l' invitation de participer, en tant que directeur de l' École Nationale de Formation et Perfectionnement des Magistrats du Travail du Brésil, l' ENAMAT, de la cinquième Conference Internationale de Formation de Magistrats. Je tiens tout d' abord à vous présenter mes excuses pour ne pas parler en français, non seulement à cause de la beauté de votre langue, mais également en vertu de la chaleureuse réception que j'ai reçue. J' en suis désolé.

A sociedade está em constante transformação. Desafia as instituições e quer excelência na prestação dos serviços. Não basta só atuar. Alcançar qualidade, eficiência e contemporaneidade é preciso! Todos buscamos o ideal do bem comum. É o que a sociedade espera de nós neste mundo globalizado, em que os limites territoriais se tornam infinitos.

O Poder Judiciário não está alheio a essas transformações. Ele é partícipe delas. O ideal de Justiça sempre esteve vinculado ao binômio “rapidez versus eficiência”. A crítica à lentidão da Justiça não é de hoje. Ultrapassa o século. Basta lembrar Rui Barbosa: A justiça tardia, na verdade, é uma injustiça.

A Justiça lenta, por todo o século XX, estaria a desafiar os especialistas que buscavam soluções em sucessivas alterações legislativas sem, no entanto, conseguirem êxito na busca da solução ideal. A dificuldade do acesso à Justiça, o excesso de formalismo e a multiplicidade de recursos foram fatores mais que suficientes para provocar uma dilação temporal na solução dos litígios, inaceitável, de modo que a certeza de não ter a resposta contemporânea da reparação da lesão de qualquer direito levava ao temor de que a entrega do bem da vida seria concretizada nas mãos dos herdeiros e sucessores.

Na segunda metade do século XX, os ideais de liberdade, o anseio à consagração do princípio da dignidade da pessoa humana e o rompimento do individualismo movimentam o espírito renovador.

Tudo isso traduz a mudança que vivenciamos neste tempo.

Por outro lado, o juiz, nesse contexto social, notabilizou-se pelo hermetismo de seus pronunciamentos e de suas decisões. O século XX marcou a atuação do juiz distante da sociedade, provocando a reflexão sobre o seu verdadeiro papel e rompendo, em definitivo, com o conteúdo da afirmação de Montesquieu de o juiz não ser mais do que a boca que pronuncia as palavras da lei.

A nossa história mostra a atuação dos juízes, cada vez mais chamados a solucionar conflito de interesses em número por demais expressivo. O que quer a sociedade dos nossos juízes? É nada mais do que o juiz que harmonize o conflito de interesses e busque a sentença justa, contemporaneamente ao fato controvertido.

O conteúdo técnico doutrinário, esse os Juízes demonstram possuir, em face da trajetória de êxito nos cinco anos da Faculdade de Direito, optando por uma especialização.

A aprovação no concurso público para a magistratura vem depois de um interstício constitucional de três anos, pelo menos, de atuação na área jurídica. A magistratura brasileira, por opção constitucional, é composta apenas de juízes, e não de juízes e procuradores.

O Poder Judiciário brasileiro, como terceiro poder da República, fiel à tradicional tripartição dos poderes, como preconizada pelo citado Montesquieu, tem independência e autonomia, atuando em harmonia com os Poderes Legislativo e Executivo. A estrutura judiciária brasileira é composta pelo Supremo Tribunal Federal, suprema corte da República, guardiã da Constituição, e pelos quatro Tribunais Superiores, entre os quais se situa o Tribunal Superior do Trabalho, equivalente à Corte de Cassação francesa, do qual faço parte.

A especialização do Direito Social, como ramo do Direito, dos mais importantes e complexos na formação do Homem Moderno, desafia a participação cada vez maior de todos aqueles voltados para essa realidade. Basta ver que, no próprio sistema da

Organização das Nações Unidas, a Organização Internacional do Trabalho precede qualquer outra instituição. Os juízes que integram a magistratura trabalhista correspondem atualmente a quase 4.000 nas três instâncias, todas elas especializadas em matéria social.

O total de juízes no Brasil é de cerca de 16.000 nas diversas áreas de atuação, representando a Justiça do Trabalho 1/4 dos juízes brasileiros.

Impõe-se saber qual o juiz ideal para a sociedade. Esse é o contexto que motiva a atuação das escolas judiciais, e essa preocupação é mundial, não estando restrita a uma sociedade específica.

A especialização da formação profissional de juízes é uma consequência da necessária especialização da própria Justiça para atender às complexas demandas da sociedade contemporânea. A vida atual revela conflitos altamente dinâmicos, de nível globalizado, que envolvem as mais variadas dimensões da sociedade, como aspectos econômicos, sociais, psicológicos e políticos, além dos propriamente jurídicos. Para solucioná-los, a Justiça deve estar adequadamente preparada em termos materiais e humanos.

A realidade brasileira constitui exemplo dessa situação, na qual o sistema judiciário também é altamente complexo. O modelo brasileiro de Justiça apresenta, de um lado, níveis concorrentes de competências no âmbito dos Estados da Federação (estadual) e da própria União (federal), com quase uma centena de tribunais de várias atribuições, e, de outro lado, segmentos gerais e especializados para tratar dos conflitos judiciais. Os conflitos que envolvem as relações de trabalho em geral, tanto individuais quanto coletivos, são apreciados por um ramo especializado em nível federal, que compõe a chamada Justiça do Trabalho brasileira.

A Justiça do Trabalho tem natureza constitucional e é especializada na Federação desde o ano de 1946. É composta pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST, por 24 Tribunais Regionais do Trabalho – TRTs e por mais de 1.400 Varas do Trabalho. Os seus magistrados são recrutados por concurso público e desempenham suas funções com um Direito do Trabalho específico, previsto na Constituição e na legislação federal, munidos de um Processo Judiciário do Trabalho também próprio. Esse Processo, deve-se dizer, é caracterizado por grande número de audiências, com contato permanente com as partes e advogados e com muita rapidez no andamento das ações, voltado para a solução do conflito, privilegiando, como fase obrigatória, a conciliação, haja vista que a natureza do conflito trabalhista, não se pode esquecer, é alimentar.

Pelo alto nível de especialização das funções dos magistrados do trabalho, a formação profissional deles é desenvolvida no Brasil por uma Escola também altamente especializada: a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT).

A ENAMAT tem assento na Constituição Federal vigente e sua

existência data de 2006, quando passou a ser a primeira Escola de âmbito nacional instituída no Brasil para a formação de magistrados.

A formação profissional proporciona aquisição e desenvolvimento de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) para o exercício concreto da profissão, no caso a de Juiz do Trabalho. O conteúdo de cada curso decorre da necessidade profissional cotidiana, materializada na prática do exercício das funções, e está voltado para o aperfeiçoamento do próprio profissional: do trabalho, no trabalho e para o trabalho.

Em concreto, o magistrado necessita aprender sua própria profissão, com competências exigidas pela magistratura e que não estão no programa das universidades.

Além disso, considerando as características da profissão do magistrado do trabalho brasileiro, a ENAMAT precisou desenvolver um modelo próprio para essa formação profissional. A forma de recrutamento do juiz, a dimensão continental do país, o perfil dos magistrados e a extrema quantidade e complexidade de suas atribuições têm relevo próprio.

A ENAMAT realiza formação profissional, como modalidade do gênero educação para o trabalho. Em termos específicos de ensino profissional, a Escola Nacional atua em três áreas integradas e coordena o Sistema Nacional de Formação de Magistrados do Trabalho, composto por 24 Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho.

A primeira é a Formação Inicial, para os Juízes em fase de confirmação no cargo. Os novos magistrados devem ser recebidos na Justiça e compreender não apenas o seu singular papel institucional, mas também sua inserção na carreira. É um momento decisivo para aquisição e desenvolvimento das competências profissionais do novo agente público.

Para os novos juízes, já foram realizados 10 cursos com a média de 140 horas-aula. Até agora, na formação inicial nacional, 591 juízes concluíram cursos na Escola.

A Formação Continuada, destinada aos juízes confirmados no cargo (vitalícios), acompanhará o magistrado durante toda a sua carreira. Ela cuida, especialmente, do desenvolvimento das competências, do intercâmbio de experiências com os outros colegas e da atualização profissional.

Na Formação Continuada, a ENAMAT promoveu, ao longo de sua existência, dezenas de cursos, tanto presenciais quanto a distância pela internet. Foram qualificados juízes em temas como efetividade da execução, administração judiciária, processo eletrônico, teoria da conciliação, ou mesmo planejamento estratégico, gestão de pessoas, orçamento público, relacionamento com a mídia. O número de alunos qualificados passa de 1.600 juízes em todo o país.

A Formação de Formadores, que dá suporte metodológico às outras formações, proporciona a qualificação dos profissionais de ensino para as ações formativas das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho, com a utilização de ferramentas metodológicas para esse tipo de ensino. Ela já alcançou mais de 380 juízes. Nessa qualificação, participam não apenas os instrutores de atividades presenciais, mas também tutores de atividades a distância, gestores de Escolas Regionais, coordenadores pedagógicos e outros profissionais de ensino.

O ensino presencial é fundamental para atividades profissionalizantes, como laboratórios de simulação de audiências. No entanto, a educação a distância já está consolidada em várias áreas, com o uso de plataforma pela internet, permitindo que os juízes, em qualquer lugar, possam acessar e estudar nos horários e na forma de sua conveniência. A ENAMAT é pioneira em educação a distância pela internet em larga escala para os juízes em todo o Brasil.

A ENAMAT tem um sítio próprio para divulgação de suas atividades ao público em geral (www.enamat.gov.br).

Nós, na Escola Nacional, não vamos criar um conteúdo doutrinário. Esse já está demonstrado. O que queremos é criar um estudo da deontologia jurídica e da atuação profissional do magistrado. Daquele que, ao proferir a sua decisão, mesmo que em nível de conciliação, consiga não só solucionar o conflito interpessoal, mas, sobretudo, provocar a harmonia e restabelecer a paz social que foi afetada pela lide. A ENAMAT procura amadurecer nos juízes a vocação de magistrado, de modo que a contribuição de cada um inegavelmente seja um dos elementos para atingir a plenitude da atividade jurisdicional.

É com esse espírito que o Tribunal Superior do Trabalho e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho veem em seus juízes, vocacionados que são, atores comprometidos e cada vez mais preparados para a solução dos conflitos sociais no Brasil, porque, afinal, o Poder Judiciário é garante fundamental da democracia.

Je vous remercie de votre attention

Visitas Técnicas

➤ Escola Judicial do TRT da 17.^a Região – ES



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga faz palestra no TRT da 17.^a Região

O Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, em continuidade ao programa de visitas técnicas às Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho, esteve no dia 19 de agosto, na Escola Judicial do TRT da 17.^a Região, em Vitória – ES.

Na ocasião o Diretor da ENAMAT proferiu palestra sobre o tema Execução Trabalhista. O evento, realizado no plenário do Tribunal Regional, contou com a participação de magistrados, assessores de desembargadores, assistentes de juízes e membros do Ministério Público. Segundo o Ministro Aloysio, a execução trabalhista representa atualmente o maior gargalo da Justiça do Trabalho, mas há caminhos para alterar esse panorama, tornando-a mais ágil. Indicou algumas possibilidades, entre as quais a atuação mais forte dos juízes.

Em complementação às atividades na 17.^a Região, o Diretor da ENAMAT participou de encontro com o Diretor da Escola Judicial, Desembargador Lino Faria Petelinkar, oportunidade em que conheceu as instalações da Escola Judicial.

➤ **Escola Judicial do TRT da 7.^a Região – CE**



Para debater ações destinadas à formação de magistrados e servidores, o Tribunal Regional do Trabalho da 7.^a Região (CE) recebeu a visita técnica do diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), Ministro Aloysio Corrêa da Veiga. A visita também teve como objetivo apresentar as ações realizadas pela Escola Judicial do TRT da 7.^a Região e debater possíveis aprimoramentos a serem realizados em programas de formação.

Durante a visita, o Diretor da ENAMAT pôde conhecer a grade de cursos, oficinas e palestras previstos naquela oportunidade para realização pela Justiça do Trabalho no Ceará em 2011 com magistrados, servidores e cidadãos. Dentre eles se destacam o curso de Linguagem Brasileira de Sinais (magistrados e servidores), cursos de desenvolvimento gerencial (gestores) e palestras sobre direitos trabalhistas (internas do Instituto Penal Auri Moura Costa).

A Escola Judicial do TRT – CE tem como objetivo estimular a formação e o aprimoramento de magistrados e servidores com periódicas atualizações técnicas. Para que isso seja possível, o TRT promove, por meio da Escola, cursos e concursos, realiza treinamento de pessoal, firma convênios e parcerias com entidades públicas e privadas e realiza estudos, debates e pesquisas.

➤ Escola Judicial do TRT da 4ª Região – RS



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga

O Ministro Aloysio Corrêa da Veiga realizou no dia 26 de setembro, visita técnica à Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, em Porto Alegre (RS).

Na parte da manhã, o Ministro proferiu, no Auditório Ruy Cirne Lima, do Foro Trabalhista de Porto Alegre, palestra sobre o tema *O princípio da razoável duração do processo*, que contou com a participação de magistrados e de servidores que atuam na área judiciária do Tribunal. Segundo o Ministro, a questão da duração do processo judicial permeia a realidade da Justiça há mais de um século. “Sempre foi feita a associação entre prestação jurisdicional e morosidade. É comum discutirmos a lentidão do Poder Judiciário. A duração do processo é uma preocupação mundial”, afirmou.

O Ministro ressaltou que alguns autores consideram desnecessário o princípio previsto no art. 5.º, LXXVIII, da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional n.º 45, de 2004, porque seu conteúdo estaria contemplado pelos princípios do devido processo legal e do contraditório e da ampla defesa, discussão que, conforme destacou, começou em 1950, na Europa.

Ele explicou que, quase duas décadas depois, o Pacto de San José da Costa Rica, firmado na Convenção Americana dos Direitos Humanos, de 1969, motivou uma transformação no Poder Judiciário. O Ministro lembrou que, no Brasil, a reforma do Judiciário começou nos anos 90 e culminou com a inclusão da razoável duração do processo como princípio constitucional em 2004.

Como demonstrou o Ministro Aloysio, há dois fatores geralmente apontados como responsáveis pela morosidade no Judiciário: o excesso de litigiosidade e a multiplicação de recursos. Salientou que, no entanto, “não existe excesso de litigiosidade”, indicando que o aumento do acesso à Justiça no Brasil está se dando de forma

gradativa. Em relação à multiplicação de recursos, o Ministro assegurou que o exaurimento da relação jurisdicional deve ocorrer por meio dos princípios do contraditório e da ampla defesa, indispensáveis à maior segurança jurídica.

Outro ponto focado foi a questão da efetividade na prestação jurisdicional, que, para o Ministro, requer proposições eficazes, com ações vindas do Poder Legislativo, dos administradores e dos próprios juízes. “A ação positiva maior que se pretende é a do juiz, desde o recebimento da pretensão até o desfecho”, concluiu.

Falando sobre o processo eletrônico, afirmou que é um caminho sem volta e se insere no debate relativo à razoável duração do processo. “A comunicação dos atos processuais deve ser feita em tempo real” ressaltou.

Ao finalizar, o Ministro Aloysio Corrêa da Veiga enfatizou que a razoável duração do processo é “um compromisso nosso diante da sociedade” e que ser razoável é ser tempestivo, efetivo, sem protelações inúteis.



Desembargadora Cleusa Regina Halfen, Diretora da Escola Judicial do TRT da 4ª Região; Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT; e Juiz Substituto Carlos Alberto Zogbi Lontra, Coordenador Acadêmico da Escola Judicial do TRT da 4ª Região



Público participante do evento

VISITAS RECEBIDAS

- **13/4/2011** – O Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, o Vice-Diretor Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires e Conselheira da ENAMAT Ministra Maria de Assis Calsing receberam a visita da Magistrada de Ligação da Embaixada da França Carla Deveille-Fontinha, para tratar dos seguintes assuntos:
 - ✓ Convênio com a Escola Nacional da Magistratura Francesa;
 - ✓ Preparação e agenda para o mês de maio do encontro da Direção da ENAMAT com o Excelentíssimo Senhor Magistrado Jean-François Thony, Diretor-Geral da Escola Nacional da Magistratura Francesa;
 - ✓ Participação do Excelentíssimo Senhor Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, na Conferência da IOJT, em Bordeaux (França), em novembro de 2011.



Ministra Maria de Assis Calsing; Ministro Aloysio Corrêa da Veiga;
Magistrada de Ligação da França Carla Deveille-Fontinha;
e Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires



- **6/5/2011** – Em continuidade ao programa de intercâmbio das Cortes Supremas dos Países do Mercosul e Associados, cujo objetivo é proporcionar visão robusta e completa acerca do Sistema Judiciário Brasileiro, foi realizada a segunda edição do Programa Joaquim Nabuco para Intercâmbio de Magistrados. Visitaram a ENAMAT os Excelentíssimos Senhores Doutor Edgardo Etlin, Magistrado da Corte Suprema de Justiça Uruguaia; Doutora Miryan Peña, Magistrada da Corte Suprema de Justiça Paraguaia; e Doutora Monica Sanchez, Advogada da Corte Constitucional do Chile.

Os Magistrados foram recebidos pelos Ministros Horácio Raymundo de Senna Pires, Vice-Diretor da ENAMAT, e Walmir Oliveira da Costa, Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT; e pelo Juiz do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor da Direção da ENAMAT.

O Juiz Giovanni Olsson, na oportunidade, fez uma apresentação aos visitantes, com utilização de slides, sobre a Justiça do Trabalho e a ENAMAT.



Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires, Vice-Diretor da ENAMAT, e visitante do Programa



Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires, Vice-Diretor da ENAMAT, ao centro; Ministro Walmir Oliveira da Costa, Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT, à esquerda; e visitantes do Programa



Juiz do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor da Direção da ENAMAT, realizando exposição para os ilustres visitantes



Visitantes do programa de intercâmbio das Cortes Supremas dos Países do Mercosul e Associados

- **26/5/2011** – O Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, recebeu, na tarde do dia 26 de maio, a visita do Embaixador da França, Yves Saint-Geours, do Diretor-Geral da Escola Nacional da Magistratura (ENM) francesa, Jean-François Thony, e da magistrada de ligação, Carla Deveille-Fontinha.

A visita teve por objetivo a proposição de medidas concretas para dar efetividade ao Memorandum de Entendimento de Cooperação, firmado em fevereiro de 2011 entre a ENAMAT e a ENM, cujo objeto é promover o aperfeiçoamento da formação dos magistrados dos dois países por meio do intercâmbio de experiências em engenharia pedagógica, formação de formadores, formação inicial e formação continuada, com ênfase em uma abordagem teórico-prática, profissionalizante, transdisciplinar e humanista na relação ensino-aprendizagem.



Ministra Maria de Assis Calsing; Diretor-Geral da Escola Nacional da Magistratura (ENM) francesa, Jean-François Thony; magistrada de ligação, Carla Deville-Fontinha; Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT; Embaixador da França, Yves Saint-Geours; Desembargadora Flávia Simões Falcão; e Juíza do Trabalho Martha Halfeld F. M. Schmidt

Estiveram presentes na recepção dos visitantes a Vice-Presidente do TST, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, representando o Presidente, Ministro João Oreste Dalazen, e o Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho.

Acompanharam as atividades realizadas na visita a Ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Maria de Assis Calsing, a Juíza do Trabalho Martha Halfeld Furtado de Mendonça Schmidt, titular da 3ª Vara do Trabalho de Juiz de Fora-MG, o Desembargador Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha, Diretor da Escola Judicial da 1ª Região, e a Desembargadora Flávia Simões Falcão, Coordenadora da Escola Judicial da 10ª Região, membros do Conselho Consultivo da ENAMAT, assim como a Subsecretária Administrativo-Acadêmica da Escola, Denimar Noronha, a Assistente da Subsecretaria, Marizaura Augusto da Glória, e componentes da equipe técnica.



Diretor-Geral da Escola Nacional da Magistratura (ENM) francesa, Jean-François Thony; Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT; e Embaixador da França, Yves Saint-Geours



Vice-Presidente do TST, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi; Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT; e Embaixador da França, Yves Saint-Geours



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga e ilustres visitantes



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga e ilustres visitantes



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga entrega aos visitantes documentos institucionais da ENAMAT

O Ministro Aloysio Corrêa da Veiga entregou aos visitantes documentos institucionais da ENAMAT e uma proposta de projeto de atividades comuns, da qual constam temas considerados prioritários e sugestões de intercâmbio de magistrados. Houve, ainda, troca de publicações entre as Escolas brasileira e francesa. Na ocasião, o Diretor da ENAMAT agraciou o Embaixador da França e o Diretor-Geral da ENM francesa com o Certificado e a Medalha Honra ao Mérito da ENAMAT, pelas relevantes contribuições em favor da melhoria da formação dos magistrados brasileiros do trabalho. Por seu turno, o Diretor-Geral da ENM homenageou o Ministro Aloysio, contemplando-o com placa em que consta a logomarca da Escola francesa.



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga condecora o Embaixador da França no Brasil com o Certificado e a Medalha Honra ao Mérito ENAMAT



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga condecora o Diretor-Geral da ENM francesa com o Certificado e a Medalha de Honra ao Mérito ENAMAT



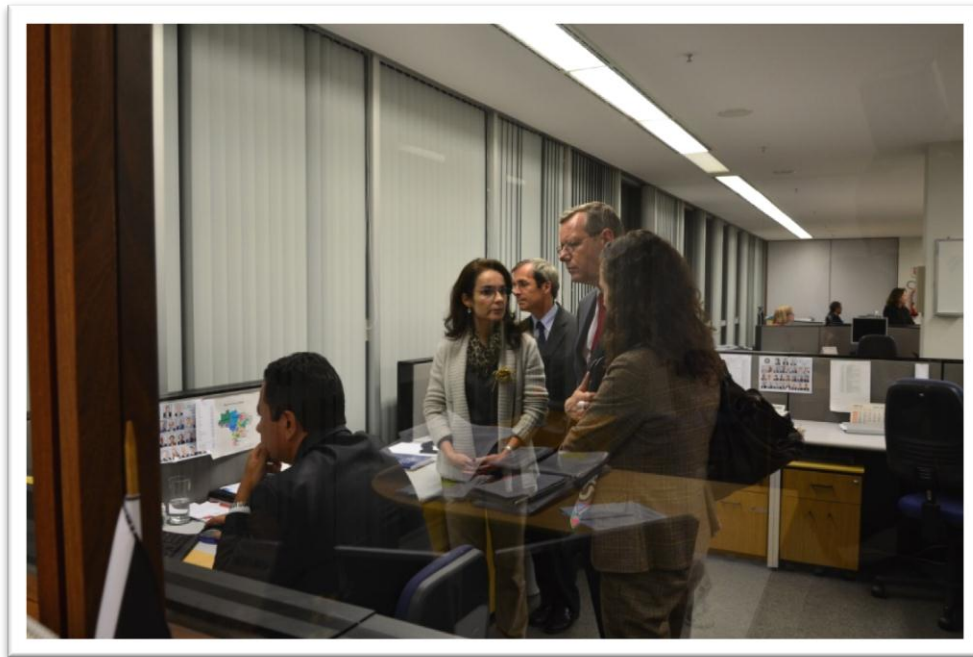
Jean-François Thony homenageia o Ministro Aloysio Corrêa da Veiga com placa da ENM francesa



Ministra Maria de Assis Calsing, Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT; Diretor-Geral da Escola Nacional da Magistratura (ENM) francesa, Jean-François Thony; e Juíza do Trabalho Martha Halfeld Schmidt, Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT

Os visitantes tiveram a oportunidade de conhecer as instalações da ENAMAT, quando receberam informações sobre o desenvolvimento dos cursos a distância realizados por meio da plataforma moodle, as ferramentas utilizadas e a metodologia didático-pedagógica adotada.

Além disso, os representantes franceses visitaram o plenário do TST e foram convidados pelo Ministro Aloysio Corrêa da Veiga a irem ao seu gabinete, onde foi explicado o funcionamento do processo judicial eletrônico.



Representantes franceses visitam as instalações da ENAMAT



Representantes franceses visitam, no TST, o Gabinete do Ministro Aloysio Corrêa da Veiga



Representantes franceses visitam, no TST, o Gabinete do Ministro Aloysio Corrêa da Veiga

Os visitantes elogiaram a estrutura e o dinamismo das instalações visitadas, sobretudo os recursos tecnológicos em uso na ENAMAT e no TST. Eles ressaltaram, também, o interesse em conhecer a realidade da formação de magistrados desenvolvida em nível nacional, sob a responsabilidade da ENAMAT, e em nível regional, levada a efeito pelas escolas judiciais.

A visita proporcionou o estreitamento dos laços de cooperação entre a ENM e a ENAMAT, podendo surgir daí avanços significativos, que venham a concorrer positivamente para o aperfeiçoamento e a modernização dos sistemas judiciários dos dois países.



Embaixador da França e Diretor da ENAMAT, em primeiro plano



Diretor da ENM francesa e Diretor da ENAMAT



Representantes franceses visitam o Plenário do TST

- **7/6/2011** – O Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, recebeu, no dia 7 de junho, a visita do **Diretor-Presidente** da Escola Nacional da Magistratura (ENM) do Brasil, Juiz de Direito Roberto Portugal Bacellar. A visita teve como objetivo o estreitamento dos laços entre ambas as instituições e a apresentação de proposta de estabelecimento de cooperação,

visando à permuta de informações acerca de questões que proporcionem o aprimoramento da colaboração acadêmica, científica e cultural.



Juiz de Direito Roberto Portugal Bacellar, Diretor-Presidente da ENM,
e Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT



Juiz de Direito Roberto Portugal Bacellar,
Diretor-Presidente da Escola Nacional da Magistratura (ENM)

A cooperação se concentra na realização de intercâmbio de conhecimentos, boas práticas, programas de formação, documentação e publicações. O Ministro Aloysio Corrêa da Veiga afirmou a importância da proposta de união de esforços por parte das duas escolas, tendo em vista a contribuição à ampliação e melhoria da formação e aperfeiçoamento de magistrados.

Durante a visita, foram apresentadas ao Juiz Roberto Bacellar as dependências da Escola, incluindo as salas de aula e o auditório, e demonstrado o sistema de educação a distância desenvolvido para juízes do trabalho, a metodologia adotada e as ferramentas tecnológicas utilizadas.



Juiz Roberto Bacellar em visita às instalações da ENAMAT, acompanhado pelo Ministro Aloysio Corrêa da Veiga

- **15/6/2011** – Estiveram, dia 15 de junho, em visita orientada à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), 47 alunos do Curso de Direito da Universidade Católica de Petrópolis (UCP), acompanhados da Diretora do Curso, Adriana Henrichs Sheremetieff, e do Professor Orientador, Jorge Luís Estrella. A finalidade da visita foi conhecer a estrutura e o funcionamento da ENAMAT, como também obter informações acerca das ações desenvolvidas na formação de magistrados do trabalho.

Os visitantes foram recebidos nas dependências da ENAMAT pelo Juiz do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor da Direção, e pela Subsecretária Administrativo-Acadêmica, Denimar Noronha. O Juiz Giovanni Olsson fez uma explanação aos alunos da UCP sobre a criação da Escola Nacional pela Emenda Constitucional n.º 45 e sobre sua instalação junto ao TST, além de apresentar seus objetivos, atribuições e principais atividades realizadas.

Ao final da visita, foram entregues a cada estudante um documento com a apresentação da ENAMAT e um exemplar do Relatório de Atividades de 2010 da instituição.

Os alunos do Curso de Direito da UCP visitaram, ainda, a 6ª Turma do TST, órgão do qual é presidente o Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT.



Alunos do Curso de Direito da UCP em visita à ENAMAT



Juiz Giovanni Olsson, Assessor da Direção da ENAMAT, faz exposição aos alunos da UCP



Estudantes recebem documentos sobre a ENAMAT



Estudantes recebem documentos sobre a ENAMAT

- **22/6/2011** – O Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, recebeu, no dia 22 de junho, a visita do consultor jurídico do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Jerônimo Jesus dos Santos, ocasião em que recebeu convite para proferir palestra na sede do Ministério, no dia 9 de agosto.

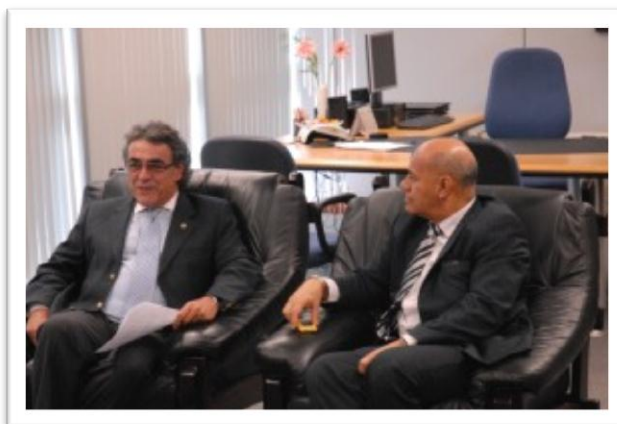


Representantes do MTE visitam a ENAMAT

Ao aceitar o convite, o Diretor da ENAMAT agradeceu a deferência do MTE e ressaltou que considera de grande importância levar a representantes de áreas do Direito e daquelas voltadas para a questão laboral no Brasil o debate de temas expressivos da Justiça do Trabalho.

A palestra, sobre o tema *Responsabilidade da União e a Súmula 331 do TST*, destina-se a advogados, públicos e privados, estudantes de Direito e convidados de outros Ministérios e de diversos estados da Federação.

Participaram também do encontro os advogados da União Francisco Moacir Barros, Maria Socorro Braga, Gustavo Nabuco Machado e Alexandre Gonçalves, assim como Andréa Silva Andrade e Rafael Gomes de Souza Mundim, Administradores da Consultoria Jurídica do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga e Jerônimo Jesus dos Santos,
Consultor Jurídico do MTE

- **17/8/2011** – A ENAMAT recebeu, no dia 17 de agosto, a visita de 73 advogados e dirigentes sindicais da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria Química, com o objetivo de conhecer as instalações da Escola e suas atividades voltadas para a formação de magistrados trabalhistas. Os visitantes foram recepcionados pela Subsecretária Administrativo-Acadêmica da ENAMAT, Denimar Noronha, e pelo Assessor da Direção da Escola José Valmir Santos Filho.

O Assessor José Valmir Santos Filho realizou uma apresentação para os visitantes, utilizando programa eletrônico de imagens para demonstração e visualização do conteúdo explanado. José Valmir fez inicialmente um breve histórico da ENAMAT, abordando sua criação pela Emenda Constitucional n.º 45, de 2004, e a implantação pela Resolução TST n.º 1.140, de 1º de junho de 2006. Explicou, em seguida, que é objetivo da Escola promover a seleção, a formação e o aperfeiçoamento de magistrados do trabalho, qualificando-os profissionalmente para o exercício da função jurisdicional.

Durante toda a apresentação, foi enfatizada a integração, realizada pela ENAMAT, dos conhecimentos jurídicos com o desenvolvimento de competências profissionais, visando ao exercício das funções judicantes.



Subsecretária Administrativo-Acadêmica da ENAMAT, Denimar Noronha, recebe os visitantes



Visitantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria Química



Assessor da Direção da ENAMAT, José Valmir Santos Filho, faz apresentação sobre a Escola

- **4/10/2011** – O Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, recebeu, no dia 4 de outubro, a visita do Coordenador-Geral da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), José Armando Fraga Guerra, e do Juiz do Trabalho Marcus Menezes Barberino Mendes, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Foi apresentado ao Diretor o Projeto Oficina sobre o Trabalho Decente e a Coletivização do Processo, que tem a finalidade de sensibilizar Magistrados e Procuradores do Trabalho, Gestores Públicos e integrantes de entidades ligadas ao tema sobre a importância do combate ao trabalho em condições análogas às de escravos no Brasil.

O Diretor da ENAMAT elogiou a iniciativa da Conatrae – Órgão ligado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – e se dispôs a analisar a proposta de parceria com a entidade para possibilitar a participação de Juizes do Trabalho nas oficinas. O Ministro Aloysio disse que a forma mais abrangente e econômica de engajar a ENAMAT no projeto de oficinas da Conatrae é torná-lo viável por meio da educação a distância, cuja expertise já é do domínio da Escola.



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga (à direita)
recebe Coordenador-Geral da Conatrae



Juiz do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor da Direção da ENAMAT; José Armando Fraga Guerra, Coordenador-Geral da Conatrae; Juiz do Trabalho Marcus Menezes Barberino Mendes, da 15.ª Região; e Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT

- **5/10/2011** – A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) recebeu, no dia 5 de outubro, a visita técnica de componentes da equipe da Escola de Administração Judiciária Instituto Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). A Secretária Arlete Garcia Rodrigues, a Subsecretária de Pesquisa, Planejamento e Avaliação, Célia Regina Vasconcelos Soares, e sua substituta, Luciana Chaves, foram recebidas pelo Juiz-Assessor da Direção da ENAMAT, Giovanni Olsson.



Pelo TJDFT: Arlete Garcia Rodrigues, Célia Regina Vasconcelos Soares e Luciana Chaves.
Pela ENAMAT: Giovanni Olsson e Valmir Santos Filho

O objetivo da visita foi conhecer de perto o modelo de formação dos magistrados do trabalho desenvolvido pela ENAMAT, de sua estruturação de pessoal e de equipe de projetos e, especialmente, da matriz de competências adotada para orientar a qualificação de juízes do trabalho. A matriz de competências é o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que devem ser adquiridos e desenvolvidos pelos magistrados para desempenharem adequadamente suas funções na perspectiva da qualidade da prestação do serviço público de justiça.

A ENAMAT é a primeira Escola de magistratura brasileira a realizar levantamento em concreto das atribuições do juiz, em seu cotidiano – sala de audiência, secretaria e gabinete. Os dados foram sistematizados e convertidos em referencial político-pedagógico para orientar os seus cursos e projetos. Com essa orientação sobre as necessidades concretas do juiz, a Escola sabe exatamente qual tipo de curso é mais importante, com o específico conteúdo exigido e com a técnica de ensino adequada, garantindo excelência e eficiência na qualificação dos juízes.

Os estudos sobre o modelo de competências iniciaram-se em 2007 e foram apresentados às Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho, sendo incorporados como diretriz normativa nacional para os magistrados do trabalho em 2009, sujeitos a revisão periódica. A partir de então, a ENAMAT vem sendo frequentemente consultada por outras Escolas da Magistratura interessadas em conhecer essa matriz de competências, como referência para o desenvolvimento de seus próprios modelos.

A visita também abriu a possibilidade de ações formativas conjuntas em temas afins e o intercâmbio e aprimoramento recíproco em áreas técnicas, como projetos de cursos e diretrizes para capacitação de magistrados, assim como a experiência da ENAMAT na educação a distância.

A Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal é responsável pela qualificação profissional de mais de 7 mil servidores e de 400 magistrados de varas e do próprio tribunal, realizando dezenas de ações formativas para esse corpo profissional.

- **14/10/2011** – O Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, e o Vice-Diretor, Ministro Horácio Raymundo do Senna Pires, receberam, no dia 14 de outubro, a visita de sete integrantes do Programa Joaquim Nabuco para Intercâmbio de Servidores e Magistrados dos Países do Mercosul. Seis dos visitantes são oriundos do Chile e um do Uruguai, entre eles dois magistrados federais.

Os visitantes vieram ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) para conhecer de perto o funcionamento da justiça trabalhista no Brasil. Na ENAMAT, os ministros falaram sobre a estrutura do Judiciário, os procedimentos e atos processuais, a implantação do processo eletrônico, já em pleno funcionamento, e os métodos educacionais aplicados pela Escola, com ênfase em educação a distância e formação continuada.

O grupo se mostrou entusiasmado com a funcionalidade da ENAMAT e com a estrutura deste tribunal especializado, que inexistente tanto no Chile como no Uruguai. A formação de juízes em escolas judiciais especializadas também foi uma novidade que despertou interesse dos visitantes, que buscaram aprofundar conhecimentos a respeito do corpo docente e das matérias oferecidas.

O Assessor da Direção da ENAMAT José Valmir Santos Filho, apresentou aos visitantes slides institucionais em espanhol, com conteúdo explicativo sobre o funcionamento da Justiça no Brasil, sobre a Justiça do Trabalho e sobre a Escola Nacional.

O programa de intercâmbio Joaquim Nabuco estimula a cooperação entre integrantes dos países do Mercosul, contribuindo para a expansão das bases de cooperação judiciária, para o fortalecimento do Mercosul e para a promoção da segurança jurídica na região, como fator de estabilidade política, econômica e social.



Diretor e Vice-Diretor da ENAMAT (ao centro) recebem visita de integrantes do Programa Joaquim Nabuco para Intercâmbio de Servidores e Magistrados dos Países do Mercosul



Integrantes do Programa Joaquim Nabuco para Intercâmbio de Servidores e Magistrados dos Países do Mercosul visitam a galeria de ex-diretores da ENAMAT, acompanhados do Ministro Aloysio Corrêa e do Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires

- **18/10/2011** – O Conselheiro francês Jacques Nunez, convidado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) para participar como palestrante no Seminário de Prevenção de Acidentes de Trabalho, nos dias 21 e 22 de outubro, visitou, no dia 18 desse mês, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT).

Acompanhado da magistrada de ligação para o Brasil, Bolívia e Venezuela, Carla Deveille Fontinha, eles foram recebidos pelo Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, e pelo juiz Giovanni Olsson, Assessor da Direção da Escola. O Conselheiro da Court de

Cassation (Corte de Cassação), cujo cargo equivale no Brasil ao de um Ministro de Tribunal Superior, assistiu a uma apresentação em francês sobre a ENAMAT e visitou suas instalações.



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga recebe Conselho da Corte de Cassação francesa e Magistrada de Ligação para Brasil, Bolívia e Venezuela

Durante a visita, Jacques Nunez mostrou-se interessado em saber pormenores do sistema judiciário brasileiro, especialmente na área trabalhista. O Ministro Aloysio explicou ao visitante as peculiaridades brasileiras no tocante à Previdência Social, fiscalização e acidentes do trabalho, ao mesmo tempo em que obteve informações acerca do sistema judiciário francês.

A visita do Conselheiro Jacques Nunez ao TST é fruto do convênio firmado entre a ENAMAT e a Escola Nacional de Magistrados da França (ENM).



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT; Jacques Nunez, Conselheiro da Corte de Cassação francesa; e Carla Deveille Fontinha, magistrada francesa de ligação para Brasil, Bolívia e Venezuela

- **24/11/2011** – Representantes da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, da Escola Nacional de Magistratura, da Escola Judicial Eleitoral, do Centro de Estudos Judiciários, do Centro de Estudos Jurídicos da Justiça Militar, e do Centro de

Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário, integrantes da Comissão que examinará a Resolução n.º 126 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para estudar o modelo de capacitação no Poder Judiciário, visitaram no dia 24/11, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados do Trabalho (ENAMAT).

Na ocasião, os visitantes puderam expor suas expectativas em relação ao trabalho e, depois dessa reunião, conheceram a sede da ENAMAT.

O Assessor da Direção da ENAMAT Juiz do Trabalho Giovanni Olsson, componente da Comissão, ressaltou que as ações da Comissão têm sido muito produtivas, porque “permitem, de um lado, a aproximação e integração das entidades que formam os juízes e servidores e, de outro, oferecem a possibilidade de construção de um projeto de qualificação dos quadros do Poder Judiciário em âmbito nacional”.

A pauta da reunião incluiu a apresentação de propostas das entidades e o debate de temas relacionados à qualificação dos juízes em todo o País. O Assessor da ENAMAT disse que as reuniões servem para integração e alinhamento de ações formativas conjuntas. No início do próximo ano, será divulgado o relatório de propostas para a capacitação, que subsidiará a revisão da Resolução n.º 126 pelo CNJ.

A ENAMAT foi escolhida para sediar esse encontro, e as outras reuniões se realizarão nas demais entidades participantes da Comissão. Dessa forma, será possível integrar toda a equipe e dar oportunidade para que os membros das instituições responsáveis pelo projeto conheçam as experiências e os modelos de gestão na formação e aperfeiçoamento de servidores e magistrados no Poder Judiciário.



Membros da Comissão que estuda o modelo de capacitação no Poder Judiciário, acompanhados da Subsecretária Administrativo-Acadêmica da ENAMAT, Denimar Noronha (última à direita)

SISTEMA INTEGRADO DE FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO (SIFMT)



O SIFMT é coordenado pela ENAMAT e composto pelas Escolas vinculadas aos 24 Tribunais Regionais do Trabalho. As atividades de formação e aperfeiçoamento dos juízes do trabalho são coordenadas, em nível nacional, pela ENAMAT e desenvolvidas por ela e pelas Escolas Judiciais.

A Escola Nacional é responsável pela realização dos módulos nacionais dos cursos de formação inicial, que têm continuidade nos módulos regionais oferecidos pelas Escolas Judiciais. Ela também coordena as atividades de formação continuada, para magistrados vitalícios, e a formação de formadores, que consiste na capacitação de juízes que irão atuar como multiplicadores de conhecimento.

Em conjunto com a ENAMAT, as ações das Escolas Regionais são direcionadas ao alcance da qualidade na formação de magistrados do trabalho. O compartilhamento de saberes e experiências, desenvolvido pelas instituições componentes do SIFMT, é de grande importância para assegurar o processo de integração da totalidade do sistema formativo na magistratura do trabalho.

As reuniões realizadas com os integrantes do SIFMT buscam examinar e discutir aspectos que possam proporcionar o aprimoramento do processo de integração sob a orientação da ENAMAT.

1ª Reunião do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SIFMT)

13 de junho de 2011

A ENAMAT realizou, no dia 13 de junho, a 1ª Reunião do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SIFMT) da atual gestão – biênio 2011/2013 –, com diretores das 24 Escolas Judiciais vinculadas aos Tribunais Regionais do Trabalho, para tratar de questões relacionadas aos processos formativos de juízes vitaliciandos e vitaliciados.



Ministra Maria de Assis Calsing, Conselheira da ENAMAT;
e Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT

O Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, falou da importância da reunião para a integração entre as Escolas Judiciais e a Escola Nacional, destacando que cada participante pode trazer suas experiências, conhecimentos e anseios na área da formação e aperfeiçoamento de magistrados.

Como primeiro item da pauta, o Diretor da ENAMAT apresentou aos participantes os novos componentes do Comitê de Educação a Distância da Escola, explicou as atribuições do Comitê e as Resoluções da Escola Nacional que regulamentam a EaD no Sistema Integrado e formulou, como principal proposta, priorizar o treinamento dos servidores das Escolas Judiciais no uso da ferramenta Moodle, a ser realizado nas dependências da ENAMAT, adotando-se processo de avaliação da aprendizagem, com o objetivo de incrementar o uso dessa modalidade de educação para magistrados em âmbito regional.



Participantes da 1.ª Reunião do SIFMT realizada na Gestão 2011-2013 da ENAMAT

O Ministro Aloysio Corrêa da Veiga anunciou a realização pela ENAMAT dos Cursos de Formação Continuada (CFC) de Magistrados em Execução Trabalhista e em Teoria Geral do Processo Eletrônico. O objetivo do primeiro curso é a formação de formadores para o treinamento subsequente de, aproximadamente, 500 magistrados em Execução Trabalhista, na modalidade a distância. Em relação ao segundo curso, definiu-se a atuação dos participantes do curso presencial sobre processo eletrônico como tutores de curso a distância sobre o mesmo tema. Ele tratou, ainda, da realização do Curso de Formação de Formadores em Gestão de Escola Judicial, no período de 27 a 29 de junho.



Participantes da 1.ª Reunião do SIFMT realizada na Gestão 2011-2013 da ENAMAT

Foram discutidos na reunião, ainda, os acordos de cooperação com a Escola Nacional de Magistratura da França, a Escola Judicial da Espanha e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), além do posicionamento da ENAMAT a respeito da Resolução n.º 126 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



Participantes da 1.ª Reunião do SIFMT realizada na Gestão 2011-2013 da ENAMAT

Nas questões específicas das Escolas Judiciais, foram examinados diversos temas, desde a avaliação dos alunos no último Curso de Formação Inicial, promovido pela ENAMAT, passando pelas providências para dotar as Escolas Regionais com equipamentos de videoconferência, informática e mobiliário apropriado e pelo auxílio orçamentário da ENAMAT às atividades de ensino e à aquisição de equipamentos, até assuntos relacionados a diretrizes e regulamentação do SIFMT e a critérios de inscrição de juízes nos cursos de EaD.

Os diretores das Escolas Judiciais buscaram esclarecer durante a reunião vários pontos que consideraram importantes sobre as questões tratadas, apontando situações peculiares a cada região.



Ministra Maria de Assis Calsing, Conselheira da ENAMAT;
e Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT

2.º Encontro Técnico do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SIFMT)

17 a 19 de outubro de 2011

Local: Auditório da ENAMAT (5º andar do Bloco A do TST, em Brasília-DF)

Participantes: Direção da ENAMAT e 2 Representantes da Área Acadêmica de cada Escola Judicial

Magistrados e servidores representantes de 21 escolas judiciais trabalhistas participaram, de 17 a 19 de outubro, do 2º Encontro Técnico do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SIFMT), coordenado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT).

A abertura do encontro foi conduzida pelo Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, que destacou a finalidade do evento: o aprimoramento da atividade de capacitação de magistrados, a busca pela profissionalização do ensino nas escolas judiciais de todo o País e a troca de experiências, “riqueza maior para a busca da excelência”.

Os temas em debate no encontro foram: tendências da educação para o trabalho dos agentes públicos; criação e inovação de conhecimento na formação profissional pública; papel das redes sociais como ferramenta de formação; técnicas pedagógicas complexas na formação do juiz e experiências compartilhadas em formação inicial e continuada.

O juiz do trabalho Giovanni Olsson, Assessor da Direção da ENAMAT, salientou que o encontro é uma rica oportunidade de intercâmbio de boas-práticas formativas, de diagnóstico do desempenho das ações colocadas em prática até o momento e de análise das possibilidades de aperfeiçoamento do Sistema de Formação nos seus aspectos pedagógicos, de gestão do conhecimento de formação profissional e de gestão escolar.

Os Tribunais Regionais do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Ceará, Pará, Paraná, Distrito Federal, Amazonas, Paraíba, Roraima, Campinas, Maranhão, Espírito Santo, Goiás, Alagoas, Rio Grande do Norte, Piauí, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul enviaram representantes para o encontro técnico, que contou com um público de 38 participantes, entre servidores e magistrados da Justiça do Trabalho.



Juiz do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor da Direção da ENAMAT,
Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT,
e José Valmir Santos Filho, Assessor da Direção da ENAMAT

2.º ENCONTRO TÉCNICO DO SISTEMA INTEGRADO DE FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO (SIFMT)

PROGRAMAÇÃO

DIA 17.10.2011 (segunda-feira)	
13h30min	Abertura - Direção da ENAMAT
13h40min	01. As teorias da aprendizagem e as novas tendências na educação para o trabalho: reflexões para a formação profissional do agente público 01.01. As contribuições das teorias da aprendizagem para a educação para o trabalho – Profa. Dra. Olgamir Francisco Carvalho (NEPET/UnB) 01.02. As tendências educacionais na formação profissional do agente público Coordenação: Direção da ENAMAT (30min de exposição para cada painalista, com debates)
15h40min	Coffee-break
16h	02. Oficina III – Questões da prática de técnicas pedagógicas complexas na formação do juiz Coordenação: Juiz Hermann de Araújo Hackradt – TRT da 21ª Região
18h	Encerramento

DIA 18.10.2011 (terça-feira)	
9h	03. Oficina I – Experiências das Escolas Judiciais na Formação Continuada - Relato pelas Escolas de suas experiências - Debate sobre boas-práticas e propostas para aprimoramento nos tópicos: (a) instrumentos de motivação do juiz para participação, (b) experiências de “semanas de formação” e (c) instrumentos de avaliação de práticas formativas - Consolidação de propostas Coordenação: Direção da ENAMAT/ Relatoria em cada Oficina
12h	Almoço
13h30min	04. Oficina II – Experiências das Escolas Judiciais na Formação Inicial - Relato pelas Escolas de suas experiências - Debate sobre boas-práticas e propostas para aprimoramento nos tópicos: (a) Módulo Regional para alunos esparsos e (b) desafios do perfil do novo juiz

	- Consolidação de propostas Coordenação: Direção da ENAMAT/ Relatoria em cada Oficina
15h30min	Coffee-break
16h	05. O papel dos blogs e das redes sociais como ferramentas para a formação profissional: limites e possibilidades nas EJs no caso do juiz Painelista: Profa. Dra. Leda Maria Rangearo Fiorentini (UnB) – 30min para apresentação Apresentação de experiências pelas EJs (5min para apresentação individual) Debates Coordenação: Subsecretaria Administrativo-Acadêmica da ENAMAT
17h30min	Encerramento

DIA 19.10.2011 (quarta-feira)	
9h	06. Criação, inovação e compartilhamento de conhecimento na formação profissional 06.01. O conhecimento tácito e exposto, sua conversão na formação profissional e os caminhos para a gestão eficiente do conhecimento nas instituições públicas – Prof. Dr. João Batista Diniz Leite 06.02. Criação e inovação em organização de conhecimento aplicada em instituição pública – Prof. Luís Moretto Neto (UFSC) Coordenação: Direção da ENAMAT (30min de exposição para cada painelista, com debates)
12h	Encerramento - Direção da ENAMAT



Participantes do 2.º Encontro Técnico do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SIFMT)



Participantes do 2.º Encontro Técnico do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SIFMT)

Diretor da ENAMAT afirma que encontro técnico foi um marco na nova era de mudanças da Justiça do Trabalho



O terceiro e último dia do 2º Encontro Técnico do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho, coordenado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), foi marcado por debates e apresentações sobre o tema Criação, inovação e compartilhamento de conhecimento na formação profissional.

O Professor João Batista Diniz Leite, da Fundação Getúlio Vargas, tratou do conhecimento tácito e expresso, sua conversão na formação profissional e os caminhos para a gestão eficiente do conhecimento nas instituições públicas. O Professor Luís Moretto Neto, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), falou sobre criação e inovação em organização de conhecimento aplicada em instituição pública.

No encerramento, o Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, afirmou que o encontro é um marco para as mudanças que estamos experimentando nessa nova era, que exige dos magistrados respostas rápidas e bem elaboradas, citando como exemplo a implantação do processo eletrônico, já em funcionamento em todas as regiões do Brasil. “As escolas judiciais têm importância fundamental no sentido de preparar o contingente da Justiça do Trabalho para uma prestação jurisdicional célere e de qualidade”, destacou.

Os outros temas debatidos no encontro foram: tendências da educação para o trabalho dos agentes públicos; papel das redes sociais como ferramenta de formação; técnicas pedagógicas complexas na formação do juiz; e experiências compartilhadas em formação inicial e continuada.

Participaram do encontro representantes dos Tribunais Regionais do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Ceará, Pará, Paraná, Distrito Federal, Amazonas, Paraíba, Roraima, Campinas, Maranhão, Espírito Santo, Goiás, Alagoas, Rio Grande do Norte, Piauí, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.



Adriano Craveiro Neves – Juiz do Trabalho da 22ª Região (PI)

“A troca de experiências proporcionada pelo Encontro, as palestras e as oficinas foram muito boas. Adquirir conhecimento sobre o funcionamento de outras escolas foi muito proveitoso”.



Carmem Andréia B. Briegnadelo – Servidora da Escola Judicial da 24ª Região

“Foi muito interessante a oportunidade de aprendizado, que servirá tanto para minha vida profissional quanto pessoal. O tema que mais despertou a atenção foi sobre incentivo ao conhecimento constante.”



Liliam Gonçalves – Desembargadora da 2ª Região (SP)

“Destaco a troca de experiências entre as escolas como ponto principal do Encontro, tanto do ponto de vista institucional quanto pedagógico. As oficinas também foram importantes, porque dão a visão da atuação efetiva de cada escola.”

- **Palestra do dia 17 de outubro de 2011**



Professora Olgamir Francisco Carvalho – UnB

“As teorias da aprendizagem e as novas tendências na educação para o trabalho: reflexões para a formação profissional do agente público.” Este foi o tema do primeiro módulo de debates apresentado pela professora Olgamir Francisco Carvalho.

A professora Olgamir é Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa de Educação e Trabalho da Universidade de Brasília – UnB e possui grande experiência na área de educação para o trabalho, especialmente de agentes públicos. Segundo ela, a educação enfrenta grandes desafios na sociedade contemporânea, e a educação para o trabalho está inserida nessa nova problemática.

A formação técnico-científica, portanto, rompe com o ensino tradicional pela natureza das transformações que ocorrem no aluno-juiz. Ele desenvolve conceitos como ser competente para a função, estar motivado, ser reconhecido socialmente, ser criativo, ser implicado na contribuição consciente para o seu ambiente e realizar-se pessoalmente, do ponto de vista do desenvolvimento integral de suas potencialidades.

A professora destacou que unir a teoria e a prática é essencial nesse novo modelo de educação para o trabalho. “O aluno não é aquele destituído do conhecimento, mas o que possui conhecimento pela experiência, o saber tácito, o que é uma reinvenção das relações educativas” – afirmou.

- **Palestra do dia 18 de outubro de 2011**



Prof. Dra. Leda Maria Rangeloro Fiorentini (UNB)

- **Palestras do dia 19 de outubro de 2011**



Prof. Dr. João Batista Diniz Leite



Prof. Luís Moretto Neto (UFSC)

- **Oficina do dia 17 de outubro de 2011**



Hermann de Araújo Hackrad, Juiz do Trabalho do TRT da 21ª Região

Oficina – Questões da prática de técnicas pedagógicas complexas na formação do Juiz

Coordenação: Juiz Hermann de Araújo Hackrad – TRT da 21ª Região – RN

- **Oficinas do dia 18 de outubro de 2011**

Oficina – Boas-Práticas na Formação Inicial e Formação Continuada



Oficina de Boas-Práticas de Formação Inicial e Continuada



Oficina de Boas-Práticas de Formação Inicial e Continuada



Oficina de Boas-Práticas de Formação Inicial e Continuada

2.^a Reunião do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SIFMT)

13 de dezembro de 2011

A 2.^a Reunião do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SIFMT) promovida pela atual gestão da ENAMAT – biênio 2011/2013 – foi realizada no dia 13 de dezembro, por meio de videoconferência, e contou com a participação dos dirigentes das 24 Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho.

As atividades foram distribuídas em duas turmas, tendo participado do primeiro grupo, às 14h30min, os TRTs da 1.^a à 12.^a Região e do segundo, às 16h30min, os TRTs da 13.^a à 24.^a Região.

Durante a reunião, o Ministro Aloysio Corrêa da Veiga tratou do balanço das atividades da Escola Nacional no ano de 2011, assim como ressaltou a importância do aperfeiçoamento e da efetiva multiplicação da educação a distância, de modo a atingir percentual próximo de 100% dos magistrados em atividade, que constitui meta da ENAMAT prevista em seu planejamento estratégico.

Foi examinada, ainda, a questão da implantação da ferramenta Moodle pelas Escolas Judiciais, a ocorrer no início do primeiro semestre letivo de 2012, para a qual a ENAMAT promoveu o Curso de Moodle, destinado a gestores dessas escolas e a profissionais de tecnologia da informação dos TRTs, preparando-os para a execução de cursos na modalidade de educação a distância.

O Ministro debateu ainda com os diretores das Escolas Judiciais a questão do planejamento estratégico de todas as ações, abrangendo o ano de 2013. Também abordou os temas relacionados ao cumprimento de prazos, às ações voltadas para a educação a distância no período 2012-2013, aos projetos de cursos de formação continuada e de formação de formadores para 2012 e ao estudo, prática e ações positivas referentes ao processo eletrônico.

O Diretor da ENAMAT, ao final da videoconferência realizada com cada turma, apresentou agradecimentos ao apoio recebido das Escolas Judiciais e dos Tribunais Regionais do Trabalho, fator que, segundo ele, favoreceu de maneira indubitável e extremamente construtiva o desenvolvimento das ações previstas e o alcance de resultados eficazes na formação dos magistrados em 2011.

COMITÊ DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O Comitê de Educação a Distância, instituído no dia 19 de novembro de 2010, na última reunião do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SIFMT), da Direção anterior, reúne entre seus membros desembargadores, juízes do trabalho e servidores e é responsável pela integração das ações de formação e capacitação dos magistrados do trabalho, promovidas por meio de educação a distância pelas Escolas Judiciais que formam o Sistema Integrado.

Com a posse da atual Diretoria da ENAMAT – Biênio 2011/2013 –, o Comitê de Educação a Distância ficou com a seguinte composição:

- Como Coordenador, o Desembargador Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha, Diretor da EJ da 1ª Região (RJ) e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT;
- Como Vice-Coordenadora, a Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves, Vice-Diretora da EJ da 2ª Região (SP);
- Como Secretário Executivo, o Servidor José Erigleidson da Silva, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

A composição do grupo foi definida de forma a atender a representatividade das regiões geográficas, sendo um membro para cada Região. Compõem o Comitê a Desembargadora Sulamir Palmeira Monassa de Almeida, do TRT da 8ª Região (PA/AP), representante da Região Norte; o Juiz do Trabalho George Santos Almeida, da 5ª Região (BA), representante da Região Nordeste; o Desembargador César Pereira da Silva Machado Júnior, Diretor da Escola Judicial da 3ª Região (MG), representante da Região Sudeste; a Desembargadora Cleusa Regina Halfen, Diretora da Escola Judicial da 4ª Região (RS), representante da Região Sul; e o Desembargador Amaury Rodrigues Pinto Júnior, Diretor da Escola Judicial da 24ª Região (MS), representante da Região Centro-Oeste.

1.ª Reunião do Comitê de Educação a Distância do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho

28 de junho de 2011

Na 1ª Reunião realizada em 2011, foram tratadas e deliberadas as seguintes questões:

- ✓ Relato pelo Coordenador de que o Comitê de Educação a Distância estabeleceu como meta que as Escolas Judiciais deverão reproduzir em 2011, no mínimo, um curso gerado pela ENAMAT ou por Escola Judicial, na modalidade de EaD. Também deverão produzir até o final da gestão

do Ministro Aloysio Corrêa da Veiga à frente da ENAMAT, em 2013, um curso a distância.

- ✓ Reunião, por cada membro do Comitê, com os diretores das Escolas Judiciais da respectiva Região geográfica, para levantamento das necessidades e das principais dificuldades enfrentadas.
- ✓ Realização do Curso de Moodle, no mês de agosto, com o objetivo de capacitar servidores das Escolas e Técnicos de Informática para gestão, implantação e manutenção dessa ferramenta. Ficou acordado que a convocação para a participação no treinamento seria efetuada por meio de Ofício do Diretor da ENAMAT.
- ✓ Realização do Curso de Formação em Docência online, em data a ser definida, após análise do material didático pela ENAMAT.
- ✓ Realização do Curso de Produção Textual, em data a ser definida, após análise do material didático pela ENAMAT.

2.ª Reunião do Comitê de Educação a Distância do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho

30 de agosto de 2011

Na 2ª Reunião realizada em 2011, foram tratadas e deliberadas as seguintes questões:

- ✓ Relato dos integrantes do Comitê sobre os resultados do levantamento realizado acerca das necessidades e das principais dificuldades enfrentadas pelas Escolas Judiciais.
- ✓ Priorização do Curso de Produção Textual.
- ✓ Criação de banco de curso, organizado por tema, ressaltando-se que as Escolas terão prazo para implantar os cursos oferecidos nesse banco.
- ✓ Realização de levantamento dos participantes do curso de Moodle realizado pela ENAMAT.
- ✓ Realização de levantamento dos tutores existentes, não só na ENAMAT, mas também nos Tribunais Regionais do Trabalho.
- ✓ Realização do Curso de Produção textual antes do curso de Conciliação.
- ✓ Encaminhamento de ofício às Escolas Judiciais, dispondo que todas as ações de EaD sejam comunicadas previamente ao Comitê, para evitar dispersão e concomitância.

CONSELHO CONSULTIVO DA ENAMAT



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga – Diretor



Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires – Vice-Diretor



Ministro Emmanoel Pereira



Ministra Maria de Assis Calsing



Ministro Walmir Oliveira da Costa



Desembargador Alexandre Teixeira de F. Bastos Cunha



Desembargadora Flávia Simões Falcão



Juíza do Trabalho Martha Halfeld Furtado de M. Schmidt

O Conselho Consultivo da ENAMAT, formado por Ministros do TST, Desembargadores e Juiz de primeiro grau, assessora a Direção da Escola em suas atividades e na fixação de suas diretrizes. Em 2011, o Conselho Consultivo realizou 6 reuniões de trabalho.

1.^a Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT – Biênio 2011/2013

29 de março de 2011



Membros do Conselho Consultivo da ENAMAT

A primeira reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT aconteceu no dia 29 de março, na sala de reuniões da Direção da Escola, logo após a Cerimônia de Posse dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores e Juíza do Trabalho, eleitos para o biênio 2011/2013.

Na reunião foram tratadas e deliberadas as seguintes questões:

✓ Educação a Distância

Curso de Formação Continuada em Administração de Vara do Trabalho
Vagas solicitadas pelas Escolas Judiciais: 750
Início: 25 de abril de 2011

Curso de Formação Continuada em Efetividade da Execução Trabalhista

Preparação do conteúdo pela Excelentíssima Senhora Juíza Maria Inês Targa, da Vara do Trabalho de Paulínia – SP e formatação para EaD por André Cavalcanti, Assessor da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.
Realização: 2.º semestre de 2011

Curso de Formação Continuada em Processo Eletrônico

Realização do curso e organização do conteúdo.

✓ Curso Presencial

Curso de Formação Continuada em Administração de Tribunal Regional do Trabalho

Realização: 2 a 6 de maio de 2011

Abertura do curso: Presidente do Tribunal de Contas da União

Público-alvo: Presidentes de Tribunais Regionais do Trabalho, Vice-Presidentes e Corregedores regionais.

10º Curso de Formação Inicial

Encerramento do Curso:

– Presença do Excelentíssimo Senhor Embaixador da Espanha para o encerramento do projeto com a Agência de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID).

– Entrega do Certificado e da Medalha Honra ao Mérito da ENAMAT ao Excelentíssimo Senhor Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho e Diretor da ENAMAT no Biênio 2009/2011, e ao Excelentíssimo Senhor Embaixador da Espanha, Dom Carlos Alonso Saldívar.

✓ Convênios

Escola Nacional da Magistratura da França

Agendamento de reunião para realização de evento por ocasião da vinda ao Brasil do Diretor da Escola Nacional da Magistratura da França, decorrente do convênio ENAMAT/ENM, em meados de maio ou junho de 2011.

Escola Nacional de Magistrados da Espanha

Convênio em tramitação.

✓ Resolução n.º 126 do Conselho Nacional de Justiça

Resolução do CNJ

Ato da ENAMAT ao CNJ

Programação de participação em evento sob promoção do CNJ

✓ Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SIFMT)

Agendamento de reunião.

✓ Aquisição de Equipamentos de Videoconferência para as Escolas

Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho

Conclusão de análise técnica realizada.

2.^a Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT – Biênio 2011/2013

2 de maio de 2011



Membros do Conselho Consultivo da ENAMAT

A 2.^a Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT aconteceu no dia 2 de maio, na sala de Reuniões da Direção da Escola, com a presença do Diretor, do Vice-Diretor e dos Conselheiros.

Foram tratados e deliberados os seguintes assuntos:

- ✓ Educação a Distância – Curso de Formação Continuada em Execução Trabalhista.
- ✓ Curso de Formação Continuada em Processo Eletrônico.
- ✓ Curso de Formação Continuada em Administração de Tribunal Regional do Trabalho – presencial
- ✓ Convênios
Escola Nacional de Magistrados da França
Escola Nacional de Magistrados da Espanha
- ✓ Escolas Judiciais – Orçamento
- ✓ Reunião do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SIFMT)
- ✓ Comitê de Educação a Distância

3.^a Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT – Biênio 2011/2013

13 de junho de 2011



Membros do Conselho Consultivo da ENAMAT



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, presidindo a 3.^a Reunião do Conselho Consultivo da atual gestão – Biênio 2011/2013



Membros do Conselho Consultivo da ENAMAT

A 3ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT aconteceu no dia 13 de junho, na sala de Reuniões da Direção da Escola, com a presença do Diretor, do Vice-Diretor e dos Conselheiros.

Foram tratados e deliberados os seguintes assuntos:

✓ Convênios

Rede Ibero-americana de Escolas Judiciais (RIAEJ)

Comissão para tratar do convênio com a Escola Nacional de Magistratura da AMB

Comissão para tratar do convênio com a Organização Internacional do Trabalho (OIT)

✓ Certificação de Cursos Realizados no Âmbito do SIFMT

Comissão para tratar da elaboração de proposta para regulamentação

✓ Projeto Básico – Compartilhando o Conhecimento – ENAMAT e Escolas Judiciais

✓ Celebração de Convênios Realizados pelas Escolas Judiciais



3.ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT

4.^a Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT – Biênio 2011/2013

2 de agosto de 2011



4^a Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT

A 4^a Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT aconteceu no dia 2 de agosto, na sala de Reuniões da Direção da Escola, com a presença do Diretor, do Vice-Diretor e dos Conselheiros.

Foram tratados e deliberados os seguintes assuntos:

- ✓ 5.^a Conferência Internacional sobre a Formação do Sistema Judicial

Informar sobre a decisão do Diretor da ENAMAT, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, de representar a Escola na 5.^a Conferência Internacional sobre a Formação do Sistema Judicial, promovida pela IOJT, bem como realizar visita técnica à Escola da Magistratura da França em Bordeaux.

- ✓ Bolsa de Estudo para um magistrado na França

Estabelecer critérios para a escolha do magistrado indicado (domínio da língua francesa, declaração de liberação do TRT certificando a regularidade da prestação jurisdicional, compromisso com a ENAMAT, por um período de 2 anos, para elaboração de atividades e cursos).

- ✓ Convênio

Viagem para a cerimônia oficial de abertura do Ano Judicial na Espanha e assinatura de convênio entre a ENAMAT e o Conselho Geral do Poder Judiciário daquele país.

- ✓ Denominação das Escolas Judiciais

Unificação das denominações das Escolas Judiciais e dos cargos de Diretor de Escola Judicial (1.^a, 5.^a, 10.^a e 11.^a Regiões).

- ✓ Comissão de publicação da ENAMAT

Criação de comissão para tratar da produção trimestral da Resenha das Atividades da ENAMAT, com ênfase nas atividades acadêmicas.



4ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT



4ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT

- ✓ Curso de Formação Continuada em Teoria Geral do Processo Eletrônico
Definição da execução do Curso de Formação Continuada em Teoria Geral do Processo Eletrônico.
- ✓ Curso de Formação Inicial
Inclusão no programa do Curso de Formação Inicial de um módulo sobre Processo Eletrônico e outro sobre Trabalho, Justiça e Cidadania.
- ✓ Resolução ENAMAT n.º 8

Minuta da Resolução n.º 8, que trata da certificação dos cursos realizados no âmbito das Escolas Judiciais (aprovada pelo Conselho Consultivo da ENAMAT e encaminhada, por ofício, às Escolas Judiciais, com o prazo de 15 dias para sugestões).



4ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT

✓ Comissão de Estudo sobre Concursos Regionais

Criação de Comissão de Estudo com o objetivo de apresentar proposta ao Diretor da ENAMAT para inclusão da Escola Judicial na Comissão de Concurso do TRT. O estudo será submetido, posteriormente, ao Presidente do TST.

✓ Comitê de Educação a Distância

Apresentação de proposta de calendário de execução das ações definidas pelo Comitê de Educação a Distância, pelo respectivo Coordenador.

✓ Curso de Formação Continuada em Processo Coletivo

Apresentação de projeto para realização do Curso de Formação Continuada em Processo Coletivo – no formato a distância ou presencial.

5.^a Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT – Biênio 2011/2013

20 de setembro de 2011



5ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT



5ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT

A 5.^a Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT ocorreu no dia 20 de setembro, na sala de Reuniões da Direção da Escola, com a presença do Diretor, do Vice-Diretor e dos Conselheiros.

Foram tratados e deliberados os seguintes assuntos:

- ✓ Escola Nacional da Magistratura – França
Indicação da Ministra Maria de Assis Calsing, representante da ENAMAT, no curso de Formação de Formadores, promovido pela Escola Nacional da Magistratura da França.

- ✓ Viagem à Espanha
Relato sobre a viagem.
- ✓ Convênios

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Curso a distância sobre Normas Internacionais do Trabalho

Escola da Espanha
Tratar da disponibilização do Curso de Formação Continuada em Teoria Geral do Processo Eletrônico e reafirmar o convênio para participação dos magistrados do trabalho brasileiros nos cursos realizados em Barcelona e La Coruña.
- ✓ Curso de Formação Continuada em Conciliação
O Diretor informou aos Conselheiros sobre a preparação do curso.
- ✓ Comissão de Estudo
Criação de comissão de estudo para apresentar proposição ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), com o objetivo de editar resolução sobre formação continuada do magistrado do trabalho.

6.^a Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT – Biênio 2011/2013

8 de novembro de 2011

A 6.^a Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT ocorreu no dia 8 de novembro, na sala de Reuniões da Direção da Escola, com a presença do Diretor, do Vice-Diretor e dos Conselheiros.

Foram tratados e deliberados os seguintes assuntos:

- ✓ Resolução da ENAMAT n.º 8/2011 (trata da regulamentação da certificação de cursos de formação continuada e de formação de formadores no âmbito das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho e da promoção do intercâmbio de práticas formativas no âmbito do SIFMT)
O Diretor cientificou os Conselheiros sobre a publicação da Resolução n.º 8.
- ✓ Resolução sobre Formação Continuada
Encaminhamento da minuta da Resolução sobre Formação Continuada às Escolas Judiciais, para posterior análise por Comissão designada.
- ✓ Ofício encaminhado pelo CNJ à ENAMAT

Indicação de um magistrado para compor a comissão destinada a apresentar proposta de revisão da Resolução n.º 126, de 22/2/2011, para análise oportuna pelo Conselho Nacional de Justiça.

- ✓ Convênio com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos (CONATRAE)
Designação de Comissão
- ✓ Escola Nacional da Magistratura – França e Conferência da IOJT
Relato da visita à Escola francesa e da participação na Conferência da IOJT.
- ✓ 11º Curso de Formação Inicial
Realização: 28 de fevereiro a 23 de março de 2012.
Aula inaugural proferida pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Marco Aurélio do STF, sobre o tema “Ser Juiz”.
Inclusão no 11º CFI de mesa-redonda para tratar do tema Trabalho Decente.
- ✓ Ata da 6ª Assembleia-Geral da RIAEJ
Eixos temáticos para o biênio 2011-2013.
Contato com a RIAEJ sobre o papel da ENAMAT no plano de ação, biênio 2011-2013.
- ✓ Carta de Foz do Iguaçu (redigida a partir do Encontro Nacional de Diretores de Escolas de Magistratura, realizado em Foz do Iguaçu, pela ENM-AMB, nos dias 27 e 28 de outubro de 2011).
- ✓ Convênios com Universidades
Definir responsável por estabelecer contatos com as Universidades Federais de Portugal e do Canadá.

OUTRAS ATIVIDADES

Treinamento Moodle para Gestores de Cursos e Administradores de Sistema

22 a 26 de agosto de 2011



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT, fala aos participantes do treinamento na solenidade de abertura

A ENAMAT realizou no período de 22 a 26 de agosto, o Treinamento de Gestores de Cursos das Escolas Judiciais e Administradores de Sistema da Área de Tecnologia da Informação (TI) dos Tribunais Regionais do Trabalho para utilização da ferramenta Moodle na formação de magistrados em âmbito regional, na modalidade de educação a distância.

O treinamento foi dividido em dois módulos, o primeiro destinado aos gestores de cursos das EJs e o segundo aos administradores de sistema da área de TI. No dia 24 de agosto foi concluído o treinamento do Módulo 1, com intensa participação dos gestores. Durante o treinamento, a aprendizagem dos participantes foram concentradas em questões práticas: interface e gerenciamento do Moodle; administração de cursos; atividades a serem desenvolvidas na ferramenta; e recursos utilizados na operacionalização do programa.

O Módulo 2 foi realizado nos dias 25 e 26 de agosto. Os administradores de sistema de TI desenvolveram atividades práticas sobre o Moodle, tais como instalação, configurações, estrutura de arquivos, criação e edição de temas, relatórios e manutenção do servidor.



Participantes são recepcionados no início do evento

Com esse treinamento, a ENAMAT visou contribuir para a implantação de programas de educação a distância nas Escolas Judiciais, ao propiciar que os participantes desenvolvam as competências necessárias à implantação e gestão de cursos por meio da ferramenta Moodle, incluindo a realização de procedimentos técnicos de instalação e manutenção.

Participaram do treinamento os seguintes servidores:

Gestores de Cursos das Escolas Judiciais

- 1ª Região (RJ) – Julio Cesar da Cruz Silva
- 2ª Região (SP) – José Marcos Alves
- 3ª Região (MG) – Célia Regina de Carvalho
- 4ª Região (RS) – Tamira Kiszewski Pacheco
- 5ª Região (BA) – Marcelo Edington de Magalhães
- 6ª Região (PE) – Damião Moura da Silva
- 7ª Região (CE) – Fernando Fontoura Gomes
- 7ª Região (CE) – Flávia Regina Cardoso Mendes Bezerra
- 8ª Região (AP/PA) – Sílvia Cirino da Silva
- 9ª Região (PR) – Patrícia Eliza Dvorak
- 10ª Região (DF/TO) – José Soares da Silva Júnior
- 11ª Região (AM/RR) – Marisa Moura Bandeira
- 12ª Região (SC) – Soraya Oliveira de Assis
- 12ª Região (SC) – Sandro Bittencourt
- 13ª Região (PB) – Olavo Nóbrega de Sousa Júnior
- 14ª Região (AC/RO) – Liduina Maria das Chagas Landim
- 15ª Região (Campinas/SP) – Marcello Reus Koch
- 16ª Região (MA) – Rosely Belo Ribeiro Vieira
- 17ª Região (ES) – Edilson Pedrini Ramos
- 18ª Região (GO) – Euzébio Lemes Domingos
- 19ª Região (AL) – Andréa Costa Barros
- 20ª Região (SE) – Eliane Alves Brandão
- 21ª Região (RN) – Antônio Augusto de Araújo Fontes
- 22ª Região (PI) – Jaqueline de Amorim Osório Santos
- 24ª Região (MS) – Edson Kodi Fushiguro



Participantes do treinamento desenvolvem atividades de aprendizagem



Participantes do treinamento assistem a aula sobre a plataforma Moodle

Administradores de Sistema da Área de TI dos TRTs

- 1ª Região (RJ) – André Luís Pereira Muniz
- 2ª Região (SP) – Marcelo Masaki Tanabe
- 3ª Região (MG) – Robson Gomes Ferreira
- 4ª Região (RS) – Rodrigo Vicente do Nascimento
- 5ª Região (BA) – Elton Dhiego Dias Fernandes
- 6ª Região (PE) – Petrus Barreto da Cunha
- 7ª Região (CE) – Thiago Guilherme da Silva
- 8ª Região (AP/PA) – José Maria Tárrio dos Santos
- 9ª Região (PR) – Rafael Bernardes Rossetto
- 10ª Região (DF/TO) – Rafael Dias Lima
- 11ª Região (AM/RR) – Rafael dos Santos Reis
- 12ª Região (SC) – Ana Lucia dos Santos
- 13ª Região (PB) – Romulo Alexandre Fernandes Silva
- 14ª Região (AC/RO) – Edson Furtado Alves Júnior
- 15ª Região (Campinas/SP) – Marcello Reus Koch

- 15ª Região (Campinas/SP) – Fernando César Monteiro Marcos Júnior
16ª Região (MA) – Stanley Araújo de Sousa
17ª Região (ES) – Alex Pinheiro das Graças
18ª Região (GO) – Cláudio Antônio de Araújo
19ª Região (AL) – Francisco Antônio Carlos
20ª Região (SE) – Felipe Costa Leite
21ª Região (RN) – Antônio Augusto de Araújo Fontes
22ª Região (PI) – José Messias Alves da Silva
23ª Região (MT) – Rogerio Haruo Sakata
24ª Região (MS) – Elthon Darvin Miranda Ratier



Atividade desenvolvida no treinamento sobre a plataforma Moodle



Atividade desenvolvida no treinamento sobre a plataforma Moodle

PROJETO

APRESENTAÇÃO

O treinamento Moodle para Gestores de Cursos e Administradores de Sistema visa desenvolver nos participantes as competências para a implantação e gestão de treinamentos on-line no Sistema de Gerenciamento de Aprendizagem Moodle, bem como para a realização de procedimentos técnicos de instalação e manutenção.

O curso encontra-se estruturado em dois módulos independentes: Moodle para Gestores de Cursos, destinado aos servidores das Escolas Judiciais responsáveis pela implantação e gestão de cursos na plataforma, e Moodle para Administradores de Sistema, voltado para os técnicos de informática responsáveis pela gestão do software e da infraestrutura tecnológica.

PRÉ-REQUISITOS

- Conhecimentos básicos de informática e internet
- Possuir notebook ou tablet para acesso à internet

CARGA-HORÁRIA

Módulo 1 – 21 horas: 22/8/2011 a 24/8/2011

Módulo 2 – 14 horas: 25/8/2011 a 26/8/2011

Horário: 9h às 12h e 13h30min às 17h30min

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Ao final do curso, os alunos deverão estar aptos a utilizar o Sistema de Gerenciamento de Aprendizagem Moodle na condição de criadores de cursos (autores) ou de administradores da plataforma.

Objetivos específicos

- Identificar os principais recursos utilizados na criação de sala virtuais para cursos on-line;
- Implantar em sala de aula virtual os recursos tecnológicos mais utilizados em cursos online: páginas simples e web, glossário, fórum, wiki, arquivos, livro, rótulos, links para arquivos ou sites, banco de dados, chat, escolha, questionário, pesquisa de avaliação, tarefa, diário;
- Operar os recursos de gerenciamento do Moodle: ambiente de criação de cursos, emissão de relatórios, cadastro de usuários no sistema e no curso, blocos;
- Instalar o Sistema de Gerenciamento de Aprendizagem Moodle;
- Identificar os requisitos para a infraestrutura tecnológica;
- Realizar a manutenção do software.

PÚBLICO-ALVO

Servidores das Escolas Judiciais responsáveis pela implantação e gestão de cursos na plataforma e técnicos de informática responsáveis pela gestão do software e da infraestrutura tecnológica.

Módulo 1 – Moodle para Gestores de Cursos

6. Visão geral da interface do Moodle
7. Gerenciamento do Moodle:
 - Ativar Edição
 - Opções de aparência do Moodle
 - Temas
 - Configurações
 - Idiomas
 - Designar Funções
 - Notas
 - Grupos
 - Backup
 - Relatórios
 - Perfil
 - Arquivos
 - Plugins
8. Administração de Cursos:
 - Criar novo curso
 - Criar categoria de cursos
 - Cadastro de alunos
9. Atividades:
 - Fórum
 - Chat
 - Tarefa
 - Wiki
 - Questionário
 - Escolha
 - Bate-papo
 - Lição
 - Avaliação
 - SCORM
 - Glossário
 - Pesquisa de opinião
10. Recursos:
 - Livro,
 - Inserir Rótulo
 - Texto Simples
 - Página Web
 - Link Arquivo ou site
 - Visualizar Diretório

Módulo 2 – Moodle para Administradores de Sistema

7. Instalação
 - a. Pré-requisitos
 - b. Instalação Linux
 - c. Instalação Windows
 - d. Instalação e edição – expressões do idioma
 - e. Adicionar módulos e habilitar blocos

8. Configurações
 - a. Configuração de backups automáticos
 - b. Métodos de autenticação (Correio eletrônico, manual, LDAP, POP3 e base de dados)
 - c. Edição de políticas de Segurança do site

9. Estrutura de arquivos
 - a. Repositório de cursos
 - b. Backups do file system

10. Criação e edição de temas

11. Relatórios
 - a. Logs de uso da ferramenta

12. Manutenção do servidor
 - a. Manutenção do banco de dados
 - b. Limpeza do servidor

MATERIAL DIDÁTICO

Apostila
Sistema de Gerenciamento de Aprendizagem MOODLE

METODOLOGIA

Explicação e demonstração das funcionalidades. Realização de atividades práticas de implantação dos recursos (laboratório).

AVALIAÇÃO

Módulo 1:
Os participantes deverão implantar uma sala de aula virtual baseados no estudo de um caso.

Critérios de avaliação

Frequência a 100% da carga horária do curso
Obtenção de nota mínima 7

Módulo 2:

Critérios de avaliação

Frequência a 100% da carga horária do curso

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FILHO, Athail Ragel Paulino. **Um sistema de gerenciamento de cursos**. Brasília: Departamento de Engenharia Civil e Ambiental. Disponível em: http://www.moodle.ufrb.edu.br/pluginfile.php/63/mod_page/content/1/livro_moodle.pdf . Acesso em: 30 jun. 2011.

ALVES, Lynn; BARROS, Daniela; OKADA, Alexandra (Orgs.) **Moodle: estratégias pedagógicas e estudo de caso**. Salvador: EDUNEB, 2009. Disponível em: http://livromoodle.blogspot.com/2009/11/novo-livro_25.htm. Acesso em: 18 jun. 2011.

COLE, Jason; FOSTER, Helen. **Using Moodle**. 2. ed. O'Reilly Media, 2007. Disponível em: http://docs.moodle.org/20/en/Using_Moodle_book. Acesso em: 18 jun. 2011.

NAKURAMA, Rodolfo. **Moodle: como criar um curso usando a plataforma de Ensino à Distância**. São Paulo: Farol do Forte, 2009. Disponível em: http://www.faroldigital.com.br/loja/product.php?id_product=67. Acesso em: 18 jun. 2011.

SILVA, Robson Santos. **Moodle para autores e tutores – educação a distância na web 2.0**. 2. ed. São Paulo: Novatec, 2011.

Diretor da ENAMAT é entrevistado na TV Senado

24 de outubro de 2011

O Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, foi entrevistado no programa Cidadania, da TV Senado, pelo jornalista Paulo Acrisio. Ele falou sobre os progressos alcançados pela Justiça do Trabalho na última década e na atuação da ENAMAT, além de abordar características da economia e das diferentes atividades laborais como fatores de demanda da modernização da Justiça.

O Ministro Aloysio falou sobre os tipos de demandas, individuais e coletivas e da quantidade de processos que chegam à Justiça do Trabalho anualmente – cerca de dois milhões. Nesse ponto, para que os magistrados estejam preparados para lidar com o grande volume de ações e fornecer respostas de maneira célere e eficaz, o Ministro ressaltou a importância da qualificação profissional por meio da ENAMAT e das Escolas Judiciais em todo o Brasil, que vêm contribuindo para a formação “dos juízes que a sociedade quer para julgar”.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

No ano de 2011, a área de tecnologia da informação da ENAMAT deu suporte em diversas ações da Escola.

Uma das atividades consistiu em desenvolver o material didático do curso de Execução Trabalhista, modalidade a distância. O conteúdo, desenvolvido por uma especialista contratada pela Escola e depois preparado por um design instrucional, foi disponibilizado pela equipe de informática em formato html para ser utilizado no ambiente Moodle. Além da turma piloto, com 42 alunos, esse curso foi disponibilizado para cerca de 400 alunos. A equipe de informática da ENAMAT ficou responsável, ainda, pelo suporte aos alunos, monitores e professores, auxiliando em dúvidas sobre o ambiente e sobre as formas de utilização, pelos professores e monitores, das funcionalidades disponíveis no Moodle, visando incrementar o processo de ensino-aprendizagem.

Em agosto de 2011, a ENAMAT realizou o treinamento sobre o ambiente Moodle, destinado a gestores das Escolas Judiciais e a profissionais de tecnologia da informação dos TRTs, que teve parte de seu conteúdo desenvolvido pela equipe de informática da Escola, também responsável pelo suporte aos professores e alunos.

Outra ação desenvolvida em 2011 foi a aquisição de equipamentos de videoconferência para diversas escolas regionais. A equipe de TI realizou levantamento das escolas regionais que ainda não tinham equipamentos de videoconferência e, com base nesse levantamento, a ENAMAT, após negociações com empresa fornecedora, repassou a verba necessária para que os TRTs fizessem adesão a ata de registro de preços, a fim de adquirirem os produtos. O mesmo processo ocorreu na aquisição de televisores para utilização juntamente com o equipamento de videoconferência.

Neste ano, outra atividade realizada pelos profissionais de TI da Escola foi a criação do canal da ENAMAT no YouTube. Este processo mostrou-se mais complexo que o normal, pois já existia o canal chamado ENAMAT. Em contatos com a equipe do Google, responsável pelo YouTube, a equipe de informática conseguiu a posse do canal e ele já está disponível para que seja iniciada a divulgação de vídeos da Escola.

Também em 2011 ficou pronto para entrar no ar o Blog da ENAMAT, ambiente desenvolvido utilizando o software Wordpress, após a preparação e configuração do ambiente. Esse ambiente vai permitir que somente juízes do trabalho cadastrados previamente pela ENAMAT tenham acesso aos artigos e textos que serão disponibilizados. O Blog disponibilizará também vídeos do canal da ENAMAT no YouTube.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

A área de Comunicação Social da ENAMAT, em 2011, voltou-se para a divulgação de suas atividades – dos cursos na modalidade de educação a distância, de formação inicial, de formação continuada e de formação de formadores –, além de difundir, por meio de sua página na internet, os principais eventos que envolveram a Escola e seus componentes.

Alinhada às ações de comunicação dos Tribunais Regionais do Trabalho, a ENAMAT buscou disseminar suas informações nas Escolas Judiciais e nos TRTs, bem como replicar as notícias desses órgãos, de interesse dos magistrados trabalhistas, em sua página da internet. O resultado das ações fez aumentar o número de acesso à página.

Dois novos projetos de destaque foram desenvolvidos durante o ano: o Blog da ENAMAT e o novo desenho do site. O blog foi desenvolvido como instrumento de comunicação ágil e direta com os magistrados, com o fim de veicular as principais notícias e informações selecionadas sobre cursos e ações formativas da Escola Nacional, das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho e de outras instituições conveniadas.

O Blog da ENAMAT abre a possibilidade de que os juízes do trabalho de todo o País, com base em qualquer computador conectado à rede mundial, e a qualquer tempo, possam ter acesso a todas as informações essenciais para a sua qualificação profissional. A programação visual do blog foi concluída e as primeiras postagens já estão prontas para irem ao ar em 2012.

O novo *site* da ENAMAT, por sua vez, ganha novas cores, imagens e movimento, dando mais atratividade às informações, além de contar com uma distribuição de conteúdo planejada para facilitar a navegação. Com o novo desenho concluído, o site foi inaugurado em dezembro, em grande estilo.

De olho na crescente procura dos internautas pelas redes sociais, a ENAMAT criou sua página no Facebook. Além disso, as notícias veiculadas no site foram inseridas no Twitter.

A ENAMAT, em 2011, passou a produzir seus próprios vídeos e a organizar seu acervo visual. Todas as aulas ministradas em cursos realizados pela Escola, totalizando 249 horas de filmagens, foram catalogadas e editadas. O banco de fotografias foi organizado por data e evento.

Realizou a Escola, também, a modernização da comunicação visual na edição de material informativo e de divulgação relativo a cursos e a outros eventos de formação destinados aos magistrados do trabalho; a filmagem e o registro fotográfico dos cursos promovidos e das várias ações desenvolvidas; e a definição de projeto para a criação de estúdio, com o objetivo de alcançar maior autonomia e rapidez na disseminação das informações de interesse da magistratura.

A área de comunicação, inserida no Planejamento Estratégico da Escola, cumpriu com sua missão de fazer chegar a informação, de forma rápida, simples e econômica, ao maior número possível de magistrados do trabalho.

ENAMAT: qualificação dos magistrados entra na era do blog



A qualificação dos magistrados ganha mais uma ferramenta moderna e dinâmica: **o blog**. A palavra estrangeira, largamente disseminada no mundo virtual, é uma forma curta de *weblog* ou *diário da web*. Grandes empresas ou instituições que divulgam suas atividades, personalidades da mídia que expõem sua agenda e seus eventos e mesmo pessoas simples que querem apenas compartilhar suas ideias e valores utilizam essa ferramenta.

Como instrumento de comunicação, o blog é muito versátil, compondo-se de pequenos comentários ou notícias, em ordem cronológica, que vão se sucedendo e formando uma espécie de diário ao longo do tempo. Ele pode integrar vídeos, fotografias, áudios, arquivos em texto, *slides* e outros vários formatos de documentos. Também pode relacionar outros *links* para *sites* diferentes que tratam de temas de interesse, compor um acervo para pesquisa e mesmo abrir espaço para comentários dos usuários. Na formação profissional, o blog tem muitas potencialidades.

Para a ENAMAT, o blog constitui um instrumento de comunicação ágil e direto com os magistrados, veiculando as principais notícias e informações selecionadas sobre cursos e ações formativas da Escola Nacional, das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho e de outras instituições conveniadas. Com isso, e em primeiro lugar, os juízes do trabalho de todo o país, com base em qualquer computador conectado à rede mundial, e a qualquer tempo, podem ter acesso a todas as informações essenciais para a sua qualificação profissional.

Segundo o Diretor da Escola Nacional, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, a ENAMAT “está dando um passo histórico na comunicação direta com o magistrado do trabalho no âmbito da formação profissional, com uma ferramenta moderna, dinâmica e integrada à realidade profissional”. Ter um canal para levar as notícias e informações ao juiz, complementa o Diretor, “onde quer que ele esteja e a qualquer tempo, sempre atualizadas e selecionadas, é uma tarefa que prestigia o magistrado e valoriza sua qualificação para melhor prestar a jurisdição em favor do cidadão”.

Além disso, o blog também permitirá fazer chegar aos magistrados debates, aulas e material didático selecionado, para que ele possa acompanhar os principais temas em foco nas atividades de formação e promover estudos e reflexões de acordo com o seu interesse pessoal. Esse material didático, reformatado e preparado para a disponibilização no ambiente do blog, permite rápido acesso às principais informações. A ENAMAT possui vasto acervo de todas as atividades promovidas desde sua fundação, em setembro de 2006, com registro em áudio, vídeo e arquivos de conteúdo variado. Além do registro de aulas práticas, com simulações e laboratórios sobre as situações do cotidiano do juiz do trabalho nas varas e tribunais, tais como procedimentos de conciliação e interrogatório, a Escola possui o registro integral de dezenas de conferências, palestras, painéis e outras atividades, muitas conduzidas por renomados intelectuais e especialistas nacionais e estrangeiros, e o blog é o espaço ideal para que o magistrado se conecte diretamente a todo esse universo de aprendizado.

O blog da ENAMAT, inicialmente de acesso restrito aos magistrados do trabalho, conforme cadastro pessoal com base no *site* da Escola, pretende disponibilizar informações específicas para sua qualificação profissional. Conforme a necessidade dos usuários e as disponibilidades técnicas, o blog deve incorporar outras funcionalidades para tornar mais rica e interessante a experiência de interação virtual.

ORÇAMENTO

Após análise efetuada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, no ano de 2009, verificou-se que diversas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho não possuíam recursos suficientes para executarem suas atividades formativas.

Para que a ENAMAT realizasse a efetiva coordenação das Escolas Judiciais no âmbito do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho – SIFMT, tornou-se necessário, assim, que houvesse disponibilidade orçamentária para auxílio às Escolas, de forma a alcançar os magistrados, nacionalmente dispersos, com capacitação profissional de qualidade.

Nesse contexto, solicitou-se e obteve-se aprovação junto à Presidência do Tribunal Superior do Trabalho para a criação de ação orçamentária própria intitulada Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho. Com a criação da ação, a ENAMAT obteve recursos para executar suas despesas correntes e de capital e, como órgão central do SIFMT, auxiliar na execução das mesmas despesas pelas Escolas Judiciais.

No ano de 2011, a ENAMAT, de forma a melhor gerir seu orçamento, realizou avaliação da estrutura física e de pessoal das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho. Por meio desse instrumento, a ENAMAT buscou obter informações sobre a atual estrutura de cada Escola Judicial, conforme parâmetros estabelecidos na Recomendação ENAMAT nº. 2/2009 (Elementos Gerais da Estruturação das Escolas Judiciais dos TRTs).

Com o objetivo de alinhar a estrutura física das Escolas Judiciais foram realizadas, com o apoio do Tribunal Superior do Trabalho, ações para aquisição de mobiliário, equipamentos de som e imagem, microcomputadores, impressoras multifuncionais e notebooks para as Escolas Judiciais.

Além disso, a ENAMAT descentralizou recursos para quatorze Tribunais Regionais do Trabalho, a fim de adquirir terminais de videoconferência para as Escolas Judiciais que ainda não possuíam o equipamento em suas instalações.

Com relação às atividades de ensino, a ENAMAT solicitou o Plano Anual de Atividade e o Programa de Evento de cada Escola Judicial, com o intuito de avaliar a possibilidade de custeio daqueles eventos que não contavam com dotação orçamentária dos Tribunais Regionais do Trabalho.

Paralelamente ao apoio financeiro às Escolas Judiciais, a dotação orçamentária própria tornou-se valioso instrumento na realização das formações inicial, continuada e de formadores realizadas pela ENAMAT em 2011. Em complemento, a ação orçamentária permitiu a adequação do espaço físico do auditório da Escola Nacional e a aquisição de material para divulgação de suas atividades.

ESTRUTURA DA ESCOLA

Dirigida pelos Ministros Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor, e Horácio Raymundo de Senna Pires, Vice-Diretor, e assessorada por um Conselho Consultivo composto por três ministros do TST, dois desembargadores de Tribunais Regionais e um juiz titular de Vara do Trabalho, a Escola funciona no Edifício Sede do Tribunal Superior do Trabalho, Bloco “A”, 5.º andar.

A Subsecretaria Administrativo-Acadêmica da ENAMAT conta com um quadro de pessoal próprio qualificado e motivado, que desenvolve suas atividades sinergicamente, buscando a excelência na prestação de serviços, combinada com uma utilização eficiente dos recursos disponíveis.

Equipe da ENAMAT

Subsecretária Administrativo-Acadêmica

Denimar Ferreira de Menezes Noronha

Assessores da Direção da ENAMAT

Juiz do Trabalho Giovanni Olsson

José Valmir Santos Filho

Assistente da Subsecretaria Administrativo-Acadêmica

Marizaura Augusto da Glória

Servidores

Ângela de Hariel Alves de Farias Pinheiro

Arturo Buzzi Filho

Ben Hur Lopes de Oliveira

Carlos Eduardo Bettini de Albuquerque Lins

Cláudia Helena Largura

Claudia Maria dos Santos Valente

Edson Ribeiro de Souza

Fábio Soares Viana

Janete Chaves

Jonas de Jesus Cordeiro da Silva

Joyce Ataide de Castro Martins

Michelle Santos Lobo

Renata da Silva Montes

Roberto Ayrosa Pereira

Estagiários

Guilherme Ferreira de Sales

Sheyla Rodrigues de Souza

Thays Medeiros França

Wagthon Arthur Martins

Editor de Imagens

Rodrigo de Castro Reys

5 anos da ENAMAT

A qualificação dos magistrados celebrou, no dia 18 de setembro, um importante aniversário: os 5 anos de instalação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT).

A Escola tem previsão constitucional, com a edição da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, e foi instituída pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) por meio da Resolução Administrativa nº 1.140/2006, do Tribunal Pleno, de 1º de junho de 2006, após o estudo de comissões, que elaboraram o planejamento de sua estrutura e atividades, sendo a Escola Nacional pioneira no país.

Em 30 de junho de 2006, o Pleno do TST indicou os Ministros Ives Gandra Martins Filho e Luiz Philippe Vieira de Mello Filho para os cargos de Diretor e Vice-Diretor, respectivamente. Logo a seguir, o Tribunal também aprovou os nomes dos membros do primeiro Conselho Consultivo da Escola, com a missão de assessorar a Direção e compartilhar as experiências das Escolas Regionais e dos Tribunais e das Varas: foram empossados os Ministros Gelson de Azevedo, Antônio José de Barros Levenhagen e Aloysio Corrêa da Veiga, os Desembargadores Dóris Luise de Castro Neves (TRT 1ª Região/RJ) e José Roberto Freire Pimenta (TRT da 3ª Região/MG) e o juiz Giovanni Olsson (Titular de Vara – 12ª Região/SC).

Com o seu Estatuto aprovado, a Escola foi instalada no dia 18 de setembro do mesmo ano, na data em que a Justiça do Trabalho comemorava os 60 anos de sua integração ao Poder Judiciário, ocorrido na Constituição de 1946. Já naquele mês, enquanto a Escola era estruturada, foi iniciado o 1º Curso de Formação Inicial de Magistrados, com o total de 72 alunos-juizes, oriundos de 7 Estados (1ª Região/RJ, 3ª Região/MG, 5ª Região/BA, 7ª Região/CE, 10ª Região/DF e TO, 14ª Região/RO e AC e 18ª Região/GO), que permaneceram lotados em Brasília por trinta dias com dedicação exclusiva para a qualificação profissional. A partir de então, foram cinco anos de muito trabalho e estudo.

Para realizar suas atividades, a ENAMAT possui instalações no 5º andar do Bloco A do edifício-sede do Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília. Além de Secretaria, com áreas administrativa e acadêmica e espaços para reunião, estudo e pesquisa, a Escola possui auditório e salas de aula multifuncionais, que comportam técnicas de ensino variadas, como aulas expositivas, trabalhos em grupo e simulações de audiências. Também conta com quadro de pessoal próprio e qualificado, com profissionais de distintas formações, como Pedagogia, Tecnologia da Informação e Administração Escolar, por exemplo, além da assessoria de um juiz do trabalho com experiência em formação profissional.

A ENAMAT tem um *site* próprio para divulgação de suas atividades ao público em geral e, em breve, disponibilizará um *blog* para acesso restrito dos magistrados do trabalho, com informações específicas para a sua qualificação profissional. A atual Direção é composta pelos Ministros Aloysio Corrêa da Veiga (Diretor) e Horácio Raymundo de Senna Pires (Vice-Diretor), com mandato até 2013.

Na área de ensino, a ENAMAT promove cursos de formação inicial (para juízes novos), de formação continuada (para juízes já vitalícios, com mais de dois anos de atividade) e de formação de formadores (para os instrutores das Escolas dos Tribunais Regionais). Os cursos tratam de temas específicos da prática profissional, como relacionamento com a sociedade e a mídia, técnica de interrogatório, administração de Varas, técnica de conciliação, efetividade da execução, combate ao trabalho escravo e tecnologias usadas na profissão.

Para os juízes novos, já foram realizados 10 Cursos com a média de 140 horas-aula. Até agora, e apenas contando a formação inicial em nível nacional, já concluíram cursos na Escola 591 alunos-juízes.

Na formação continuada, para juízes já experientes, foram promovidos dezenas de cursos, tanto presenciais quanto a distância. Foram qualificados juízes substitutos mais experientes e juízes titulares de Varas em temas como efetividade da execução, administração judiciária de Varas, processo eletrônico e técnica de conciliação. Além disso, também são alunos os desembargadores, os quais, especialmente na qualidade de Presidentes ou Corregedores, participam de cursos de Administração Judiciária de Tribunal Regional do Trabalho, que focalizam temas como planejamento estratégico, gestão de pessoas, orçamento público e relacionamento com a mídia. O número de alunos qualificados em ambas as modalidades passa de 1.600 juízes em todo o País.

A formação de formadores, por sua vez, já alcançou mais de 380 juízes, que retornam aos seus Tribunais de origem e passam a multiplicar cursos sobre temas variados para outros magistrados. Nessa qualificação, entram não apenas os instrutores de atividades presenciais, mas também tutores de atividades a distância, gestores de Escolas Regionais, coordenadores acadêmicos e pedagógicos e outros profissionais de ensino vinculados a essas 24 Escolas dos TRTs.

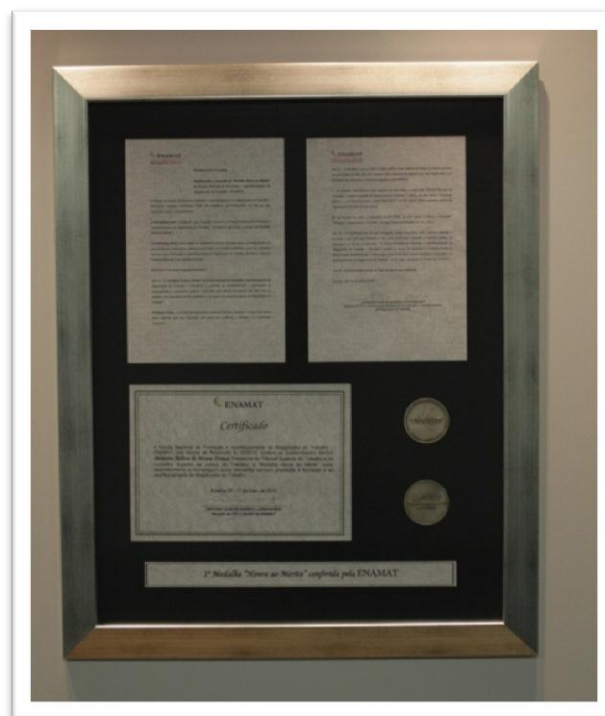
O ensino presencial é fundamental para certas atividades profissionalizantes, como laboratórios de simulação de audiências, mas a educação a distância já está consolidada em várias áreas, com o uso de plataforma pela *internet*, permitindo que os juízes, em qualquer lugar, possam acessar e estudar nos horários e na forma de sua conveniência. A Escola ainda realiza atividades de intercâmbio nacional e internacional e de coordenação do sistema integrado de formação dos magistrados do trabalho, composto pelas 24 Escolas Regionais.



ENAMAT
 ESCOLA NACIONAL DE
 FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE
 MAGISTRADOS DO TRABALHO



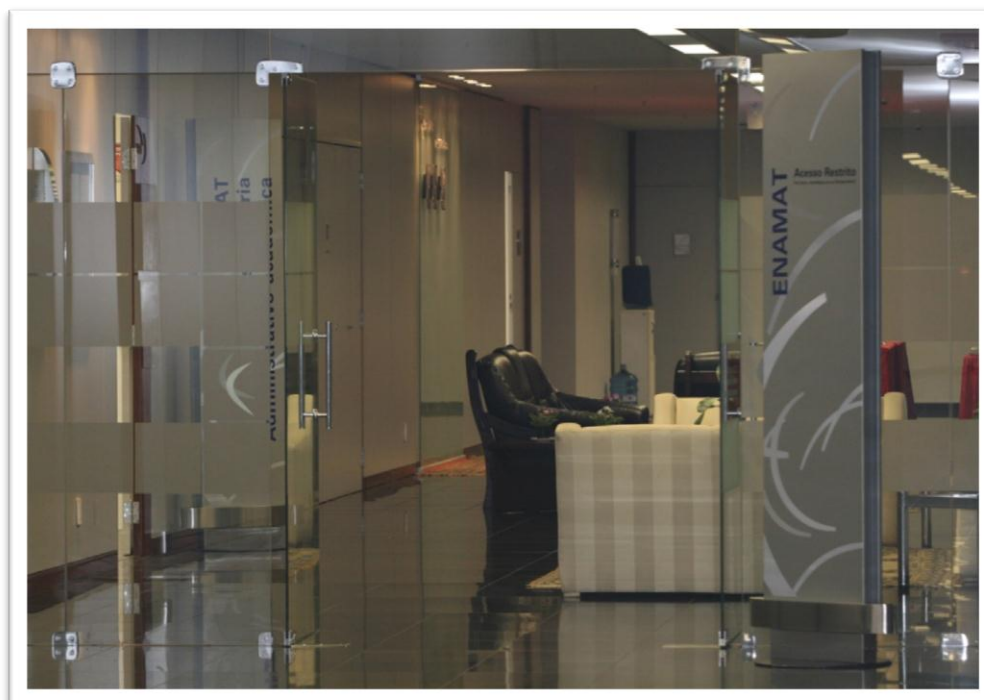
Placa Inaugural da ENAMAT



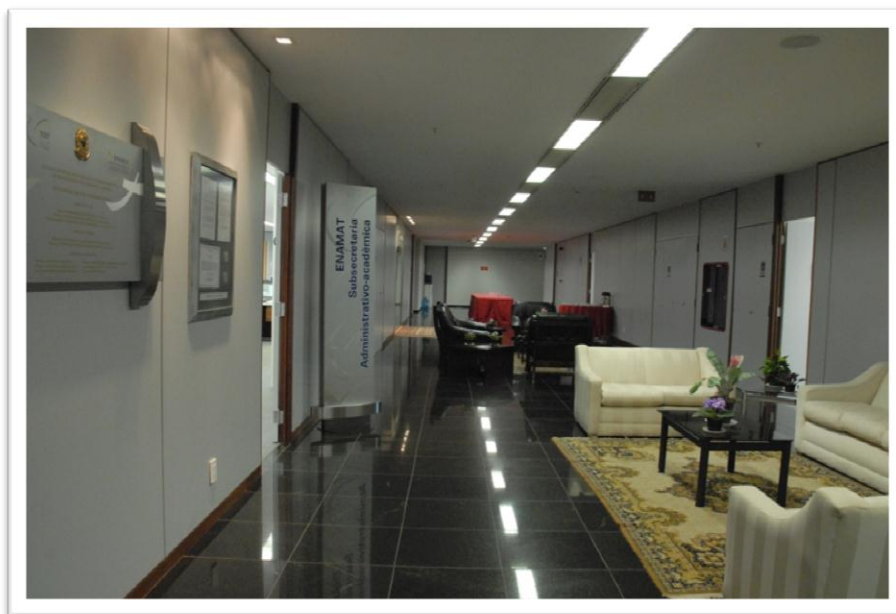
Quadro da 1ª Medalha "Honra ao Mérito" conferida pela ENAMAT



Galeria de Diretores da ENAMAT



Saguão de entrada da Subsecretaria Administrativo-Acadêmica



Saguão de entrada da Subsecretaria Administrativo-Acadêmica



Sala de recepção do Diretor da ENAMAT



Sala do Diretor da ENAMAT



Sala do Diretor da ENAMAT



Sala de reunião do Diretor da ENAMAT



Auditório da ENAMAT



Auditório da ENAMAT



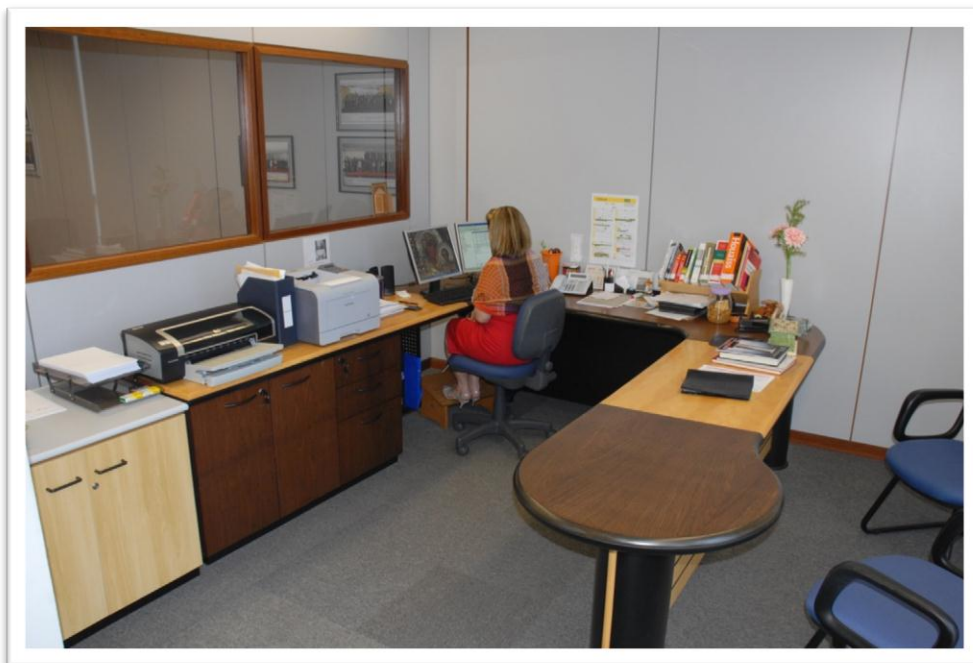
Subsecretaria Administrativo-Acadêmica da ENAMAT



Subsecretaria Administrativo-Acadêmica da ENAMAT



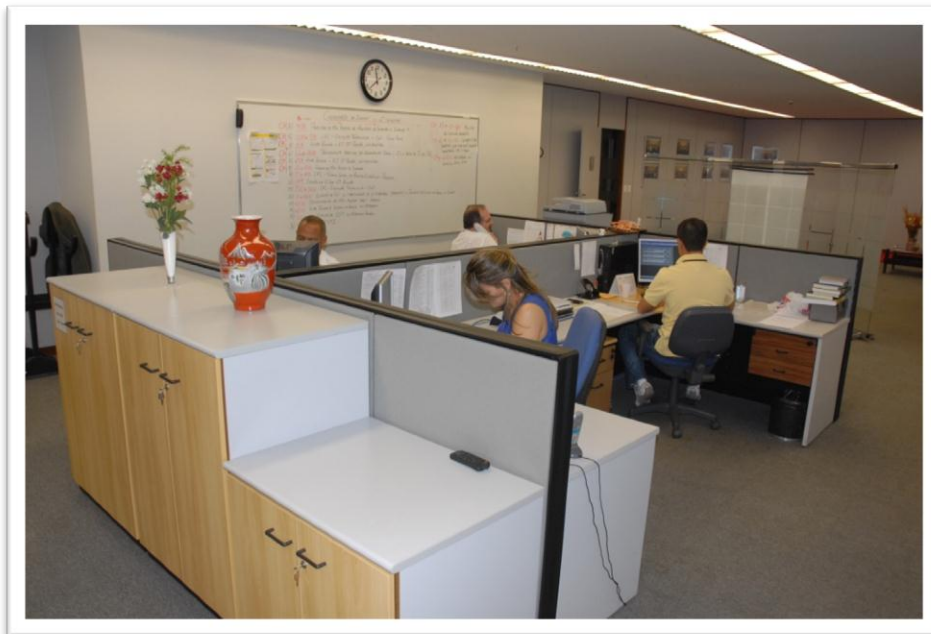
Subsecretaria Administrativo-Acadêmica da ENAMAT



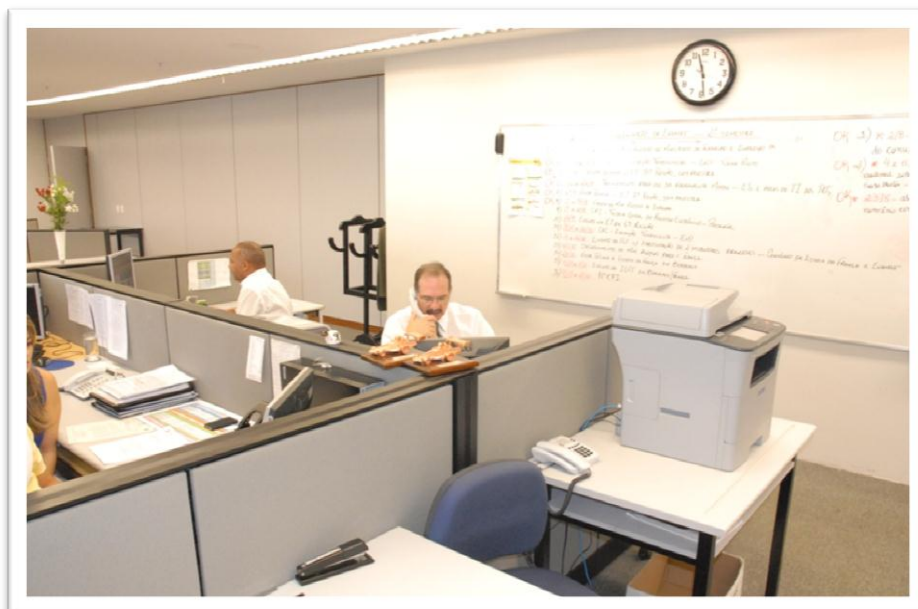
Subsecretaria Administrativo-Acadêmica da ENAMAT



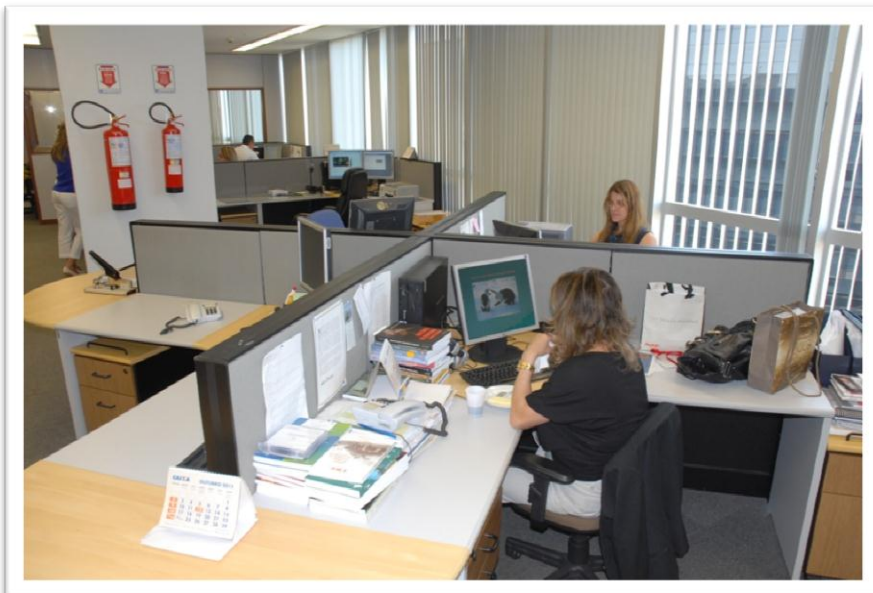
Subsecretaria Administrativo-Acadêmica da ENAMAT



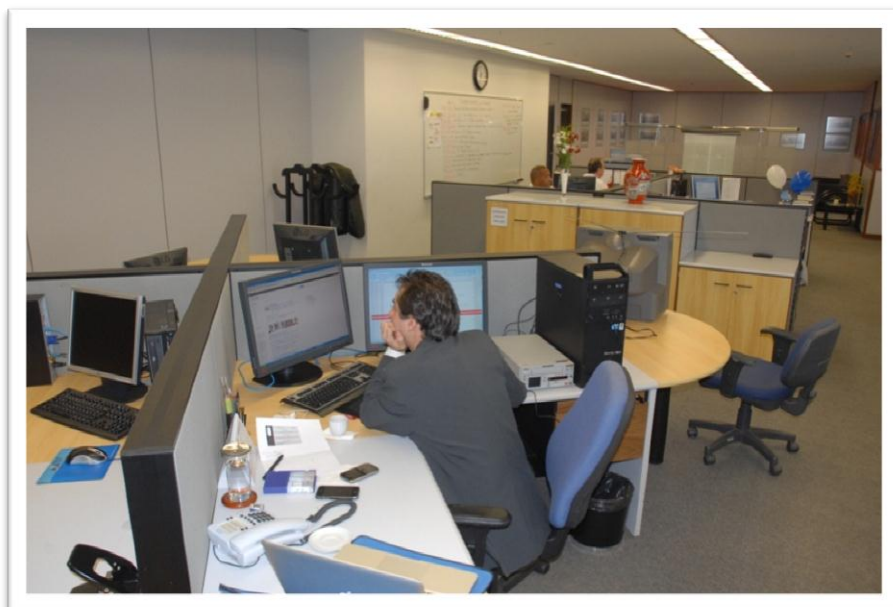
Subsecretaria Administrativo-Acadêmica da ENAMAT



Subsecretaria Administrativo-Acadêmica da ENAMAT



Subsecretaria Administrativo-Acadêmica da ENAMAT



Subsecretaria Administrativo-Acadêmica da ENAMAT



Subsecretaria Administrativo-Acadêmica da ENAMAT



Subsecretaria Administrativo-Acadêmica da ENAMAT.
Ao fundo, sala do Juiz-Assessor da Direção da ENAMAT



Sala Multifuncional da ENAMAT



ONDE A JUSTIÇA VAI À ESCOLA